

Policiais acusados de explorar trombadinhas

Pág. 9



No meio da torcida «Gaviões da Fiel» a faixa da Anistia.

Gaviões da Anistia

Pág. 5

EM TEMPO!

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ANO II — Nº 51 — DE 15 A 21 DE FEVEREIRO

O QUE ESTÁ ATRÁS DO ROUBO DA GASOLINA

O preço da gasolina aumentou 850% em apenas 5 anos.

O que estão fazendo com o dinheiro dos consumidores?

Medidas governamentais encobrem o fracasso do modelo rodoviarista e as consequências da passagem de Geisel na Petrobrás.

Pág. 3

Partido dos Trabalhadores

Entrevistas exclusivas com os importantes dirigentes sindicais Lula, de São Bernardo, e Marcílio, de Santo André.

Pág. 7



O povo na água, morrendo e sofrendo, e o governo culpando Deus. Págs. 3 e última

Eleições nas capitais
Mobilização popular pelas eleições diretas. MDB rejeita prefeitos biônicos, em São Paulo e em Porto Alegre.

Pág. 4

Geisel

SEGUNDO AS ESTATÍSTICAS, CADA TRABALHADOR BRASILEIRO TEM UMA MÉDIA DE 3 DEPENDENTES!



Quêê? Eu tenho 6 filhas, patrão, inquilino e INAMP pra sustentar...

Pág. 11

Guerra de carnês SS X Brasilino
TV Record pode até fechar. É o que diz o Grupo Brasilino, atacado por Silvio Santos e o seu carnê.

Pág. 8

Bancários: o 2º turno

Oposição paulista já está ganhando de novo e prepara-se para levar, apesar das manobras dos pelegos.

Pág. 6

Insurreição vence no Irã



Foto Art Cláudio Fernandes

Pág. 10

Adeus Toninho, você fará falta.

Alcides Salles Filho, o conhecido «Toninho» da região Leste de São Paulo, não vai só deixar muita saudade, vai fazer falta mesmo. Trinta anos, talvez trinta e poucos, não mais do que isso, muitos dos quais dedicados à luta. Sem tréguas. Trabalhando em fábrica aqui em São Paulo, construindo a casa em mutirão junto com os companheiros, enfrentando prisões arbitrárias, tortura. Sempre ativo, solidário, alegre. Depois de deixar sua Minas Gerais, onde viveu as greves de Contagem, em 1968. Um pé aqui, outro em Minas, nos últimos tempos, sempre trabalhando. Ninguém podia esperar, como ninguém pôde acreditar, quando a notícia voou, na semana passada, de Belo Horizonte para São Paulo: Alcides está morto, vítima de um carro desgovernado, que o colheu em cima de um passeio, no lugar próprio dos pedestres, e somente a ele.

Além de amigo, companheiro de luta, sofrimento e esperança, Alcides era também nosso assíduo colaborador e acionista.

Em nome de todos os integrantes da Editora Aparte e do jornal EM TEMPO, fica aqui o nosso adeus. E o nosso profundo pesar pela sua morte. Cidaó. Você fará falta.

Outro que não voltará

O jornal Folha de São Paulo relacionou em sua edição do dia 13 de fevereiro, uma lista de 70 banidos com processo em São Paulo na 2ª Auditoria Militar. Segundo o jornal, «muitos deles com a punibilidade já declarada extinta e outros com os respectivos processos sobrestados (aguardando seu retorno para que voltem a juízo)». Entretanto, um deles, não voltará. Trata-se de Válio José de Mattos, capitão da Polícia Militar, preso em 1969 e trocado, juntamente com mais 69 companheiros, durante o sequestro do embaixador suíço, em 1970.

Válio não voltará porque está morto. Até agora, seu nome não constava das listas de mortos e desaparecidos fornecidas por entidades como a Anistia Internacional ou o Comitê Brasileiro para

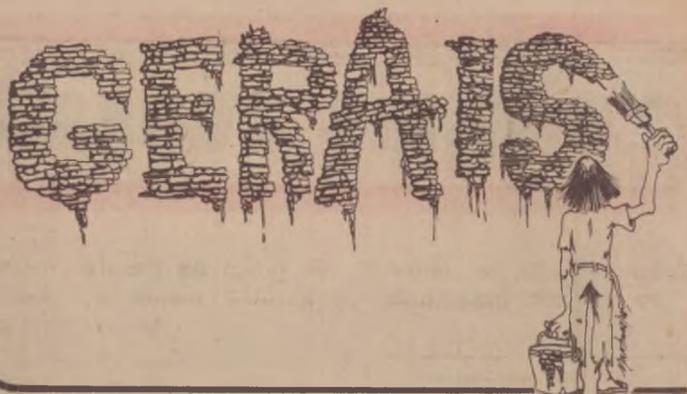
Anistia (CBA). Ele faleceu quando se encontrava preso, no Estádio Nacional, em Santiago do Chile, após o golpe militar que depôs o governo de Salvador Allende.

Preso juntamente com sua mulher, (os dois foram arrancados de casa, deixando para trás uma filha de dois anos de idade) Válio foi submetido ao «tratamento» especial e hospitalar dispensado por Pinochet aos prisioneiros do campo de concentração.

Mas ao contrário de muitos outros trabalhadores chilenos e estrangeiros (como foi o caso do brasileiro Túlio Quintilhano da Silva e Nelson X. Filho) Válio não foi morto na tortura ou por fuzilamento. Sua morte ocorreu pela falta de cuidados médicos: portador de uma moléstia intestinal, sua situação agra-

vou-se devido à má alimentação e péssimas condições existentes no Estádio Nacional. Em vão os médicos que também estavam presos recomendaram que ele fosse submetido a uma intervenção cirúrgica, no hospital de campanha montado no campo de concentração. Esta só foi providenciada no último momento, quando eram mínimas as chances de sobrevivência.

Sua morte provocou manifestações de protestos dos prisioneiros, ao mesmo tempo em que serviu para que as organizações internacionais, como a Cruz Vermelha e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados acelerassem as providências para a remoção dos presos estrangeiros do Estádio e seu envio para outros países. (T.D.)



Não resolve, incomoda.

Os trabalhadores falam em criar seu próprio partido e muita gente se irrita. «Um partido sem ideologia», dizem, e é verdade. Mas, o que os dirigentes atuais da oposição querem na realidade? Que os trabalhadores continuem a ser massa de manobra de um MDB cheio de Vargas? Os trabalhadores estão cansados de serem enganados e mesmo que não criem coisa que preste a proposta deles já serve para dar uma balançada no coreto de certos mistificadores... (RVN)

Des(mas)caramento policial na UnB.

Os estudantes da Universidade de Brasília estão protestando — e não é de hoje — contra toda repressão que impera lá dentro. O grupo Unidade — que das tendências que participa do movimento estudantil da UnB — denunciou recentemente, através de nota, onde salientam que: «Como se não bastasse, somente em 77, ano de nossa última greve geral, foram expulsos 30 alunos foram 7 expulsos em 76».

«Porém, agora em 79, durante a série de exames médicos que envolvem os calouros de prática desporti-

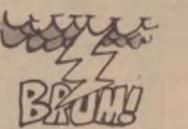
va, a repressão, disfarçada em uma das etapas dos exames, arrumou um jeito de fotografá-los todos. Foram fotografados nus de corpo inteiro homens e mulheres, um por um, todos os alunos, em três ângulos: frente, costas e perfil em frente a uma tela quadrada e ao lado de seu respectivo número de matrícula. Provavelmente a esta hora as fotos já estejam fixadas nos arquivos dos departamentos de repressão da ditadura a espera de uma deduração da reitoria quando então o trabalho de identificação será bem mais rápido e completo».

SHAZAM!



O roubo da Light

No último dia 7 inúmeros consumidores, revoltados com o elevado aumento de suas contas de energia elétrica, dirigiram-se aos balcões da Light em Osasco e Itaqueira, em São Paulo. As pessoas reclamavam de aumentos (pasmem) de até 300%! O engraçado é que tempos atrás, Shigeaki Ueki declarava sorridentemente à imprensa que todo o capital empregado na compra da multinacional seria recuperado em um prazo de até dois anos, através das próprias atividades comerciais da empresa. Só que não contou nas costas de quem... (SM)



JUC



Aceita-se ferro velho

Militares que trabalharam no Conselho de Segurança Nacional confirmaram as denúncias do general Hugo Abreu de que, em 1975, ocorreu o suborno da General Elétric e altos funcionários da Rede Ferroviária Federal (dentre os quais o general Milton Gonçalves, presidente da Rede na época).

De acordo com as fontes que fizeram a denúncia, na época chegou a ser distribuída pela GE a exorbitante quantia de um milhão de dólares. Toda a trama visava promover a compra de 195 locomotivas com problemas técnicos. E agora, quem paga pelo ferro velho?



A «Justiça» universitária

Na cidade de Mogi das Cruzes, em São Paulo, em inquérito administrativo instaurado pela reitoria da Universidade local contra 14 estudantes, «acusados» de liderarem recentemente uma greve de cerca de 3.000 alunos e agora concluído, decidiram expulsar 4 deles. Os estudantes, é claro, julgaram a medida extremamente arbitrária e estão protestando contra ela.

A referida greve ocorreu devido ao não acatamento pela reitoria de uma lista de 41 reivindicações formuladas em assembleia estudantil, numa luta que começou em agosto de 1977.

Ex-cabo mineiro enfim libertado

Após oito anos de confinamento na Penitenciária de Linhares em Juiz de Fora, a 280 Km de Belo Horizonte, foi libertado no último dia 11 de fevereiro, ex-cabo da Polícia Militar, Cecílio Emigdio Saturnino, que cumpria pena por ter sido acusado de co-autoria de assalto a um supermercado e de participar da Aliança de Libertação Nacional (ALN).

Cecílio foi preso no dia 8 de janeiro de 71, durante a escalada da repressão, no quartel em que trabalhava. Apenas 3 dias após a sua prisão foi sumariamente expulso dos quadros da PM. A violência de sua prisão se prolongou durante sua permanência no DOPS mineiro, onde foi

submetido aos mais variados tipos de tortura: choques elétricos, pau-de-arara, espancamentos, além de ter sido as unhas do pé violentamente arrancadas. Participaram das torturas, os policiais conhecidos como Major Vicente, Capitão Pedro Ivo, Cabo Ferreira, Tenente Marcelo, Delegado Ariovaldo, que até hoje atua no DOPS mineiro, além de equipes do Rio e São Paulo.

Em outubro de 71, Cecílio foi condenado a 12 anos de prisão e mais um, pelo agravante de ser policial e transferido para a Penitenciária de Linhares, onde, segundo ele, «as torturas físicas foram substituídas pelas psicológicas».



Intimidação à gaúcha

Omar Ferri, o advogado dos uruguaios sequestrados no Brasil, Universidade de Lilián Caliberti, foi vítima de um «estranho» assalto, dia 8, quando comprava jornais numa banca em Porto Alegre.

Ele foi assaltado por um homem alto e bem apessoado que, além de tirar-lhe quinhentos cruzeiros, ainda o agrediu violentamente. O lado misterioso do acontecimento é que, ao fugir, o «assaltante» recebeu notável cobertura por parte de outras pessoas que ali se encontravam. Menos de 24 horas depois, no dia 9, Omar Ferri teve seu carro arrombado, de onde lhe roubaram o toca-fitas e outros pequenos objetos. O advogado denunciou também os telefonemas de ameaça que anda recebendo. (SM)

Idas e vindas dos petroquímicos baianos

Dez meses depois de terido a sua carta sindical liberada, o Sindicato dos Petroquímicos da Bahia (Sindicato) conta hoje com 1.338 associados, trabalhadores das indústrias petroquímicas do Estado, particularmente do Polo de Camaçari.

Apesar do nível, ainda inicial, de mobilização os trabalhadores na petroquímica do Estado já vêm desenvolvendo algumas lutas, entre elas o movimento realizado pelos operários da Central de Manutenção de Camaçari (Ceman). No dia 29 de dezembro chegou a haver uma pequena paralisação por parte de 110 dos 160 empregados da Ceman.

Os trabalhadores, bolsistas, estagiários e instrumentistas reivindicavam o cumprimento de uma promessa que a Ceman vem fazendo desde agosto do ano passado, no

sentido de modificar os níveis salariais, proporcionando um aumento de 2.300 para 4.000 cruzeiros através da reclassificação dos trabalhadores. Além disso, os operários reivindicavam a extinção da função de bolsistas, transformando-a em estágio, já que a situação de exploração dos bolsistas é grave, pois eles não gozam de nenhum direito trabalhista.

O Sindicato serviu como intermediário entre os operários e a direção da Ceman, mas o movimento fracassou, segundo Valter Ribeiro da Silva presidente do Sindicato devido ao nível inicial da luta e ao fato dela se concentrar apenas entre os operários de uma categoria. Por isso, ele entende, que é necessário intensificar o trabalho de mobilização e conscientização para se conseguir um movimento conjunto.

Desde 1963 que existe uma associação dos trabalhadores nas indústrias petroquímicas quando estavam surgindo as primeiras empresas na Bahia. Esta associação, no entanto vinha sendo dirigida por pessoas que não estavam interessadas na defesa dos interesses dos trabalhadores e com a possibilidade da criação do sindicato surgiu um trabalho mais consequente. O Sindicato, que deveria ser criado em 74, sofreu algumas pressões, inclusive de membros da diretoria da associação, e por isso a iniciativa demorou tanto para se concretizar. (sucursal de Salvador)

Metroviários brigando com os pés no chão

Afora as reivindicações uma outra grande luta se coloca para os metroviários: a criação de seu sindicato.

Atualmente, quem vem conduzindo as mobilizações, aliás, muito bem, é a Associação dos Empregados do Metrô do Estado de São Paulo, AEMESP, que surgiu a partir de um desdobramento do Metrô-Club, em 1975. Atualmente conta com 2.200 associados dos 3.500 funcionários da companhia.

Processo

Os metroviários entraram com um processo na Delegacia Regional do Trabalho, DRT, solicitando o reconhecimento oficial da categoria e da AEMESP, para sua posterior transformação em sindicato. O processo, porém, foi enviado a Brasília, em maio do ano passado, para a

Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho, que até hoje não deu sua aprovação.

Contudo, eles continuam firmes em sua disposição de lutar pelo sindicato da categoria.

Assim, foi enviada uma carta, há duas semanas, para a DRT reivindicando que o dinheiro arrecadado através do imposto sindical recolhido dos metroviários, que fica com o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carros Urbanos e Trolêibus e Cabos Aéreos, seja depositado em juízo ou seja depositado em um fundo especial na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre, até que seja possível a criação do sindicato.

Censurados e demitidos

Foi realizado, na semana passada no Rio, um ato de protesto numa praça pública a fim de denunciar demissões de jornalistas da Bloch Editora. Segundo notas distribuídas à população «os patrões só deixam sair em seus jornais e outros veículos as reivindicações que não os atingem diretamente, como a dos moleristas, bancários, comerciários, metalúrgicos. Por isso, estamos entrando em comunicação direta com o povo carioca, para informarmos que os empregados se mantêm intransigentes diante de nossas reivindicações».

As demissões que também estão correndo soltas, são represálias à campanha salarial realizada pelo sindicato da classe e, segundo o documento dos jornalistas, estes estão dispostos até a entrarem em greve, para pressionarem os patrões a lhes concederem o aumento.

Assine EM TEMPO:

EM TEMPO:

OPERÁRIOS x PATRÕES

EM TEMPO:

PRESOS DENUNCIAM 233 TORTURADORES

O lista completo dos policiais e militares acusados

Nome Profissão

Idade Endereço

Bairro Fone Cidade

Estado CEP End. Comercial

Horário Fone Estou enviando o cheque n°

do Banco em nome da Editora. Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães 884. Lourdes. Belo Horizonte (MG CEP 30.000.

Em São Paulo. Rua Mathews Grou. 57. Pinheiros. São Paulo. (SP)

CEP 05415. fone 853-6680.

Annual: Cr\$ 600,00

Semestral: Cr\$ 350,00

External

Annual: US\$ 90,00

Semestral: US\$ 50,00

ABAXO

A de ANALFABETISMO,

B de BRASILEIRO, geon

A de ANGSTIA que fica

I de IMPUNE porque o

X de PROBLEMA d

O de

SACAMOS!

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Masôse, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tião Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente), Suplentes: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente). Secretária de Redação: Luiz Nadai. Produção: Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

EDITORIAIS Nacionais: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silva, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Allii, Wilson Prudente. **Internacional:** Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lídia Almeida (sub-editores), Aluisio José Montei-ro, Altair More a Cecilia Tompsom, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Vaga, Lana, Marlene Oliveira, Olga Maria, Suzana Reis, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (coordenador), Antônio Espinosa, Nimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valdeir Amorim. **Arte:** Sérgio L. Papi (diagramação), Seic Maringoni, Dulo Bicalho, Stan, Martinez (ilustração), Ennio Bruins F., Jesus Carlos, João Roberto Martins F., Niels Andreas (foto). **Arquivo e Pesquisas:** Antonio Alfredo S. Nunes, Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quaresima, Silvestre Prado, Valdeir Amorim.

Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.

SUCURSAIS: **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Martre (chefe de sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Afílio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilar, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan (redação), Mariza Araújo (administração). **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Recife** - Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Machado, Paulo Santos, Rebecca Scatru, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 290 - sala 408): Adauto Nogueira, Alan Albuquerque, Antonio de Almeida, Bernardo Karar, Luis Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Meireles, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas **Salvador** (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501): Adelmio Oliveira, João Henrique, Antonio Dás, Emílio José, Danilo Goulão, Oldack Miranda, Lina Maria. **ESCRITÓRIOS:** **Arcadjá** (SE): David Dantas. **Campinas** (SP): Rinaldo Barros.

Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saravira Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição), **João Pessoa** (PB): Aurelio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos, Rivaldo (RN) Cicero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Américo, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos, José Carlos, José Maria, Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Almirante Marcon des Piccola (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelfino Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte) - Redação: Rua Mathews Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP 05415 - Telefones: 280 4759 e 853-6680.

Distribuidores: Diários Associados e Super Bancas. Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados. Rua sete de Abril, 230, São Paulo, S.P.

Gasolina, cara aqui, de graça lá fora

Quem controla os aumentos de preço da gasolina? Consumidores pagam mais a cada ano, enquanto o governo vende o excedente a preço de banana no exterior. Importações de petróleo custam cada vez mais caro: de 750 milhões de dólares, em 1973, elas passaram para 4,23 bilhões, no ano passado. As medidas de racionalização se mostraram completamente ineficazes.

Por Tom Duarte

Se um açougueiro de um bairro qualquer resolver «meter a mão» e «salgar» o preço da carne que vende aos seus fregueses, ele estará incorrendo em séria falta contra a economia popular. Se a dona Sunab der uma dura, é bem provável que ele não escape de uma pesada multa. Mas, e quando se trata do governo. Nesse caso, como dizia o Chico, é melhor chamar o ladrão.

Pois é o que acontece com o preço da gasolina no Brasil. Se o governo é quem controla os abusos, os aumentos indevidos e injustificados no preço, quem é que vai impedir que ele cobre por um litro de gasolina, nada mais nada menos do que Cr\$ 9,60, quando qualquer um sabe que o custo de produção não chega a Cr\$ 4,00? Ou seja, mais de 100% de lucro, o que, para dizer o mínimo, é um verdadeiro assalto. Que na certa faz toda a família Alla (Abdalla, Lutlálla, Atalla, Maluf — não é Alla, mas é genro) ficar morrendo de inveja.

E a coisa fica ainda mais «periquitante» como dizia o português da esquina, quando se sabe que, enquanto se cobra preços escorchantes ao consumidor brasileiro, a Petrobrás vendeu no ano passado mais de 500 milhões de litros de gasolina no exterior a um preço muitíssimo abaixo do custo, perto de Cr\$ 1,90 por litro. Dizem que foram vendidas para a América Latina e África, na certa alimentando os tanques de Pinochet ou das Fuerzas Conjuntas de La Republica Oriental del Uruguay (afinal não é só à base de pedalada que elas vivem. Hay que tener benzina). (1)

Explicar o que acontece com a política de combustíveis no Brasil, não está fácil. Não para nós. Para o governo, é claro. Em apenas cinco anos, o aumento na gasolina foi de 850% (custava Cr\$ 1,03 em janeiro de 1974). Embora o consumo praticamente tenha estacionado (segundo a Folha de São Paulo, cresceu em apenas 0,2% para um aumento de mais de dois milhões na frota de veículos), isto não impediu que o País continuasse gastando os tubos com as importações de petróleo. De 1973, quando gastou um total de 750 milhões de dólares, passou para 4,23 bilhões de dólares em 1974, após os aumentos feitos pela OPEP (que exportava o óleo a preço de banana). Mas, com toda a política de aumento de preços, a

situação não estacionou, chegando a um total de 4,2 bilhões no ano passado, o que representa um aumento de quase 10% no volume importado.

Dispendidos basicamente com o óleo diesel consumido pelos caminhões que trafegam pelas imensas rodovias que o Eliseu Resende e o Andreazza implantaram em sete anos de governo rasgando as terras do País de norte a Sul, de Leste a Oeste, do Oiapoque ao Chui. E de óleo combustível empregado para fazer funcionar o parque fabril do nosso Brasil, céu de anil. Pois, como revelavam fontes da Petrobrás, o diesel teve um aumento de consumo estimado em 47% enquanto os óleos combustíveis tiveram uma expansão de 61%. E a preços subsidiados, justamente pelo consumidor de gasolina, a atormentada classe média (18% das famílias brasileiras possuem automóvel).

Como se viu, a política de «racionalização», via-preços, se mostrou inelcaz nestes anos todos de governo Geisel. Num primeiro momento, o preço do petróleo foi usado como bode expiatório para encobrir as mazelas enfrentadas pela crise do modelo econômico imposto pelo capital financeiro internacional ao País. Ninguém tinha a culpa de nada, a não ser os árabes e demais produtores, que vieram perturbar a paz de nossa «ilha de tranquilidade».

Nem Jesus conserta

Na realidade, ele encobre as próprias distorções impostas ao País pelos grandes grupos multinacionais, particularmente aqueles ligados à indústria automobilística e seus fiéis servidores internos. Racionar ou racionalizar, aumentar os preços ou proibir o consumo em determinados dias, não vai deixar de mostrar que o modelo rodoviário imposto pelo descalabro oficial e pelos interesses de lucros dos grandes grupos só poderia dar no que deu. Pois, num país com imenso potencial de vias navegáveis, marítimas, fluviais ou lacustres, é um verdadeiro absurdo que quase tudo seja transportado por via rodoviária, responsável por mais de 80% do transporte de passageiros e de carga em circulação no território nacional. Como observou o economista mineiro Osório da Rocha Diniz, «é um verdadeiro absurdo que toda mercadoria que vai de São Paulo para Belém do Pará seja transportada em caminhões».

Uma situação que contrasta com a realidade existente em qualquer país europeu ou nos Esta-

dos Unidos, onde os transportes são basicamente feitos por vias navegáveis ou pelas ferrovias.

Ao «pintar» a crise do petróleo, no começo no período Geisel, o governo acenou com uma radical e profunda transformação na estrutura de transportes no país. Passados cinco anos, ao se «cerrarem as cortinas» do espetáculo, o que se viu de concreto? Praticamente nada. O mirabolante Plano Ferroviário Nacional foi pras cucuias (puxado pela Ferrovia do Aço, essa grande embromação que custou ao País 15 bilhões de cruzeiros — veja Em Tempo n.º 49 — sem que ninguém tivesse ido parar em cana). Os projetos de modernização dos transportes urbanos de massa são uma autêntica piada. Duvidam? É só perguntar a qualquer pintado da Central do Brasil, no Rio ou da Fepasa, em São Paulo, para ficarmos apenas nos dois centros mais importantes, se melhorou alguma coisa. Perguntem e saiam correndo, que é motivo para quebraquebra. Gozação de um hora.

E os metrô, hein? O de São Paulo foi feito para a classe média, com a inauguração da linha Norte-Sul. O do Rio será inaugurado antes do «homão» se mandar do governo. Inaugurado? Se é que se pode chamar de inauguração de uma linha com pouco mais de dois quilômetros, assim mesmo ainda totalmente inacabada.

Só que, para mudar de uma hora para outra, nessa altura do campeonato, nem Jesus Cristo e o ayatollah Khomeini juntos. São tantos anos de desperdícios de distorções, que é para deixar qualquer Uri Geller louco. Pois não é de arrancar os cabelos ao se pensar que foi no tempo de marechal Jurez Távora, no Ministério dos Transportes, durante o governo Castelo Branco, que a Rede Ferroviária Federal «desativou» inúmeros ramais de estrada de ferro, ou que os prefeitos de todas as capitais brasileiras simplesmente eliminaram os bondes e troleibus dc mapa, em favor de suas frota de ônibus movidos a óleo diesel?

E quem tem coragem de enfrentar as montadoras da indústria automotora que deram as cartas durante todos estes anos, seja na produção de automóveis, na de ônibus e caminhões, com todo o seu poder de pressão e persuasão. Para mudar radicalmente essa estrutura rodoviária e consumidora de gasolina e óleo diesel não basta apenas boas intenções. É necessário uma mudança radical na estrutura econômica do País.

Como observou o professor Eduardo Suplicy, num país carente de petróleo, é preciso que se dê

ênfase à utilização de outras fontes energéticas. Como o melhor aproveitamento dos vastos recursos hidrelétricos que o Brasil possui e que propiciariam um substancial desalogo na demanda de óleos combustíveis (poluentes de primeira, para ninguém botar defeito) de parte das indústrias.

Há quatro anos, quando se falou em descobrir petróleo na bacia de Campos, o impagável Shigeaki Ueki anunciou que bailaria vestido de barril em plena praça dos Três Poderes. Anunciava, numa das mais formidáveis piadas do ano, que o Brasil em breve estaria produzindo mais de um milhão de barris diários. Pois bem, ainda não tivemos a oportunidade de vê-lo sambando (mas Ueki não se apertou, acabando por dançar um doce minuto com a Brascan). O Brasil não só não aumentou como até diminuiu sua produção interna, que baixou de 180 mil barris diários para 170 mil que produz atualmente (ou seja, cerca de 15% do consumo diário que é de um milhão de barris).

Com isso, é mais do que claro, aumentou a dependência com relação ao fornecimento obtido no exterior, concentrado fortemente em três vendedores (Arábia Saudita, Irã e Iraque) que juntos são responsáveis por 78% do total importado. E não se diga que tudo ocorreu por obra da fatalidade.

Caso de polícia

Em 1967, a revista da Petrobrás anunciava que dentro de um prazo de 10 anos o País estaria conseguindo sua auto-suficiência. E por que isso não ocorreu? Ninguém ainda conseguiu provar que não existe petróleo em quantidade suficiente no subsolo. Mas, convenhamos, petróleo não é capim que vai aparecendo assim sem mais. É preciso cavocar, perfurar tanto a plataforma continental como a submarina. E foi isso o que justamente a Petrobrás durante anos deixou de fazer. E respondeu rapidinho, quem estava na presidência e na diretoria da Petrobrás entre 1970 e 1974? Uma simoneta para quem respondeu Ernesto Geisel e Shigeaki Ueki.

A «clarividência» dos dois foi no mínimo desastrosa para a empresa estatal. Baseados numa abundância de Petróleo no mercado mundial e a preços irrisórios, optaram por transformar a Petrobrás numa simples comercializadora de petróleo e seus derivados, colocando em secundaríssimo plano sua finalidade até então principal, que era a da prospecção. Basta dizer, e até hoje ninguém desmentiu, que durante todo

o tempo a Petrobrás operou com 50% de sua capacidade ociosa.

Com isso, preparavam, ao mesmo tempo, o terreno para a implantação dos contratos de risco, como acabou acontecendo em outubro de 1975, permitindo às companhias estrangeiras instalarem-se aqui. É verdade que até agora, essa entrada nada significou em termos práticos, não aumentou numa gata sequer a produção nacional. Mas como elas não dormem de touca, ninguém perde por esperar: elas só aguardam que a situação interna se agrave, para obter melhores vantagens e zonas mais promissoras para perfuração. Por enquanto, ficam «cozinhandos», garantindo a presença no Brasil. Na hora «H», com melhor poder de barganha, saberão impor suas condições.

A verdade é que a questão petrolífera é um caso de polícia. E que só pode se manter enquanto perdurar a situação de arbitrio e de falta de controle dos setores populares sobre a atuação da Petrobrás e os órgãos que formulam a política energética, no País. Porque, até poderia se admitir que, por exemplo, o governo cobrasse preços elevados sobre produtos escassos, como é o caso dos derivados de petróleo, apropriando-se dos excedentes por eles gerados para investir em setores prioritários. Que poderiam ir desde o reinvestimento na pesquisa e prospecção de petróleo, à ampliação e melhoria do sistema de transportes de massa ou aplicação em outros campos, como o do saneamento básico, como lembrou o professor Eduardo Suplicy.

Mas por enquanto, além de saber que a diretoria da Petrobrás tem um rendimento anual superior a dois milhões de cruzeiros «per capita» e que ela tem propiciado gordos lucros aos que investem em seus papéis no mercado acionário, quem na realidade conhece alguma coisa que se passa no seu interior?

Enfim, como o macaco da televisão, eu só queria entender. E o nosso dinheiro?

(1) A explicação para a existência de excedente de gasolina é a seguinte: todas as refinarias brasileiras estão programadas para extrair 38% de gasolina, 31% de óleo diesel e combustível, 8% de gás liquefeito e 23% de outros derivados de cada barril de petróleo. Hoje, em função da estabilização do consumo de gasolina e o aumento na demanda de óleo diesel, nafta e óleo combustível, a proporção de gasolina requerida deveria ser menor, de 23%. Daí, surge um excedente de gasolina, exportado para o exterior.

ENCHENTES

Quase cinco mil casas destruídas em 190 cidades mineiras, antes de 9 de fevereiro, dia em que o sol reapareceu sobre o Estado. No mínimo, 300 mortos. Isso, sem contar os danos no Espírito Santo, na Bahia e no Rio. Diante da tragédia, do país dividido, o que mais se destaca nas reações do governo são os apelos ao céu e o lançamento da culpa em Deus. Mas as enchentes não são provocadas pela Providência nem pesam sobre os homens como castigos divinos. É o que demonstra a reportagem realizada pela Sucursal de Minas do EM TEMPO, ouvindo os flagelados, registrando suas reações contra o governo, analisando as causas das inundações e revelando o seu alcance e suas consequências para a maioria do povo da periferia. Na última página, a palavra dos flagelados, suas reivindicações e as manifestações de solidariedade popular. Aqui, um quadro geral da situação no Estado, as reações oficiais e uma análise das atividades lucrativas e predatórias que contribuem para a ocorrência de fatos como esses.



Diante da tragédia o governo culpa Deus

As consequências das chuvas que desaguaram sobre Minas Gerais desde o final de dezembro podem ser resumidas numa pequena lista de dados trágicos. Até o dia 9 de fevereiro (data em que o sol voltou a aparecer), cerca de 190 cidades tinham sido fortemente atingidas pelas enchentes, ao mesmo tempo em que 56 delas continuavam isoladas sem qualquer comunicação terrestre. Cerca de 4.600 casas foram completamente destruídas e perto de 9.000 danificadas, acarretando um saldo de 200 mil desabrigados e algo próximo a 300 mortos. 91 estradas foram interrompidas e 190 pontes destruídas — o que trouxe uma paralisação parcial da circulação de mercadorias e pessoas pelo interior do Estado.

Com isso, a fome absoluta é a primeira consequência imediata, atingindo a quase totalidade das cidades isoladas. Agrega-se ao quadro a falta de energia elétrica (treze redes danificadas) e de água potável. Finalmente, não bastassem as enchentes, agora que as águas estão baixando, resta o perigo de epidemias, especialmente a febre tifóide.

As consequências econômicas do dilúvio não chegam, entretanto, a atingir grandes proporções: estima-se uma perda de 60 mil toneladas de feijão da safra «das águas» (o que não representa mais de 3% da produção brasileira), além de perdas ocasionais nas safras de milho e arroz e no rebanho bovino. Conjuntamente, a danificação das estradas tem contribuído para uma redução do abastecimento de leite para os laticínios (queda de 40%) e de carvão vegetal para as pequenas siderúrgicas de ferro-gusa localizadas no Vale do Aço e proximidades.

Nestas condições, pode-se afirmar que as consequências das enchentes foram muito mais sociais (jogando ao desabrigo milhares de pessoas) do que econômicas, já que não resultaram em perdas significativas da produção agropecuária ou mesmo da produção industrial.

E a razão disso é que a «inspiração divina», um termo bastante usado por fontes do governo, «privilegiou» as regiões mais pobres do Estado (especialmente os vales do São Francisco e Jequitinhonha) com uma carência significativa de produção de riquezas.

Por outro lado, quando isso não se deu a tragédia das enchentes que atingiu eixos econômicos importantes como a própria capital, teve uma peculiar, mas não surpreendente, perspectiva de classe, afetando quase que exclusivamente os bairros pobres, situados nas encostas ou nas regiões baixas das cidades normalmente abandonadas pelos poderes públicos. O que parece específico deste dilúvio é que pelas suas propor-

ções, além de atingir os bairros da classe trabalhadora, (coisa que acontece invariavelmente todos os anos, no período de chuvas), atingiu também — embora apenas esporadicamente — atividades, regiões ou bairros ligados de uma forma ou de outra a classe dominante. Daí seu grande apelo enquanto fator de mobilização da «opinião pública» e como a manchete do momento.

A Indiferença do Governo. ou será que a culpa é de Deus?

No quadro atual onde o que teria de ser realizado a curto prazo seria o socorro efetivo dos desabrigados, a ação do governo, a nível munici-

pal, estadual ou federal, tem-se pautado pela ineficácia ou pela indiferença, dois fatos que não passam no fundo de «farinha do mesmo saco».

No plano do governo estadual, a falta de infraestrutura e recursos para cobrir uma necessidade de tipicamente social (geralmente desviados para o financiamento de empreendimentos capitalistas como a FIAT) tem levado a que o governador Ozanan Coelho venha ditando apenas apelos e frases patéticos: «O homem não tem condições de lutar contra os desígnios da natureza e nem contra os desígnios de Deus. Mas dentro de nossa pequenez faremos todo o possível para minorar o sofrimento do povo».

Por outro lado, no plano federal, o que é mais notório é a cínica indiferença do governo. Em reunião extraordinária do Conselho de Desenvol-

vimento Econômico não se destinou nenhuma verba especial para as regiões atingidas pelas enchentes e enquanto o governo de Minas solicitava Cr\$ 120 milhões, o Ministério do Interior respondeu com a ridícula soma de Cr/ 4 milhões.

Na verdade, tanto a falta de infra-estrutura e recursos como a indiferença do governo federal resultam do fato de que as políticas do estado numa sociedade capitalista estão indissolvemente ligadas aos interesses da burguesia, ao passo que a tragédia das enchentes é um fenômeno que atingiu basicamente os trabalhadores. Por isso é que o governo tem sempre dinheiro para socorrer os Atalla da vida e nunca tem verba pra resolver os problemas da maioria da população. Este desprezo atinge ao limite do extravagante nos marcos de uma ditadura como a brasileira, onde o problema social não passa de

uma questão política ou simplesmente não constitui uma questão.

E nesse sentido que pode ser entendida a opinião do General Figueiredo sobre as enchentes, dizendo que «vai rezar uma novena para o Papai do Céu aprender a distribuir melhor as chuvas, já que ele não aprendeu ainda a distribuir a renda». Ou seja, além de se lixar para o problema das enchentes, ele — General Figueiredo, próximo Presidente da República — também se lixa para a questão da distribuição de renda, atribuindo a ambos uma determinação divina.

Finalmente, apesar de se lixar para o drama dos desabrigados, é possível que o regime o utilize para justificar os seus desacertos na política econômica, incluindo talvez, no seu vocabulário econômico e termo «infiltração das enchentes». (Maurício Borges)

Eis as causas: Deus não é culpado

O levantamento da flora do Noroeste Mineiro, região de curso do Rio São Francisco, com aerofotos dos anos 64/66 e uma atualização das condições de cobertura vegetal e uso da terra, realizada sobre aerofotos do ano de 1975, para uma área de 68.286 Km², incluindo grande parte das bacias dos rios Paracatu e Uruçuaia, que integram a bacia do Rio São Francisco, indicaram a seguinte situação:

— a área desmatada que em 64/66 não era significativa, ocupava em 1975 15% da área total de 68.286 Km².

— pastagens sofreram aumento de 69% ocupando, em 1975, 314.200 ha. Paralelamente, as áreas reflorestadas correspondiam a apenas 0,31% do total da área.

Resultado: o equilíbrio hidrológico nestas bacias vem sendo progressivamente ameaçado. Como? Basicamente devido à atividade de produção de carvão para as siderúrgicas mineiras, cujo preço pago é o da devastação dos serrados de Minas, das matas das cabeceiras dos rios e das matas ciliares que margeiam cada um deles.

O uso de embarcações a vapor no Rio «Chico» e outros e a construção de ferrovias a partir do início deste século nessa região provocaram derrubada parcial de matas ciliares, que iam alimentar as caldeiras dessas máquinas. Foi a intensificação da atividade siderúrgica no Estado, no entanto, que provocou a devastação completa das matas da região de curso do «Chico». Aí se produz o carvão vegetal que alimenta

os altos-fornos das siderúrgicas Belo-Mineira, Mannesmann, Acesita e uma centena de outras de pequeno porte, espalhadas pelo Estado.

Nos desmatamentos a causa das enchentes

Henrique Alves, engenheiro, Chefe da Assessoria de Planejamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais afirma não ser possível por enquanto se «estabelecer uma correlação entre a derrubada das florestas e a intensidade das chuvas que caem nas regiões mineiras dos vales dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Doce. Mas uma coisa é certa, diz ele: «Em Minas chovia alternadamente nestas regiões. Agora, ocorre uma concentração de chuvas intensas em todas elas, simultaneamente». Ele prossegue: «Seu não houver cobertura vegetal e desparecendo as matas das cabeceiras e as matas ciliares, essa quantidade de água que cai escorre com rapidez para o fundo dos vales, disso resultando a proporção atual das enchentes, provocando desbarrancamento dos rios, erosão, alargamento das caixas, tornando os leitos rasos por causa do assoreamento».

O assoreamento tem duas causas fundamentais: a atividade mineratória que despeja nos rios que desaguam na represa de Três Marias e no «Chico» o minério inerte. O minério grosso fica entalado no encontro dos rios com a represa, e o fino vai além, sedimentando-se na área da represa, reduzindo a capacidade de retenção de

água da barragem. As descargas das comportas despejam esse minério fino rio abaixo. Já o desmatamento, com a erosão inevitável, permite que as chuvas despejem sobre os leitos dos rios quantidades de terra que ficam sedimentadas, provocando calamidades em caso de chuvas, que cada vez mais se tornam torrenciais.

Estão acabando com as matas e com os rios

Aqui vem o mais grave da história, segundo Waldemir Barbosa da Cruz, pesquisador do Centro Tecnológico (CETEC—MG):

1. o volume de água disponível em uma bacia é o volume total precipitado pelas chuvas, exceto aquele volume consumido pela evaporação e infiltração das plantas. O saldo escoado pelos rios. Parte desse saldo escoou pela superfície e chega diretamente aos rios, e parte penetra no terreno, fica acumulada no sub-solo (mananciais subterrâneos), e, somente depois de um certo tempo, é restituído às calhas fluviais. Aqui está o problema.

2. A quantidade de água infiltrada no terreno é fortemente influenciada pelos desflorestamentos que alteram completamente as condições naturais do terreno e podem provocar diminuição da quantidade de água infiltrada e, conseqüentemente, do volume restituído ao rio por essa via.

3. Se isso acontece, aumenta enormemente o escoamento de superfície, gerando problemas de degradação do meio ambiente (erosão, etc.). A

concentração de escoamento em determinado período de tempo (período de chuvas) modifica o regime do rio, pois começa a passar mais água no rio no período de chuva do que no período de estiagem, reduzindo, desta maneira, o efeito de regularização natural efetuado pelos mananciais subterrâneos. Isso aumenta os riscos de enchentes e inundações, provocando transbordamentos. Isto gera erosão acelerada e assoreamento.

4. O aspecto fundamental é o seguinte: a agressão ao meio ambiente, representada pelo desmatamento, provoca uma diminuição da infiltração da água e, conseqüentemente, uma diminuição do papel regulador dos reservatórios de água subterrânea.

5. Nas palavras de um técnico da Secretaria de Ciência e Tecnologia, isto quer dizer o seguinte: «Com a existência das matas das cabeceiras e as ciliares, o escoamento de superfície não ultrapassa 50% do total das águas das chuvas que caem até o solo. Sem as matas, esse escoamento atinge 90% da precipitação, num caudal que varre as margens, aumenta a erosão e o assoreamento». As matas funcionam como conduto de canalização das águas para os reservatórios do sub-solo. Sem elas não há essa penetração.

6. Isto que acontece em Minas Gerais, sobretudo nos vales do São Francisco, Paracatu, Uruçuaia, Jequitinhonha, Doce e Piranga. Resultado: 190 cidades afogadas pelas águas. É obra do «papai do céu»? (João Batista dos Mares Guia)

São Paulo

Chega de prefeitos biônicos

O MDB paulista e gaúcho vão fincar pé contra a nomeação de prefeitos biônicos para as capitais. Só vão apreciar os nomes quando for aprovada a emenda Mauro Benevides que restabelece eleições diretas (previstas para 120 dias após a sua aprovação, segundo adendo do deputado Freitas Nobre). A decisão do MDB paulista foi adotada no dia 12, durante reunião do diretório Regional, quando os adesistas mais deslavados foram fragorosamente derrotados.

O povão presente ao encontro estava indócil, só faltou jogar os «Malufistas» e governistas pela janela do 6º andar da Câmara de Vereadores. Só para sentir o clima: quando o presidente da mesa perguntou, para garantir o direito de um adesista falar, se o MDB não era um partido democrático, um popular respondeu: «é democrático sim, mas não é partido de cabra safado»

Por Tom Duarte e Luiz Nadai

Que pena que nosso jornal não é um canal de televisão. Senão não deixaríamos de mostrar aos nossos leitores um espetáculo inusitado, a cores, raramente visto nos últimos 15 anos. O ironicamente chamado auditório «31 de março» da Câmara Municipal de São Paulo, estava repleto na manhã do dia 12 de fevereiro, quando o diretório regional do MDB se reuniu para apreciar a proposta de não apreciação do nome do prefeito indicado por Paulo Salim Maluf. Ao lado dos engratados deputados e senadores, de alguns parlamentares populares de roupa esporte imagi-nem só, um montão de povo, sim, daquele mesmo que provoca enjôo no Figueiredo.

Imaginem só, vieram do M. Boi Mirim, do Cupecé, de Piraporinha do Jardim Santa Maria, de Santa Margarida e de outros lugares menos citados na crônica social. Vieram para ver quem era quem na hora da verdade, na hora em que o MDB decidia se assumia consequentemente aquilo que pregou durante a última campanha eleitoral. E partiu, do fato político criado pela indicação do prefeito, para levantar a bandeira do restabelecimento das eleições livres e diretas, não só para as Prefeituras, como em todos os níveis.

Pau nos adesistas

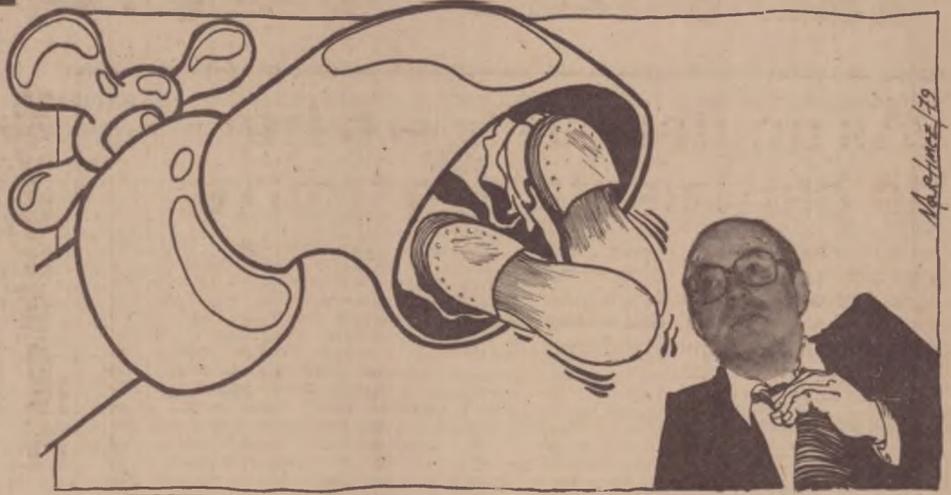
Pelos corredores e nos bastidores, algumas pessoas risonhavam. Sim, lá estavam eles, os tradicionais sabujos adesistas de sempre, os Manoel Sala tristonho por não ver o Delim na Prefeitura, hein Mané, o «zumbi João Paulo Arruda Filho (sim, aquele mesmo que ganhou milhões na especulação imobiliária Interlagos, frequentador do Hipopotamos e do Ta Mateu, beijador de mão do Figueiredo), Gustavo Korte (deputado casado pelo voto popular nas últimas eleições). Vociferava, contra a provocação, contra o descumprimento da Constituição outorgada, anunciando catástrofes apocalípticas caso a «transa» com Maluf fosse rejeitada.

Mas todos eles levaram o que mereciam. Os raros que se atreveram a falar, como Korte e Jihei «Soda» foram estrondosamente vaiados. Manoel Sala, então correu, não se atreveu a dizer na frente de todo o mundo o que resmungava nos quatro cantos. Até a pobrezinha da Teodósia Ribeiro, deputada estadual e política há 10 anos, como ela mesmo frisava, não escapou da ira popular. Dava gosto de ver a Teo, alinhadíssima (vestia discreto conjunto creme, bem penteada, perfumada idem) sendo atropelada por um grupo de mulheres indignadas, que lhe cobravam a assinatura no documento dos 42 deputados (de um total de 53) que se negavam a apreciar qualquer nome para a Prefeitura enquanto a emenda Mauro Benevides, que restabelece as eleições diretas, não fosse votada pelo Congresso Nacional. «A senhora não é oposicionista» foi o mínimo que a Teodósia ouviu.

Mobilizar o povo

Mais esperto, antes que alguém cobrasse publicamente, Natal Gale bi-presidente (do Diretório Regional e da Assembleia Legislativa (é dose dupla) foi logo se desculpendo, ao começar a reunião. Disse que os jornais (sempre a imprensa) não traduziram corretamente o seu pensamento quando afirmou que o Reinaldo (sobrinho do Ademir, indicado por Maluf, sai de baixo...) por ser presidente da Sabesp tinha tudo para ser um grande prefeito (no que é desmentido pelas donas de casa de Figueira Grande).

Mas a verdade é que a iniciativa do grupo de deputados combativos, ancorada num sólido respaldo popular acabou contribuindo decisivamente para a aprovação quase unânime (28 votos a favor, contra 1 do Gustavo Korte, que queria deixar as coisas para abrir, que era pra transar bastante). Até mesmo aqueles deputados e membros do diretório reconhecidamente moderados acabaram fazendo pronunciamentos combati-



vos, como foi o caso de Reginaldo Valadão (Oh, tempora, oh, mores). Com o povão vigilante, quase ninguém tinha coragem de ir contra.

Agora, é importante que o MDB siga o que foi preconizado por deputados como Aurélio Peres, Irma Passoni, Geraldo Siqueira e Antonio Rezak e Marco Aurélio Ribeiro. Que não fique apenas limitado à atuação ao nível do legislativo, simplesmente negando o quorum necessário à apreciação da mensagem de Maluf. Como disse Irma Passoni: «O MDB deve promover, uma ampla mobilização popular em defesa da eleição direta para prefeito da capital, que o partido assumia a impressão e distribuição de folhetos conclamando o povo a se reunir, mobilizar e exigir eleições diretas para prefeito e que convoque um ato público contra as eleições indiretas. Nós somos capazes de levar essa campanha, nós não contamos só com o nosso poder, nós contamos com o poder do povo».

A vinculação dessa luta, que começa ao nível do restabelecimento da autonomia municipal com o fim do regime militar também foi colocada durante a discussão. Para o deputado Geraldo Siqueira, não basta apenas pedir eleições diretas: «ela tem que ser livre, com anistia, com ampla liberdade de expressão, de organização, porque não basta escolher um prefeito, é preciso que a periferia, a população que sofre a exploração econômica apresente os seus projetos de como deveria ser a política urbana, de transportes, saneamento, abastecimento de águas».

O mesmo ponto foi reafirmado por Aurélio Perez ao indagar e responder: «O que é de interesse, hoje, à classe operária? interessa o fim do regime e do governo que é ilegítimo, na forma e na essência. Ilegítimo na forma porque não foi o povo que escolheu e ilegítimo na essência porque ele nunca defendeu os interesses do povo brasileiro».

O povo quer ser ouvido

As manobras da Mesa impediram que um grupo de mulheres lesse um documento firmado pela sociedade de amigos e clube de mães do bairro Figueira Grande, zona sul de São Paulo, exigindo eleições diretas para a capital. Elas protestavam, também, contra o nome de Reinaldo de Barros, «um homem que na função de presidente da Sabesp nunca atendeu o povo»

Da mesma forma, o representante da União Estadual de Estudantes (UEE) inscrito como orador, não pôde falar. Aqui, a posição dos setores populares

«Somos contra a indicação do prefeito pelo Paulo Maluf. Queremos que seja aprovada esta emenda de eleições diretas. Que o MDB exija que faça o que o povo deseja e espera. Que o nosso prefeito seja eleito e não nomeado, pois nas eleições de 15 de Novembro o povo votou e a maioria quer e exige que se faça eleições. O povo se manifestou por meio das eleições pondo lá os seus representantes e agora exigimos que nos representem fazendo valer a nossa vontade, colocando um prefeito eleito. Estamos unidos em muitas entidades com a maioria do povo que quer a mesma coisa. Como é que nós podemos aceitar como prefeito de São Paulo, um homem que na outra função de presidente da Sabesp, nunca atendeu o povo, e como prefeito jamais falta água, mas muitas outras coisas, que nos

receberá o povo que agora não só reclama a faltam como: esgoto, asfalto, pronto socorro, posto de saúde, luz, creche, telefone público, condução coletiva, escola, parque infantil, resolvendo o problema dos terrenos clandestinos, lanche melhor para as crianças que estudam. Nós, da sociedade amigos de bairro e clubes de mães do bairro Figueira Grande exigimos que o MDB tome uma atitude se unindo para que essa emenda em Brasília seja aprovada o mais rápido possível».

O que é importante de marcar inicialmente, é o caráter diferente desta reunião: a presença de clubes de mães, de associações de bairros, da UNE, vem caracterizar um novo tipo de compromisso que esta reunião mostrou, vão polarizar posições: existiu um grupo de deputados que

manifestou uma preocupação principal com a conciliação com o Governo, que se produziu na proposta de não se fechar imediatamente, de se analisar antes a proposta do Governo, numa clara abertura a uma discussão com o governador imposto, com o sistema. De outro lado, quer aqueles que já vinham se caracterizando por uma posição mais combativa e quer sejam deputados que foram polarizados por essa posição, que foram puxados; a gente percebeu deputados que tinham uma linguagem de compromisso mais moderado, hoje terem uma posição mais combativa, exigida pelas presenças que estão aí.

Isto é um marco extremamente importante que deve ser explorado ao máximo. Ao nosso ver a participação e a intervenção da UEE, Sociedade Amigos de Bairro, no sentido de tentar fazer com que o MDB assumisse posições mais combativas é algo fundamental de ser feito. Não temos ilusões de que o MDB passará a ser um partido popular, ou de que passará a ser um partido comprometido com os reais interesses do povo, a questão porém, é que a atuação organizada, firme no interior do partido, pode abrir um espaço político para a discussão e organização do movimento, a partir de suas entidades representativas, e fortalecer as posições mais combativas dentro do partido, consubstanciando como é o caso, um impasse para o regime, como é negar qualquer tipo de prefeito indicado».

“Queremos eleger o prefeito de nossa cidade”

A atitude da bancada emedebista ao fechar a questão contra a apreciação do indicado de Maluf para a Prefeitura de São Paulo não é uma provocação, diz o deputado estadual Eduardo Matarazzo Suplicy. Ela é coerente com a defesa das eleições diretas a todos os níveis feita pelo partido oposicionista e que lhe carregaram a maciça votação obtida em 15 de novembro. Para ele, «o entrosamento maior que deve existir, prioritário a qualquer outro, é entre a vontade popular e o prefeito, entre a vontade popular e o governador, entre a vontade popular e o presidente da República». Leia na íntegra o seu pronunciamento.

«De Santo Amaro à Freguesia do Ó, de Pirutiba à São Miguel Paulista, passando pelos Jardins, Acimação, Perdizes, Higienópolis Liberdade ou Saúde, por qualquer lado que se vá da cidade, pode-se ouvir quase que em uníssono a vontade dos paulistanos de exercer plenamente o direito tácito e reconhecido em uma democracia de participar diretamente da escolha do prefeito desta grande metrópole, cheia de virtudes e problemas».

É difícil para a população de São Paulo, bem como para os habitantes das capitais dos Estados, compreender porque a Constituição Federal, que garante a autonomia municipal pela eleição direta do prefeito em quase todos os municípios brasileiros, tolhe essa autonomia naqueles mais importantes e populosos.

Pudemos ouvir de trabalhadores, de intelectuais, de artistas e cientistas, de profissionais liberais, de dirigentes de entidades, de empresários que todos encaram como sensato para uma Nação que quer conquistar com passos firmes e positivos a plenitude democrática, que os paulistanos e os cidadãos das demais capitais venham a eleger diretamente o próximo prefeito de sua cidade neste ano de 1979. Também é essa a opinião já expressa por quase todos os órgãos de imprensa escrita e falada de nossa cidade.

Claras são as razões porque desejamos escolher diretamente o prefeito em vez de termos um prefeito indicado apenas por um governador de Estado que foi levado ao poder por um processo que não se pode considerar democrático e que, como os resultados das eleições de 15 de novembro de 1978 demonstraram, especialmente em São Paulo, não atende em absoluto a vontade popular.

Um prefeito escolhido diretamente em eleições livres e democráticas tende a ser uma pessoa comprometida com os principais interesses da população que o elegeu. O livre debate da disputa eleitoral costumam ser proveitosos e criativos em ideias para apontar soluções para os problemas, para ajudar o povo a definir prioridades, e mesmo para que os governantes e candidatos possam explicar que não é possível obter-se tudo o que se propõe ou que se gostaria em virtude das limitações de recursos.

Quando está no poder um prefeito que foi escolhido pelo povo, em geral, todos sabem que no governo está alguém cujas portas estarão abertas para um diálogo que foi iniciado durante a campanha eleitoral, na qual compromissos foram firmados de que o governante deverá ouvir e atender a maioria que o elegeu, sem poder desprestigiar os direitos das minorias que votaram noutro candidato.

No caso do prefeito ser escolhido pela indicação de um governador, ainda que com a aprovação da Assembleia Legislativa que não tem o poder de indicar nomes alternativos, não se pode ter garantias de que o governante irá ter um comportamento consentâneo com os interesses da maioria da população. Pode ocorrer mesmo que, com frequência, suas atitudes e prioridades administrativas não levem na devida conta as necessidades básicas e os interesses daqueles que tanto contribuíram para o aumento da produção nacional e que foram em grande parte marginalizados dos respectivos benefícios por terem sido cercados em sua participação na vida política.

Pode até mesmo ocorrer de o indicado pelo governador ser pessoa séria, idônea, administrador, competente e experiente, e até com disposição e sensibilidade para diagnosticar e agir em defesa dos interesses da maioria. Mas isso tenderá a ser uma exceção, nunca satisfatória quando comparada à alternativa de um candidato a prefeito que seja escolhido não apenas por ter sido reconhecido pela população como alguém capaz de estar à frente da administração da cidade, mas que também demonstrou saber identificar as principais aspirações de seus concidadãos.

Estes são os motivos básicos que levam os deputados estaduais eleitos pelo MDB em São Paulo, na quase totalidade de sua bancada, a propor ao Diretório Regional que fixe diretrizes para que não apreciemos, na Assembleia Legislativa, nome algum indicado para prefeito de São Paulo pelo governador, até que o Congresso Naci-

onal vote a emenda constitucional que restitui a autonomia política às capitais dos Estados.

Essa atitude dos deputados estaduais está sendo tomada depois de termos examinado com cuidado todas as objeções levantadas, algumas por colegas de partido, outras por membros do partido governamental. Mas tais objeções foram todas superadas e as que restam são de frágil sustentação.

Certamente não se trata de uma provocação indevida.

Estamos todos cientes de que a defesa das eleições diretas em todos os níveis do poder Executivo e Legislativo constituíram uma das principais bandeiras de luta de todos os candidatos do MDB nas eleições passadas. E que se o nosso partido obteve mais de dois terços dos votos populares em nosso Estado, e proporção ainda maior na Capital, forte deve ser o nosso empenho em levarmos adiante um dos mais importantes compromissos de campanha.

Mais do que isso, numa oportunidade como essa, tudo devemos fazer para mostrar unidade e força em prol de uma bandeira que todos defendemos deixando para outra ocasião a discussão de diferenças que naturalmente ocorrem sobre outros assuntos.

Argumentam alguns que os prefeitos das Capitais devem ser indicados pelos governadores porque é necessário haver entrosamento administrativo entre ambos. O fato de a cidade realizar obras não apenas com os recursos que arrecada, mas também com recursos estaduais e federais, seria o argumento para justificar uma articulação muito boa do prefeito com os governos estaduais e federais. Ponderam, por exemplo, que seria difícil resolver o problema do saneamento básico de São Paulo se não fosse esse objetivo definido como prioritário por ambos os governos, municipal e estadual.

O entrosamento maior que deve existir, prioritário a qualquer outro, é entre a vontade popular e o prefeito, entre a vontade popular e o governador, e entre a vontade popular e o presidente da República. Se não existe afinidade entre a vontade popular e os objetivos a serem alcançados pelo governador do Estado que não foi escolhido por um processo que consideramos democrático, essa não é razão para que o mesmo ocorra com o prefeito.

O mesmo argumento, por absurdo, poderia ser levado às últimas consequências com a nomeação de prefeitos para todas as cidades se prefeitos de cidades tão grandes como Campinas e São José dos Campos, de tamanho comparável ao de muitas Capitais de Estados, podem ser escolhidos livremente por sua população, e ser até de partido diferente do que o do governador, por que não pode a população das Capitais escolherem livremente quem irá governar suas cidades?

Observe-se também que um objetivo tal como o saneamento da cidade de São Paulo foi definido como prioridade básica dos governos Federal, Estadual e Municipal somente depois que a situação se tornou quase de calamidade pública, com os índices de mortalidade infantil atingindo níveis quase que recordes exatamente em 1973 e 1974, depois de anos seguidos de rápida, porém cada vez mais concentrador processo de desenvolvimento em nosso País, e depois de seguidas gestões de prefeitos nomeados por governadores. Dessa forma, a pressão social e política era tão grande em 1974 que não restava alternativa para o presidente, governador e prefeito senão a de envidar todos os esforços para que em São Paulo se atacasse com determinação a melhoria do saneamento básico. Felizmente alguns passos foram dados nessa direção, mas com muito atraso.

Ponderemos, ademais, que o fato de o município depender tanto hoje de um bom entrosamento com os governos estaduais e federal constitui a consequência de uma centralização excessiva do controle dos recursos públicos a nível estadual e federal. Necessário, portanto, que tomemos a iniciativa de promover a democratização desse controle. O caminho mais correto nessa direção, obviamente, é que comecemos de baixo para cima, das bases populares para os governantes eleitos, dos municípios para a União».

R.G.S. Impasse não preocupa

Técnico no Rio Grande do Sul só para treinar o Grêmio ou o Internacional. MDB não vai aceitar prefeito nomeado, setor jovem e tendência socialista exigem eleições diretas: E já organizam a campanha de mobilização popular.

No Rio Grande do Sul não tem meio termo: nem político arenista, nem «técnico descomprometido» vai para a Prefeitura de Porto Alegre. Prefeito só com eleições diretas é a tese que, defendida inicialmente pela Tendência Socialista do MDB, parece já ter conseguido sensibilizar a maioria do diretório e da bancada estadual do partido oposicionista. Essa posição majoritária foi garantida, no começo da semana, pelo deputado Carlos Amaral de Souza ao deputado paulista Fernando Moraes, que está pregando uma atuação sincronizada nos dois Estados.

Da mesma forma, os gaúchos não temem a criação de um impasse político. Como afirmou o deputado federal Waldir Walter, «um partido que é instrumento do povo na luta contra a ditadura, precisa, sempre que possível, criar impasse quando se debate questões vitais para a democracia. Mas quando se fala em impasse, é preciso salientar que, neste caso, se trata de um impasse legítimo».

Setor jovem

No final de janeiro, o setor jovem do MDB gaúcho enviou carta ao diretório regional e a toda bancada estadual e federal do partido,

reivindicando a posição da Tendência Socialista. Segundo a TS «o MDB não cabe ficar separando o «técnico» e o «político». Isto não existe, nenhuma administração, nenhum governo é neutro. O que defendemos é a volta imediata das eleições livres e diretas para a escolha dos Prefeitos das capitais, das áreas de segurança nacional e das estâncias hidro-minerais. Para tanto, o partido deve mobilizar a opinião pública, nesse sentido, através de comícios, concentrações, boletins, seminários, etc. E nesta medida, o MDB deve fazer valer sua maioria na Assembleia Legislativa gaúcha, rejeitando qualquer indicação do governador para a Prefeitura da Capital do Estado».

Segundo o setor jovem, essa posição fortalecerá uma alternativa democrática, ou seja, a aprovação e execução da emenda Benevides. Entre o prazo de aprovação da emenda (março/abril) e a convocação das eleições diretas, seria, então aprovado um Prefeito provisório, com mandato tampão.

Em função disso, o setor jovem está organizando desde já a campanha pela volta das diretas. Segundo seu presidente, José Carlos de Oliveira, ela seria feita da seguinte forma: «1º — Campanha de Propaganda Política (através da colagem de cartazes em toda a cidade e distribuição de panfletos que propagandeiem a luta pela realização das eleições), mobilizando cerca de 300 militantes do setor. 2º — Comícios Relâmpagos nos pontos de maior movimentação da população da capital paradas de ônibus, entradas e saídas de escolas e locais de trabalho. 3º — Grandes comícios durante o mês de março, que sejam capazes de mobilizar uma grande massa da população, como nunca se viu desde 1964».

R.J. Está tudo “ruço”

«No Rio a tendência é de que a maioria da bancada controlada por Chagas Freitas aprove o nome de Israel Klabin», afirma o vereador Antonio Carlos de Carvalho. Para ele, embora a posição do diretório regional de São Paulo tenha repercutido bem, principalmente entre os setores «autênticos» do MDB carioca, a situação em seu Estado é muito difícil: os deputados mais combativos deverão fazer uma declaração em forma de voto, posicionando-se contra a indicação indireta e pedindo o restabelecimento das eleições diretas a todos os níveis. Da mesma forma, deverão somar-se à mobilização em torno da emenda Mauro Benevides, divulgando sua posição pela imprensa e junto às bases populares do partido.

Por outro lado, Antonio Carlos faz questão de desmistificar a imagem criada em torno do indicado por Chagas Freitas. «A imprensa está querendo mostrar o Klabin como um boa praça, um desportista, queimado de sol, ligado aos meios intelectuais. Na verdade ele não passa de um elemento ligado aos círculos financeiros internacionais, é amiguíssimo da família Rockefeller e aos grupos imobiliários que devastaram o Rio de Janeiro. A verdade é esta, sai Tamoio, entra Klabin, a situação permanece a mesma».

Tonico, como é conhecido, faz uma outra revelação: Klabin é bonachão só nas aparências. Na verdade é elemento comprometido com a ultradireita militar em Israel, tendo tornado-se notório como angariador de fundos junto aos círculos sionistas para sustentar o militarismo israelense.

Anistia entra em campo

As mudanças que o fim do banimento não trouxe

Do decretar o fim do banimento, o general Geisel deixou praticamente tudo como estava para ver como é que fica. É o que se comprova, pouco mais de um mês do anúncio da medida, que não causou nenhuma euforia entre os ex-banidos, como mostram as entrevistas feitas com vários deles, na Europa, entre os quais José Ibrahim, List Benjamin Vieira e Roque Aparecido da Silva.

De Paris, por Cristina Stefanini, Renato Cardoso e José Veiga.

Pouco mais de um mês depois do general Ernesto Geisel ter decretado o fim da pena do banimento, praticamente nada se alterou na vida das dezenas de atingidos pela medida, que vivem em sua maioria na Europa.

Numa sondagem feita pelos nossos repórteres na capital francesa, não existiu motivo para euforias. Foi o que disse, por exemplo, José Ibrahim ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e um dos principais personagens da greve que atingiu aquela cidade em 1968. Ele recebeu vários telefonemas de felicitações da parte de seus familiares e amigos mais chegados. Acabou por se sentir constrangido em ter que jogar água fria: «é apenas um pequeno recuo do governo e não a anistia». Embora concordassem, todos insistiram na importância do acontecimento: «Agora a anistia foi mesmo para a rua».

Esvaziar a Anistia

Na realidade, os atuais «ex-banidos» consideram que o decreto é uma tentativa de esvaziar o movimento pela anistia. A jogada do regime seria caminhar para uma anistia parcial concedida com um conta-gotas. A queda do banimento é a primeira gota. Atila Neves, ex-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul, acha que essa vitória parcial não muda substancialmente a situação dos banidos: «Não volto para ser preso. Isso seria entrar no jogo do governo. Não foi crime nenhum revoltar-se contra a ditadura militar. Ela é quem tem que responder por seus crimes». Essa também é a opinião de Derly de Carvalho, ex-líder sindical no ABC paulista. Ponderou, no entanto, que «o fato de terem reconhecido o banimento como uma aberração jurídica ou leva, de qualquer forma, a nos reconhecer no plano político».

Mas não são as únicas preocupações trazidas pelo ato teatral do revellon de Geisel. Bruno Silva, também dos «setenta», chamou a atenção para o caráter «demagógico» dessa iniciativa: «A queda do banimento se articula com a reabertura dos processos que estavam suspensos, o que implica a possibilidade de condenações. Nestas condições, para nós, banidos, a situação pouco se modifica. Não temos nenhuma garantia de poder voltar livres para nos reintegrarmos no movimento popular». Essa é outra constante nos depoimentos recolhidos. Ainda mais que há indícios concretos de que as condenações começariam a ser prescritas a partir da data da sentença. É como se o banimento não tivesse sido uma punição.

«A batalha agora é para que o prazo de prescrição da pena comece a partir da data da prisão», disse List Benjamin Vieira, que foi defensor

público do Estado do Rio de Janeiro antes de virar um dos 128 banidos. Disse estranhar bastante as declarações do porta-voz do Planalto, coronel Ludwig, tentando estabelecer que as prescrições só começariam a correr a partir da data do julgamento: «Quer dizer que mesmo depois das tais Reformas Políticas um coronel tem direito de firmar jurisprudência? Isso não é competência da Justiça?»

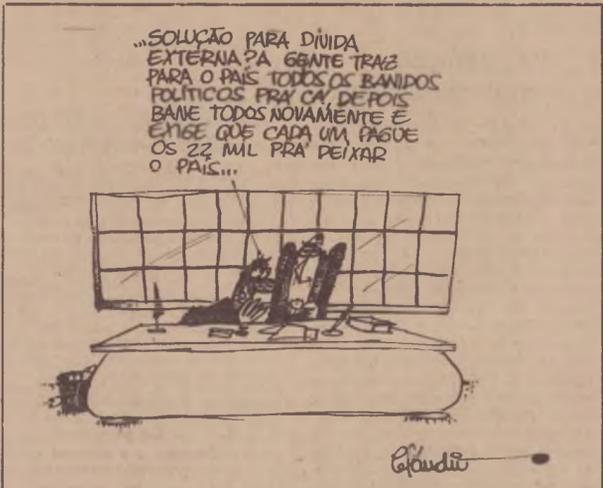
Faca de dois gumes

Outros preferiram considerar a reabertura dos processos como uma faca de dois gumes. «As torturas que sofremos foram denunciadas nas Auditorias. Essas acusações serão retomadas. Por isso a reabertura desses processos também é um perigo para eles», declarou Vera Silvia Magalhães. Foi também o que lembrou José Ibrahim: «Na época eles não estavam pensando nisso. Certos de que a ditadura seria eterna, colocaram os próprios caras que me torturaram como testemunhas do processo».

As respostas dadas pelos «ex-banidos» são diferentes quando interrogados a propósito das perspectivas individuais de volta. As acusações montadas pela repressão variam bastante segundo o caso. Roque Aparecido da Silva, um dos sindicalistas da greve de Osasco, pretende voltar no final de fevereiro. «Quero me integrar nessa luta que se trava hoje pela anistia e contra o sistema repressivo. Luta que não é só contra o institucionalizado DOI-CODI mas também contra a repressão que existe em cada delegacia de bairro contra os mendigos e em cada fábrica contra os trabalhadores. A polícia da Wolkswagen já tem 400 homens. Com isso quero dizer que o regime autoritário se estabeleceu em todos os níveis da sociedade e que portanto a luta pela democracia inclui necessariamente esses aspectos».

Para Carlos Vainer, o desmantelamento dos aparatos repressivos e o julgamento de todos os que se comprometeram com as torturas são duas questões inesperáveis da anistia geral e irrestrita: «Enquanto isso não for conseguido, todas as conquistas, por mais importantes que sejam, serão limitadas. Como é possível ter liberdades políticas quando se sabe que os torturadores estão na esquina prontos para atuar? Não seria mais que uma liberdade vigiada. Nesse sentido minha vida, por enquanto, mudou pouco. Mas acompanho com muito interesse as lutas populares e em particular o movimento operário. O que me parece fundamental é que as vitórias parciais não nos ceguem e que a luta pela derrubada do regime militar e por liberdades para todo o povo seja levada às suas últimas consequências. Com a queda do banimento o regime tenta jogar poeira nos olhos do movimento popular. As questões fundamentais continuam em pé».

Assim, o fim do banimento faz parte da mesma lógica de outras medidas de «liberalização», as chamadas salvaguardas e a nova Lei de Segurança Nacional. São as respostas que pode dar a tal «democracia relativa». Ou, como acentua René de Carvalho: «O regime militar propõe mudanças desde que a situação permaneça a mesma, ou quase. Embora sem nenhum fundamento legal ou moral, as medidas do regime militar guardam toda a sua coerência: seu fio condutor repressivo é diretamente antipopular. Repudiado pela maioria da população, ainda pretende julgar os que lutaram contra o regime ditatorial e os que combateram junto com a população por um regime onde a opressão política e a exploração econômica não tivessem mais direito de cidadania em nosso país. Nesse sentido, a situação dos banidos passa a ser uma situação exemplar. Enquanto não tiverem condições de defender suas idéias em nosso país, enquanto os responsáveis pelas prisões, assassinatos, torturas e perseguições não forem julgados e punidos, o povo brasileiro, os operários, os camponeses, os estudantes, a intelectualidade, os profissionais liberais não terão também a liberdade de lutar por suas condições de vida, por suas idéias, pela sociedade que consideram mais justa. Pois, como diz uma música camponesa argentina, Quem não muda tudo não muda nada».



No Morumbi, Santos e Corinthians

«Nós somos apolíticos», esbravejou o presidente dos «Gaviões da Fiel», pipocando pelos jornais de São Paulo. Inconformado, vê que vários integrantes «da sua torcida» estão empunhando a bandeira da Anistia.

por Carlos Peixoto

Na semana passada, os jornais paulistas receberam a informação de que, no clássico do domingo entre Santos e Corinthians, uma faixa não estaria relacionada diretamente com o futebol. No setor de arquibancadas do Morumbi destinado à facção «Gaviões da Fiel» - um barulhento grupo de corinthianos -, o assunto seria bem diferente do costumeiro gol de Palhinha ou Sócrates, eleições na Federação, Mateus presta ou não presta. Nada disso. Seria, nada mais, nada menos, do que anistia.

De fato, alguns minutos antes das 17 horas - o horário previsto para o início da partida - lá estava a faixa branca e preta: «Anistia Ampla, Geral e Irrestrita». Exibida rapidamente - o suficiente para que todos os fotógrafos registrassem o fato -, ela foi recolhida tão depressa quanto apareceu. E então começou o martírio de um espanhol de 33 anos, gordo e bonachão, presidente do Grêmio Recreativo Gaviões da Fiel. Seu nome: Andrés Moreno Castilho.

Desgraçadamente para Andrés, a segunda-feira começou mal. De acordo com o rodízio de leitura dos jornais diários estabelecido pela diretoria dos Gaviões, ele estava encarregado de ler a «Folha de S. Paulo» e «Notícias Populares». Enquanto tomava o café da manhã, Andrés abriu os jornais e tomou um susto.

E lá ficar mais apavorado a constatar que, não só a «Folha», mas também o «Jornal da Tarde» e «O Globo», do Rio, tinham noticiado o caso com destaque. «Esse cara do Globo é um louco, não temos nada com isso. Estou querendo nos com-pro-me-ter», dizia, nervoso e suarento, na via-crucis pelos jornais da capital, trazendo debaixo do braço do paletó do terno cinza a nota oficial de cerca de 20 linhas, em papel timbrado de sua organização: «Coração Corinthiano».

Esse «Coração Corinthiano» é o mesmo grupo que levou para o Morumbi, às vésperas das eleições, uma faixa com os dizeres: «Estamos com Figueiredo». Sintomaticamente, essa faixa apareceu logo após a visita que o General Geisel fez ao Parque São Jorge, onde assinou a escritura de cessão por 100 anos, em regime de comodato, de uma grande área, em Itaquera, a Corinthians. Lá - segundo o presidente

irrestrita, vem comunicar o seguinte: Primeiro: esse procedimento não possui qualquer vínculo com o grêmio ou seus associados...»

Os Gaviões apolíticos

Enquanto distribuía a nota, Andrés levantava uma série de suspeitas sobre a autoria do que classificou de «ato torpe». Sua revolta crescia ao insistir no caráter «apolítico» do seu grêmio: «Nós somos apolíticos. E nas eleições? Bem, nas eleições nós apoiamos o Candidato Sampaio por uma questão de simpatia. Havia também o problema do terreno que ocupamos lá no Bom Retiro. Ele foi cedido pelo governo do Estado, através da Emurb. Uma gentileza do doutor Paulo Egídio».

Claro, o presidente da Gaviões não queria ficar comprometido com quem tantos favores prestou ao seu grupo: «Nós sempre apoiamos a Arena» - esbravejava Andrés. O seu medo é que, com esse negócio de anistia, ele poderia até perder o terreno de 1.600 metros quadrados, boa localização, água potável e coisa e tal, onde são realizados os ensaios do bloco tricampeão da categoria no desfile carnavalesco - até as subvenções estavam correndo risco.

— Nossa preocupação é ficar tetracampeão do Carnaval.

A reação de Andrés não esconde, porém, as ligações que os dirigentes das torcidas organizadas têm com a orientação política dos seus clubes. No Corinthians mateusiano só pode dar Arena. O próprio Andrés reconhece que muitos deles são profissionais. «Tem um cara no Coração Corinthiano (outra facção) que é horrível, Deus me livre» - insinua o gavião espanhol.

Esse «Coração Corinthiano» é o mesmo grupo que levou para o Morumbi, às vésperas das eleições, uma faixa com os dizeres: «Estamos com Figueiredo». Sintomaticamente, essa faixa apareceu logo após a visita que o General Geisel fez ao Parque São Jorge, onde assinou a escritura de cessão por 100 anos, em regime de comodato, de uma grande área, em Itaquera, a Corinthians. Lá - segundo o presidente

do clube, Vicente Mateus -, vai ser construído um faraônico estádio para 200 mil pessoas. Geisel estava em plena campanha eleitoral da Arena.

Quem foi então?

Quando a faixa apareceu domingo no estádio, Andrés - representante comercial de indústria de plásticos - garante que não estavam arquibancadas. Quem foi então? No «releaste», o Comitê Brasileiro pela Anistia - CBA-SP - informava que a tal faixa seria exibida pelos Gaviões.

— Não é possível. Todas que aparecem lá com a gente recebem o visto da diretoria. Se não fosse assim, ia virar bagunça.

O presidente da Gaviões acha que política e futebol são coisas incompatíveis - certo, ele apoiou a Arena, e daí? -, mas concordou com a iniciativa do «Coração Corinthiano» ao fechar com Figueiredo: «Olha, era outro grupo. Iniciativa própria, a gente não se meteu. Não tenho nada contra. Eles tinham de deixar lá, não é? Afinal, era do Figueiredo».

Então, quem teria colocado a faixa? Um grupo dissidente dos «Gaviões»? É provável. Mas Andrés não admite oposição. Sua diretoria é unida e coesa - como as Forças Armadas, supõe-se. E que ele não tem nada a ver com anistia, que tudo foi muito rápido.

Bem, se o policiamento tivesse notado, o caso talvez assumisse maiores proporções. Esse Corinthians 2, Santos 1, sob a chuva forte do domingo, foi particularmente violento. Ao final do jogo, o serviço médico do Morumbi tinha feito 165 atendimentos - muitos desmaios de fome, embriaguez, fraturas, facadas e enjoes -, enquanto o posto policial da PM registrava cerca de 100 ocorrências - não foi feito um levantamento completo.

Depois de promover a festa de fim de semana da sua torcida com a cantora Beth Carvalho («Essa «minha» é gostosa e simpática, vale a pena ver»), Andrés estava preocupado com a faixa da Anistia.

— Sabe, não temos nada com isso de anistia. Estamos preocupados é em conquistar o tetracampeonato do desfile de blocos.

Repressão clandestina age à solta em Belo Horizonte

Depois dos atentados a bombas, ocorridos no ano passado, a repressão clandestina, em Belo Horizonte, entra em nova fase: os seqüestros. Menos de dois meses depois do atentado contra o cineclubista João dos Santos Filho esses terroristas se lançaram contra Nilo Sérgio Menezes Macedo e Radamés de Oliveira Vieira.

Por Gisele Nogueira

Na madrugada do dia 7, Nilo Sérgio e Radamés, foram cercados por três homens armados e obrigados a entrarem num Opala branco, onde foram encapuzados e algemados. Depois de quase uma hora de viagem chegaram a uma casa. Ali foram interrogados, ameaçados e torturados.

Nilo Sérgio, 33 anos, foi preso em 1969, acusado de pertencer ao grupo «Colina», em Belo Horizonte. Do presidio de Linhares, em Juiz de Fora, foi enviado para o Rio de Janeiro, onde foi uma das cobaias durante as aulas de tortura, para uma platéia de mais de 100 pessoas, em Realengo. Acabou por ser colocado no manicômio judiciário Heitor Carrilho (RJ), de onde saiu em 1974, um local que ele qualifica como sendo um «campo de destruição física, moral e psicológica». Em 1976 foi seqüestrado pela primeira vez, permanecendo nas mãos dos policiais por mais de 6 horas. No ano seguinte, da mesma forma foi levado para uma delegacia que ele identificou como sendo da Metrópol (Polícia Metropolitana de Belo Horizonte), onde ficou quase dois dias. No ano passado, de passagem por São Paulo, colaborou com o EM TEMPO, auxiliando na distribuição e venda direta de jornais.

Radamés, 18 anos, reside na baixada fluminense e é estudante. De férias

em Belo Horizonte acabou conhecendo Nilo Sérgio, motivo pelo qual acabou sendo envolvido na trama dos agentes clandestinos.

Os dois rapazes estavam saindo de um edifício, por volta de uma hora da madrugada, na rua Goitacazes, no centro da cidade, quando foram cercados por dois indivíduos que desceram de um Opala branco. Armados com revólveres colt 45, eles os obrigaram a entrar no carro, onde o motorista havia permanecido, com uma metralhadora. Ali foram colocados no banco de trás, encapuzados, algemados um no outro e iniciaram a viagem que durou de 40 minutos a uma hora.

«Logo o carro deu a partida - lembra Nilo Sérgio - e creio que rodamos sempre em asfalto, pois o carro não sacolejava. Penso que cruzamos com muitos ônibus ou caminhões, ficando portanto a possibilidade de estarmos viajando por uma estrada. Eu não conseguia fixar o pensamento em nada».

Torturas

Quando chegaram ao local, depois de o carro ter entrado por uma garagem, com uma rampa, os dois foram conduzidos para o interior de uma casa, para uma espécie de sala toda branca. Ali havia apenas um colchão sobre o piso de taco, um basculante, e num dos cantos uma pilha de revistas e

Calúnia e difamação contra os banidos

De Paris, a ex-banida Carmela Pezzuti, que saiu do país no seqüestro do embaixador suíço, nos escreve a carta abaixo, protestando contra uma campanha dos órgãos de repressão e acolhida pelo «Jornal do Brasil».

Lendo o recente Caderno Especial do Jornal do Brasil, com título «Os banidos estão voltando», me estranhou que um órgão de informação aceitasse ser veículo de uma campanha de difamação desencadeada pelos organismos de repressão. Mais ainda: levando em conta que este jornal tinha conhecimento de que estas informações provinham de quem torturou, assassinou e reprimiu impune aqueles que osusaram lutar contra estas arbitrariedades.

As mesmas calúnias contidas nas «informações» deste Caderno Especial são aquelas que pessoalmente presenciou no inquérito contra mim e meus filhos Angelo Pezzuti da Silva (hoje morto) e Murilo Pinto da Silva, em Belo Horizonte, em 1969, presidido pelo atual chefe do SNI, General Otávio de Aguiar Medeiros (servindo, na ocasião, no 12º RI de Belo Horizonte). Naquela época, como agora, se trata de uma

campanha deliberada, movida pelos serviços de informações de uma ditadura que não encontra sua legitimidade a não ser na força.

O dever de desmascarar esta força, diante da opinião pública brasileira se impõe, e de denunciar aqueles que, tentando se justificar diante da crescente acusação popular, adjetivam a outros os seus próprios procedimentos terroristas, porque terrorismo, segundo a definição política, se trata de usar a força para coagir, alertarizar e reprimir a população civil. Não foi mais do que isto o que fizeram nestes 15 anos.

Quanto a nós, não cometemos nenhum crime, deixamos, isto sim, de cometer o crime da omissão quando resistimos de diversas formas a este estado de coisas. Tenho certeza de que o povo tem plena consciência disto, e a vatsa campanha pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita o demonstra.

Hoje, mais do que nunca, é claro o



Carmela

isolamento da ditadura quando vejo emocionada o ascenso das lutas populares e democráticas, como as lutas pela livre manifestação e organização dos estudantes, pela autonomia do movimento operário, pelas reivindicações específicas das mulheres, pelo movimento do custo de vida, pelas justas reivindicações dos negros, pela terra aos que nela trabalham, pelos direitos inalienáveis dos índios, enfim, por todas as lutas das maiorias exploradas e oprimidas. É a disposição destas lutas que colocarei o meu modesto esforço quando ao Brasil retornar.

Paris, 29 de janeiro de 1979
Carmela Pezzuti

Bancários-SP

Agora é ganhar e levar

Diante da provável vitória da Oposição neste segundo escrutínio que se encerra na próxima sexta-feira, dia 16, a pelegada começa a articular um golpe para não deixar a Oposição levar.

Terezinha Vicente Ferreira

O desespero tomou conta dos integrantes da Chapa 1, que concorrem à reeleição no Sindicato dos Bancários de São Paulo. Frente à grande derrota que sofreram no primeiro escrutínio, perdendo para a Chapa 2, Oposição, por 3.644 votos, resolveram lançar mão de todas as armas para conseguir «virar» o resultado no segundo pleito, que está ocorrendo nesta semana.

Tal desespero ficou caracterizado desde a semana passada, quando distribuíram um boletim à categoria, intitulado «Comunicado urgente aos Bancários». Nele fazem graves acusações, dizendo que «inúmeras organizações de militância partidária ou ideológica foram acopladas às eleições... «haja vista à propaganda ostensiva que forrou toda a Capital».

No entanto, o tiro saiu pela culatra. Além de provocar a ira da própria categoria, o boletim trouxe a reação de 28 sindicatos, que, reunidos no último dia 7, resolveram manifestar seu repúdio à Chapa 1 num comunicado à imprensa. A nota diz o seguinte:

Os tempos mudaram, seu Chico.

«Os dirigentes sindicais abaixo-assinados.

reunidos nesta data, vêm a público deplorar e repudiar a atitude da «Chapa 1», que concorre à reeleição à diretoria do Sindicato dos Bancários da Capital, que fez publicar ontem na imprensa nota oficial contendo acusações à sua concorrente, a Chapa 2. Não nos compete interferir nos assuntos internos da categoria bancária. No entanto, as acusações contidas na referida nota, assinada pelo sr. Francisco Teixeira, são inaceitáveis e violam os mais elementares princípios de liberdade e autonomia sindicais. Ao levantar e já desgastado fantasma da infiltração «partidária ou ideológica» na campanha eleitoral, a nota contraria os objetivos democráticos pelos quais o movimento sindical vem se batendo e tenta conturbar um processo eleitoral limpo, que conseguiu mobilizar toda a categoria».

Francisco Teixeira, presidente do Sindicato dos Bancários, ao saber da nota afirmou que «ria respondê-la» e que «os colegas sindicalistas não sabem de nada». Afirmou ainda que «a Chapa 2 havia falsificado algumas assinaturas: telefonamos ao Joaquim (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) e ele negou que o seu Sindicato tivesse assinado a nota».

Em função desse comunicado, afirma a Chapa 2: «membros da Oposição estão sendo ostensivamente seguidos por elementos estranhos e ameaçados por telefonemas anônimos». Responsabili-

zam assim a Chapa 1 «por qualquer repressão que possam sofrer os integrantes da Chapa 2».

Pelegada prepara virada de mesa

O mais grave, no entanto, é que a Chapa 1 está afirmando categoricamente que «haverá o terceiro escrutínio». Nos votos, eles mesmos admitem que não será possível arrancar a vitória da chapa de Oposição. Como será então conseguido um terceiro pleito?

«Só se eles conseguirem anular esta eleição», afirmam os integrantes da Chapa 2. Para prevenir este porém, é que na reunião preparatória dos fiscais da Chapa 2, a legislação que rege a anulação de eleições sindicais foi amplamente discutida. Além disso, todas as provocações estão sendo evitadas e os primeiros dias de votação têm transcorrido numa calma até perturbadora, diferentemente do primeiro escrutínio, conseguindo-se inclusive quorum bem maior.

Certas afirmações dos elementos da Chapa 1 são bastante significativas. Sábado passado, durante uma reunião com os mesários contratados, o tesoureiro Pedro Alexandre Caldas afirmava já saber que «se a Chapa 2 ganhar, muitos integrantes dela não vão poder assumir». Circu-

lou ainda outra informação, vinda de elementos ligados ao meio sindical bancário, de que a Chapa 1 teria preparado graves acusações a integrantes da Chapa de Oposição, com o intuito de incriminá-los, provocando a anulação do pleito.

O caráter antidemocrático que domina o processo eleitoral bancário é facilmente detectável. A Chapa 1 resolveu investir na sua propaganda esta semana, e se deu ao trabalho de colar cartazes seus em cima dos anteriormente colocados pela Oposição em todas as ruas do centro da cidade, aproveitando inclusive as palavras de ordem da Chapa 2, mas encobrindo seu conteúdo. Os cartazes da Oposição colocados em caveletes são sumariamente destruídos logo após sua fixação.

Corrupção: É o vale tudo na propaganda.

Fiscais da Chapa 1 foram distribuídos neste pleito em todas as urnas, pagos a Cr\$ 450,00 por dia, e dispensados do serviço pelos patrões. Esta foi a única forma encontrada pelos pelegos de conseguir quem trabalhasse para eles e, mesmo assim muitos deles declararam abertamente que votaram na Oposição e que «só querem ganhar dinheiro». Enquanto isso, a Chapa 1 se negou a

solicitar a dispensa do trabalho dos fiscais da Chapa 2 que estão perdendo dias de salário e sofrendo pressões nos Bancos.

Mas não é só aí que vem sendo gasto o dinheiro dos bancários de maneira totalmente ilegal. Um fiscal da Chapa 1 chegou a denunciar que na semana passada foi pago «a Cr\$ 250,00 por dia para distribuir propaganda eleitoral». Não é à toa que o tesoureiro do Sindicato diz que a verba para as eleições já está estourada. Afinal de contas, uma verba de Cr\$ 900.000,00...

Apesar de toda a calma em que se iniciaram as eleições, algo estranho paira no ar. Por isso, a Chapa 2 está convocando todos os bancários para assistirem à apuração a ser realizada no sábado, logo após o término da votação. «Se tiver que acontecer alguma coisa, acontecerá no final da eleição», acha a Oposição. A importância de assegurar a vitória da Chapa 2, cuja tendência é ampliar-se, salvo estranhos acontecimentos, é muito clara. Numa categoria considerada essencial, num dos maiores Sindicatos do Brasil, garantir a posse de uma chapa de Oposição é abrir mais uma brecha no contexto sindical em que hoje se vive.

A ditadura nas redações

Reunindo 500 pessoas, os jornalistas cariocas promoveram, no último dia 8, um ato público nas ruas em protesto pelo clima policialesco e as péssimas condições de trabalho nas redações da grande imprensa.



Da Sucursal

O movimento dos jornalistas do Rio, ganhou, enfim, as ruas e rompeu, mesmo que precariamente, um isolamento de seis meses durante os quais o rumor de suas lutas não ultrapassou os limites das redações dos grandes jornais e editoras e das concorridas assembleias sindicais. Impedidos pelos patrões de escreverem sobre suas próprias reivindicações (reposição salarial, imunidade para as comissões de redação, aumento do piso salarial e, desde dezembro, aumento salarial acima do índice do governo), os jornalistas cariocas, como os gráficos, são obrigados a se contentar com as poucas linhas que saem na imprensa alternativa e nos pequenos jornais, como Tribuna da Imprensa.

Na 5ª feira (dia 8), no entanto, foi possível a realização de um ato público. Inicialmente programado para acontecer em frente à redação da Editora Bloch (Manchete, Ele e Ela, Capricho), ele foi transferido pelo DPPS, depois de um acordo com o próprio presidente do Sindicato, Carlos Alberto de Oliveira, para uma praça 500 metros adiante. O que causou certa insatisfação em grande parcela da categoria que esperavam, com o ato em frente a Bloch, concretizar a proposta tirada em Assembleia: marcar um repúdio inequívoco contra a violência, arbitrariedade e desrespeito de Adolfo Bloch e seus prepostos contra os empregados da empresa, inclusive diretores do Sindicato que foram, ilegalmente, demitidos e suspensos por exercerem suas funções sindicais.

Rompendo o isolamento

Longe da luxuosa sede da Manchete (projeto de Oscar Niemeyer, que retiro, há dias, dos saguões e salas de Adolfo Bloch diversas obras suas, como protesto contra estas violências), o movimento perdeu muito de sua força. A mudança de local na última hora, a recusa do presidente do Sindicato em insistir na realização do ato onde ele estava marcado, e a própria inespriedade do local onde acabou acontecendo contribuíram — junto com outros problemas anteriores de convocação —

liquidá-los), no Globo e no Jornal do Brasil o respeito profissional é mercadoria rara.

Paralelo às humilhações e desrespeitos profissionais, quotidianos, os jornalistas do Rio (e, de uma certa forma, de todo o País) vivem, também quotidianamente, a frustrante realidade de ter de praticar um jornalismo alienado, distante do momento político do País, contrário aos interesses da maioria da população e pouco criativo. Num jornalismo mais preocupado com os casos Van-Lou e os bate-boca de Caetano Veloso e Gilberto Gil do que com os verdadeiros problemas dos trabalhadores e marginalizados.

No dia seguinte ao ato público, nenhum jornal do Rio, exceto a Tribuna da Imprensa, publicou uma linha sequer do que ocorreu. Os donos de jornais não permitiram. O que levou os jornalistas a duas conclusões distintas. A primeira, de ordem profissional, nos faz meditar sobre novas definições para o que vem a ser uma notícia: a partir de agora, qualquer repórter que passar por uma praça e assistir uma dezena de deputados e presidentes sindicais falarem para mais de 500 pessoas sob a vigilância de 400 soldados — pode passar direto e nem se preocupe em registrar o fato. Isto não é uma notícia.

Democratizar o Sindicato

A segunda, política, remete os jornalistas a uma realidade inquestionável e que exige respostas imediatas e bem precisas. Diante do bloqueio dos patrões, é impossível adiar um jornal próprio, do sindicato, que circule no conjunto da categoria e alcance uma parcela da população. Um jornal que, combinado com outros instrumentos, seja, ao mesmo tempo, um canal de denúncias e um fator de mobilização da classe.

O Sindicato dos Jornalistas do Rio vive, seis meses depois de derrubar o antigo pelego, um momento difícil na sua trajetória. A luta pela reposição salarial e por aumento salarial chega, praticamente, a um impasse com os patrões. Como continuá-la? A questão da greve se coloca cada vez mais para o conjunto das redações, que começa a se preparar para esta possibilidade. Já foram criados um Fundo de Greve e uma Comissão de Mobilização. Diversos problemas, no entanto, surgem de forma clara neste momento. Como o da própria mobilização. E o da democratização efetiva do sindicato.

Jogado inteiramente na luta por reposição salarial e, mais recentemente, na luta do dissídio, o Sindicato do Rio pouco avançou na concretização do conjunto do programa da atual diretoria. Mais do que nunca, se coloca a questão da democratização do Sindicato de seu funcionamento efetivo em todos os níveis, da dinamização de seus departamentos e de suas comissões, da sua participação em diversas lutas que grande parte dos trabalhadores já leva, hoje, de forma unitária.

Como combinar o enfrentamento de uma luta difícil como a que travamos hoje contra os patrões (devendo levá-la às últimas consequências), com o resto das tarefas sindicais — esta é uma questão que exige, da diretoria do sindicato, respostas imediatas.

(Sucursal do Rio)

“Operárias, procurem fazer a praça”

As condições de trabalho das operárias do ramo têxtil em Natal, Rio Grande do Norte, são as piores possíveis. Atrasos salariais, falta de condições higiênicas, atrasos nos relógios de ponto para alongar jornadas etc. E quando procuram a tesouraria em busca do pagamento recebem a seguinte resposta: recorram à prostituição.

Cerca de 250 operárias das Confeções Reis Magos, em Natal, vêm lutando há mais de um ano para que a empresa cumpra suas obrigações trabalhistas e pague em dia o salário devido. A maioria das operárias são costureiras, que ganham o salário-mínimo regional, Cr\$ 1.111,00.

A denúncia dos atrasos salariais foi feita pelo jornal «Caminhando», da paróquia de Lagoa Seca e Morro Branco e ganhou repercussão nos bairros e na própria fábrica. A diretoria da empresa contra-atacou rapidamente, tendo o seu vice-presidente, Nêlio Dias, feito uma visita ao padre Pio, responsável eclesialístico pelo jornal, acusando a matéria de difamatória e «cheia de inverdades».

Paralisações e mini-passeatas

Na verdade, desde dezembro de 1977, em decorrência de problemas creditícios da empresa, o pagamento quinzenal das operárias vem sendo sistematicamente retardado em vários dias, tendo chegado a até 20 dias, segundo as funcionárias. Como as reclamações junto à diretoria não surtiram efeito, elas partiram para outra tática de luta, as paralisações do trabalho. Durante o mês de junho ocorreu parada da fábrica meia hora antes do término da jornada diária. No outro dia as paradas continuaram pela manhã e à tarde, culminando com o pagamento dos atrasados pela empresa. Minipasseatas no interior da fábrica também ocorreram nesse dia, em protesto contra o descaso da diretoria as reivindicações das trabalhadoras. Sempre que estas procuravam receber o que lhes era devido as desculpas apareciam: viagem do tesoureiro, dificuldades financeiras etc.

Além disso tudo outros fatos contribuíram para a insatisfação crescente das operárias, como a inexistência de restaurante na empresa e de uma

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, o que é exigido por lei para fábricas com mais de 100 empregados. Também existem reclamações quanto ao serviço de atendimento médico interno, que é feito por uma médica ginecologista apenas duas horas diárias.

Outras práticas escusas são atribuídas à direção da fábrica. Uma delas consiste em encobrir o relógio de ponto e mover os ponteiros em sentido contrário, para ganhar alguns minutos por dia de trabalho. Algumas operárias quando se dirigem a tesouraria em busca de seu salário recebem como conselho que «procurem fazer a praça», ou seja, arranjem dinheiro na prostituição. Até vales de cinco cruzeiros já foram concedidos, nas piores fases, para o pagamento do transporte das operárias.

Demissões políticas também no Nordeste

Pouco tempo depois da denúncia do jornal «Caminhando» a Confeções Reis Magos demitiu 42 operárias, justificando o fato pelas muitas faltas e «indisciplina» das demitidas. O vice-presidente da empresa, ouvido pelo reportagem, nega a relação das demissões com o movimento reivindicatório grevista ocorrido. Aliás, para ele não existiu greve, o maior atraso salarial foi de uma semana e a Confeções Reis Magos está sendo vítima de uma calamidade, fruto da «malequice e irresponsabilidade do padre e do jornalista que escreveu isto». E joga a culpa pelas dificuldades financeiras da empresa em cima do governo, «que não me libera dinheiro e eu tenho que economizar para sobreviver», em cima do salário pago às costureiras e demais trabalhadoras.

O padre Pio, recusou-se a dar entrevista, para não esquentar o caso, e prometeu uma nota de reparo, no próprio «Caminhando», para salvar a cara do dono da empresa, que ele reputa de homem bem «intencionado e até de ideias socialistas». (!) Mas parece que as coisas não estão correndo conforme

o tramado, pois os jornalistas que colaboram com o jornal ameaçaram retirar o apoio ao órgão se ele voltar atrás depois das denúncias.

É a entidade de classe, o que tem feito? O presidente do Sindicato de Alfaiates e Costureiras do Estado, no cargo há 11 anos, não interfere no caso das demissões, mesmo achando algumas «injustas». Embora o Rio Grande do Norte conte com somente cerca de oito mil operários trabalhando em indústrias têxteis e de confecções, essa categoria é das que mais sofrem com a ansia de lucro dos patrões

Guararapes:

«empresa do ano».

Ano passado as Confeções Guararapes, que ganhou recentemente o título de «empresa do ano», foi alvo de acusações de políticos do MDB, que denunciaram as precárias condições de saúde de suas operárias. Embora não existam dados estatísticos precisos, o índice de doenças respiratórias, principalmente tuberculose entre as trabalhadoras daquela empresa é alto. Ao lado disso, desequilíbrios mentais surgem com frequência, levando o diretor de uma clínica psiquiátrica que interna funcionárias da Guararapes a reclamar do «capitalismo desumano» praticado na fábrica.

Apesar das evidências, o presidente do Sindicato saiu em defesa dos patrões, elogiando o departamento médico e odontológico da Guararapes.

Ameaças

Com a implantação das indústrias do grupo UEB e investimento de empresas do Sul do País, Natal está se tornando um polo têxtil importante, o que vem registrando um aumento considerável do número de operárias empregadas nesse ramo de atividade. Para melhor controlar a «indisciplina» de alguns, as fábricas têm feito pesquisas prévias para admitir novos empregados, o que se torna possível graças a mão-de-obra abundante e barata. Assim, os mais combativos são aliados para que os patrões continuem impunemente a explorar sob as mais diversas formas seus empregados.

(Escritório de Natal)



PT, saudações!

(como? onde? porquê? os sindicalistas respondem)

Por Flávio Andrade

A saraivada de críticas, principalmente do MDB, e o início das campanhas salariais, funcionaram como uma ducha de água fria nas discussões sobre o Partido dos Trabalhadores.

Pelo menos por parte das lideranças sindicais mais combativas de São Paulo. Enquanto isto, o pelego Joaquim, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, toma a dianteira e fala em iniciar uma campanha imediata pela coleta de assinaturas. AQUI, EM

TEMPO entrevista dois dirigentes sindicais responsáveis, dentre outros, pelo lançamento da proposta: Lula, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Benedito Marcílio, dos Metalúrgicos de Santo André, recém-eleito deputado federal pelo MDB. A discussão mostra que há muitos pontos ainda obscuros a se aprofundar, e sérias divergências com o conjunto da esquerda. Por exemplo: o papel do MDB, e como combater os pelegos. A hora é de discussão. Saudamos a proposta e damos curso ao debate.

1. Um programa socialista



Lula

— Você tem insistido muito na necessidade do Partido dos Trabalhadores ter uma definição ideológica. O que seria esta definição?

— Eu tenho evitado a todo preço deixar sair da minha boca ou da de alguém, uma definição ideológica de um partido que ainda sequer foi debatido com a base. Seria muita petulância de um dirigente sindical tentar definir esta questão antes de levar um debate com a classe trabalhadora, um debate dentro das fábricas etc. A gente não pode jogar já a definição para que depois o trabalhador apenas aceite esta formulação.

— Mas neste processo de discussão que virá, como você, individualmente, se definirá?

— Eu acho que se a gente debater com os trabalhadores, sem dúvida alguma, o programa que eles formularem será um programa de tendência socialista.

— O que você descreveria como os traços gerais de um programa socialista?

— Mais uma vez eu sou obrigado a me segurar e não avançar aquilo que eu acho. Antes que o debate se desenvolva nas bases e antes que o grupo de companheiros dirigentes sindicais que vem lançando a ideia chegue a um consenso, eu não me atrevo a avançar sob pena de quem assim fizer, estar correndo na frente tentando influenciar os demais companheiros. E breve a opinião pública poderá ter conhecimento de algo mais concreto, pois a partir do momento em que o processo de discussão nas bases se desenvolver em alguns estados, e a coisa for colocada no papel, estes companheiros destes estados, eu não tenho dúvida, chegarão a um consenso sobre um partido que atenderá muito mais aos trabalhadores do que qualquer outro partido tenha feito até hoje. Assim as definições deste partido, seu programa, sua linha socialista terão que vir não de alguns

de nós dirigentes, mas de um processo.

— Há um ano atrás, numa de suas primeiras entrevistas você falou na questão do socialismo e deu como exemplo a Suécia. Hoje, você mantém esta posição?

— Não, não... o problema é o seguinte (num sorriso irônico): sempre houve uma preocupação dos companheiros da imprensa em arrancar uma definição ideológica de mim. Ocorre que a definição ideológica de uma pessoa não está naquilo que a pessoa teoriza, mas está no que ela pratica, nos seus atos. Eu lembro bem da revista onde saiu isto, do dia em que a entrevista foi feita; a pessoa perguntava para mim minha posição e tal, aquele negócio todo e eu não queria dizer então perguntou se era um socialismo como o da Suécia e tal. E eu disse, e isso aí... e saiu na matéria, e tudo bem (sorrisos irônicos novamente). Agora, pela experiência que a gente tem de conversas com dirigentes sindicais alemães e suecos vemos que lá o socialismo já deixou de ser o que, pelo menos, talvez fosse no começo; para que o capitalismo vá avançando nestes «socialismos democráticos». Assim o que a gente percebe é que o capitalismo lá e lá explorador quanto o capitalismo daqui.

O salário dos pelegos

— Como você vê a presença de Joaquim, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e mais pelego da América Latina, no Congresso de Lins aprovando a tese do Partido, nas suas declarações pela social-democracia, no seu advogado agora compõe o Secretariado de Malulí etc. Enfim, não será ele quem, em sintonia com o Pimalto como parece, capitalizará esta proposta de partido?

— Eu não sei se o partido que o Joaquim quer criar ou participar é o mesmo que eu estou tentando jogar

para discussão junto aos trabalhadores. O Joaquim tem falado muito na social-democracia e eu acho que aí seria apenas mais um partido de participação do trabalhador. Ocorre que o trabalhador não está precisando apenas de participar; ele já participa da miséria do País. O que ele precisa é de um partido onde ele seja parte integrante, onde ele seja ativista deste partido, onde ele exerça de fato o poder de decisão, de eleger candidatos, onde ele seja maioria ou coisa parecida. Isto é diferente de um partido onde esteja Joaquim, Malulí, Paulo Egídio etc. Não deve ser um partido de conchavos, mas um onde realmente participe aquele que nunca participou senão como instrumento de manobra na vida política brasileira, o trabalhador.

— Como você responderia às críticas de obreirismo que alguns têm feito à proposta de Partido dos Trabalhadores?

— Há muita gente que não é trabalhadora querendo saber se vai ou não participar deste partido. Parece até que não se sabe o que é trabalhador. Ora, se 80% ou mais dos brasileiros são trabalhadores então estas teorias sobre obreirismo devem estar vindo é da burguesia nacional que sempre deteve o poder político neste País, na maioria das vezes mesclada com próprio capital multinacional. Só a partir do programa é que estas críticas poderão ser debatidas. Mas já adiante que um partido como o que queremos dificilmente terá lugar para quem é empregador.

— E as críticas de que este partido correria o risco de vir a ser um partido sindicalista?

— Olha, este partido não está se desenvolvendo dentro dos sindicatos. Os dirigentes sindicais enquanto cidadãos têm direito de falar em política e articular partidos. O que deve estar estranhando a muita gente é que um grupo de dirigentes sindicais não mais quer ser instrumento de ninguém. E assim, ao invés de pedirem que alguém faça por eles, eles próprios estão assumindo e fazendo. O partido que queremos não é sindicalista, porque será uma extensão do trabalhador, e não do sindicato, no plano político. As coisas devem ser separadas. Há questões que são do sindicato e questões que são propriamente políticas e que cabem ao partido. Os sindicatos não devem estar ligados ao partido.

— Você mencionaria algumas proximidades ou distâncias com relação as propostas de partido na praça. PTB de Brasília, PS como propõem Almino e outros, etc?

É difícil dizer, pois ainda não vi nada de concreto deste tal de PS do Almino que você falou, nem do Partido Popular que alguns autênticos têm falado. Mas a discussão é obrigatória, e eu acho que pode haver várias coincidências quando a gente se juntar para debater. A discussão é obrigatória entre os vários setores e somente a partir dela é que se poderá ver as coincidências em o PS ou com o Partido Popular.

2. Depois da campanha, jogar para as bases.

— Como vai se dar este processo de discussão nas bases que vocês sempre mencionam?

— Alguns companheiros dirigentes sindicais poderão levar isto mais rápido do que São Bernardo, porque nós agora estamos atravessando uma fase de campanha salarial. E as duas coisas não devem ser misturadas. Assim nos próximos 40 dias, enquanto a campanha não se resolver, sair com um outro problema para as bases pode prejudicar tanto o trabalho sindical quanto o trabalho político.

— Mas eu prevejo que a coisa não irá demorar muito; este debate sairá a curto prazo, pois nós não podemos ficar apenas a nível de cúpula falando e que deve ser feito e tal. Nós devemos nos submeter aquilo que os trabalhadores entenderem que seja válido.

— Como está o trabalho da comissão retirada no Congresso de Lins para desenvolver a proposta do partido?

— Ainda não deu era nada. O fato importante em Lins foi que pela primeira vez, um congresso só de trabalhadores aprovou uma proposta de um Partido dos Trabalhadores. A comissão, composta de uma representante de cada sindicato presente começa a encontrar dificuldades que você tem que reunir várias pessoas de diversos lugares para discutir algo que por lei está proibido. Então eu não acredito no trabalho desta comissão para discutir o partido. Eu acredito, sinceramente, num outro trabalho que já vinha

sendo feito antes do Congresso que congregava companheiros de outros estados com a mesma preocupação.

Agora é levar para as bases

— O Benevides, dos petroleiros de Minas, falava no último dia 30 em Osasco num processo de coleta de assinaturas que pleitearia o reconhecimento do partido enquanto partido em organização, ficando a questão dos 10% de parlamentares para um segundo momento, quando sob pressão, terminaria-se por conseguir esta adesão. Você concorda com este processo que ele propõe?

— Em tese eu prefiro esta via, à adesão de 42 deputados e 7 senadores. No entanto para se criar um partido com participação efetiva das bases não basta colhermos milhares de assinaturas. Existem pelos menos 35 milhões de trabalhadores no país e grande parte deles tem que participar deste debate para a partir daí começar o processo de formulação deste partido. Portanto eu acho que só depois deste amplo debate é que se deve partir para assinaturas ou algo parecido. Se invertemos o processo estaremos correndo o risco de surgir um partido de cúpula e não a partir das bases.

— Mas o que falta para este processo que você sugere?

— Falta um grupo de pessoas se reunir a nível nacional, a partir de um

ou dois de cada Estado que esteja interessado na proposta, e formando uma comissão, tirar uma proposta concreta para as bases.

Por enquanto, é fácil ser a favor.

— Você já vê o momento em que as discussões e articulações saíram dos dirigentes sindicais estritamente, para envolverem outras representações sociais?

— Eu acho que nós já estamos atrasados nisso, pecamos em não termos avançado ainda mais. A partir do momento em que os dirigentes sindicais que estão pensando na proposta tiverem algo de concreto esboçado, então será o momento de buscar discussão com outros setores da sociedade.

— Pelo que você conhece do quadro sindical nacional, você diria que a proposta do Partido dos Trabalhadores conta com que peso, em termos de simpatias?

— Eu não conheço ninguém contrário à criação de um Partido dos Trabalhadores. Alguns são contrários à criação dele hoje. Agora a certeza só poderemos ter quando levarmos a proposta concreta, pois a palavra é muito simpática para alguém ser contra. Ai então muita gente pode falar: não, isto aí vai descontentar o governo e eu não vou participar disto.

3. Uma recusa moral do MDB?

— Como você avalia o MDB?

— Apesar de ter alguns deputados bem afinados com as lutas da classe trabalhadora, o MDB é um partido muito mais de cúpula, onde as decisões são tiradas em termos de meia dúzia de pessoas. Acho muito difícil dentro do MDB trabalhar por um partido novo.

— Alguns têm colocado o MDB não como o local privilegiado para desenvolver este trabalho de criação de um novo partido, mas sim como um local secundário, embora importante. Argumentam que não se pode deixar de lado inteiramente o espaço, institucional existente. E mais, que a recusa total do MDB agora, não seria um desvio economicista ou obreirista.

— Mas eu não vejo da nossa parte uma recusa total do MDB...

— Sim, você o aceita nas eleições, mas fora daí a recusa é total em participar dele.

— A recusa que há... na verdade... é porque o MDB não atende as necessidades da classe trabalhadora em termos até de posicionamento político. Isto o MDB enquanto conjunto. Há alguns deputados que têm tomado posições...

— E por que não, lá dentro, tentar formar com eles um bloco?

— O partido não ajuda. Veja a posição que o MDB assumiu no caso das greves. Nada disse, ficou alheio e depois vem o Franco Montoro propor um abono de 10% como se fosse uma grande coisa para a qual não estivéssemos atentos. No caso da Light, não tomaram posição nenhuma e depois vieram propor uma CPI, que a gente sabe que só serve para promover quem a faz. E assim por diante. Além disso, antes das eleições pregaram o pluripartidarismo. E agora? Para mim foi com muita estranheza, com muita estranheza mesmo, ver o MDB agora dizer que quem quer criar partido está fazendo o jogo do governo. Sinceramente eu tenho minhas dúvidas se esta tentativa de unificação é que não é fazer o jogo do governo. O MDB tem interesse em estar coeso para negociar com o governo. Então eu estou disposto a continuar falando destas coisas, jogando isto para o MDB; e acho que temos direito de pleitear algo melhor, que temos direito ao pluripartidarismo.

— O Marcílio, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André declarou-

se favorável a que imediatamente se criasse no MDB uma tendência com vistas futuras ao Partido dos Trabalhadores. O que você acha desta proposta?

— Eu acho que quem está dentro do MDB deve continuar atuando lá dentro na medida em que se trata do único canal de oposição legalmente reconhecido enquanto partido. Mas há vários setores da sociedade que não estão ligados ao MDB e que no entanto na época das decisões se ligam ao único canal de oposição legal que existe. A partir daí eu acho que quem quiser se ligar ao MDB deve fazê-lo. Mas eu acho que é um caminho muito difícil de criar um partido, primeiro sair do nada e em seguida ir para o MDB para então lá tentar criar o partido. O caminho mais fácil é você, que já não está na coisa, tentar criar uma coisa nova. Eu te dou um exemplo: se te oferecerem duas casas para escolher: uma com a construção ainda pela metade, e outra já pronta mas com 20 pessoas armadas lá dentro e que para você entrar vai ter que derrubar os 20 negos. Eu acho que você vai se sair muito melhor se começar a partir do zero mesmo, construindo algo adequado a quem vai morar lá dentro.

Como surgiu a proposta de um Partido dos Trabalhadores que vocês, do Sindicato de Santo André, apresentaram no Congresso de Lins?

— A ideia de apresentar a tese surgiu a partir das Assembleias Gerais promovidas pelo Sindicato, para discussão de teses e retirada dos delegados. Os trabalhadores têm que levantar suas demandas de luta no plano político e para isto precisam de um partido.

— Qual era sua expectativa quanto à aprovação da tese antes do Congresso?

— Esperava encontrar resistência, pois não havia precedente. Assim, pensamos em levar a tese para polemizar e lançar a discussão. Foi uma surpresa, o apoio extraordinário que encontramos.

— Não te parece que este apoio se deva ao Joaquim e ao Argeu da Federação, e que estão com propósitos bastantes distintos das autênticas nesta discussão?

— Não, eu acho que não, pois o Joaquim não foi contra nem a favor; ele simplesmente votou, e o consenso me causou alegria.

É possível marchar com o Joaquim

— Mas são sabidas as diferenças entre vocês e os pelegos neste debate. Ou você não reconhece isto?

— Eu acho que é possível marchar juntamente com o Joaquim e o Argeu, porque um partido tem que ter a direita, o centro e a esquerda. Todo partido é uma aglutinação de várias forças respeitando a linha programática. Nunca um partido tem só uma ala esquerda, esquerda etc.

Um PT com Joaquim?

— E, dado o comportamento pelego destes que apontei, você acha possível que eles respicem uma linha programática aceitável por vocês?

— Numa futura convenção nacional deste partido aparecerão várias propostas, e é possível que surja um programa que atenda a todos.

— Mas pelo que vejo, então este partido não seria melhor que o MDB, pois «trabalhadores» como o Joaquim são iguais ou piores que um Chagas Freitas...

— Não, o partido seria superior ao MDB pois defenderia pontos além das liberdades democráticas, defenderia a transformação social do capitalismo.

Nível por cima ou por baixo

— Nada no Joaquim aponta neste sentido; suas declarações pela social-democracia alemã ultra-reacionária, seus conchavos com figuras da Arena, e principalmente sua prática sindical pelega.

— As declarações e a prática do Joaquim não querem dizer muito. Todos nós temos o direito de errar. Também a presença, a nos rondar, de Malulí e outros não é o fundamental. O partido terá que ter diretrizes, e a partir daí não podemos cecear o direito à participação de ninguém. E o que é fundamental, o respeito ao programa, será zelado por uma Comissão de Ética que tomará as providências em caso de transgressão. Você pode estar certo

que no partido não nivelaremos por baixo.

— Mas por exemplo, em Lins, terminou havendo nivelção por baixo com os pelegos em duas questões: aprovação de delegados sindicais e não de comissões de fábrica, e a manutenção do imposto sindical.

— Eu acho que não. No caso do delegado sindical, desde que as bases nas fábricas sejam politizadas elas não aceitarão qualquer delegado que o sindicato nomear. Já no caso do imposto, é uma questão de tática. A maioria dos sindicalistas seria contra a extinção pura e simples do imposto. Poucos aprovariam a medida. Portanto o que fizemos em Lins foi sábio: atacamos o mal, o imposto, denunciando-o, e apontamos para um caminho gradativo de extinção cujo primeiro passo seria a transferência de todo o dinheiro arrecadado para os sindicatos.

— Para quando você prevê este desfecho?

— Isto ainda demora. As reformas políticas que alteraram a legislação partidária não satisfazem. Portanto há necessidade de uma frente de oposição contra a atual legislação restritiva e cupulista. Pois o partido tem que nascer de baixo para cima. Portanto é imperioso lutar pela anistia, pela liberdade partidária, que resultariam numa Constituinte livre e soberana. Enquanto isto não ocorrer, é continuar articulando nas várias categorias. Em maio, haverá o Congresso Nacional dos Metalúrgicos; já há adesão nos Petroleiros, Bancários e Químicos.

Constituinte, só com partidos livres.

— Como você rebate as críticas que vêm sendo feitas à proposta?

— Estão dizendo que novos partidos somente depois da democratização. Mas eu pergunto: de que vale uma Constituinte sem novos partidos? Nada. Nós já estamos prevendo uma Constituinte vindo por aí, de cima para baixo, com os trabalhadores assistindo como já ocorreu de outras vezes na história do país. Portanto é fundamental hoje a luta pelo surgimento de novos partidos, e é isto que estamos fazendo com o Partido dos Trabalhadores.

— Como você descreveria o perfil ideológico deste partido?

— Ele deve ter uma filosofia socializante. Além desta definição são problemas que a discussão nas bases terá que enfrentar e que eu prefiro não adiantar minhas posições pessoais.

— Como você encara a posição de Lula sobre o MDB?

— Acho que o MDB, apesar de todas as suas falhas, cumpre um papel, tem tido uma posição firme. Não se deve defender uma ideia atacando outra, contudo eu respeito a posição de Lula. Atacar o MDB eu não faço e acho que todos devem continuar atuando na frente de oposição, dentro ou fora do MDB, e discutindo o Partido dos Trabalhadores com a classe.



Benedito Marcílio

Guerra de carnês

Silvio Santos x Brasilino

Começou a guerra dos carnês, com trauletas pra lá e pra cá e com a ameaça de cassação da concessão do canal 7 de televisão, da TV Record de São Paulo. O «Carnê Brasilino», do grupo da Fábrica de Móveis Brasil, seria lançado no último fim de semana, mas, segundo denúncia do advogado do grupo, José Augusto de Toledo Neto, foi boicotado pela TV Record, em conluio com o grupo Silvio Santos, proprietário da arapuca do «Baú da Felicidade».

Eis a história da primeira batalha de uma guerra que promete.

Reportagem: Jesus Varela e Elvira C. Oliveira
Texto: Carlos Tibúrcio

A TV Record, Canal 7, em São Paulo, viveu dias de guerra no último fim de semana. Na véspera da apresentação do programa Dárcio Campos, o vídeo-teipe, já gravado, sumiu. Reapareceu às 11 hs de sábado, reeditado à revelia do dono do programa. E foi ao ar assim. Costinha, conhecido comediante, teve sua fala cortada na «Sessão dos Executivos», apresentada por Ferreira Neto Wilson Simonal, de triste memória, fez o «show da tarde» apenas para o auditório, acreditando que a TV o transmitia. Os telespectadores do 7, entretanto, estavam assistindo «Inferno no Paraíso», um velho filme americano. Até a Censura Federal interessou-se em saber o que estava acontecendo na Record.

Tudo aconteceu para evitar o lançamento de um novo carnê, o «Carnê Brasilino», cuja autorização foi concedida pelo Ministério da Fazenda no dia 11 de janeiro de 1979, depois de ter sido requerida pelo grupo da Fábrica de Móveis Brasil há dois anos.

Principal acusado de ter conseguido uma vitória na primeira batalha aberta da guerra dos carnês: o grupo Silvio Santos, que detém o monopólio da picaretagem e da venda de ilusões, com

pagamento antecipado dos consumidores, por meio do carnê do «Baú da Felicidade».

A primeira batalha, contudo, vai ser decidida na Justiça, segundo adiantam os responsáveis pelo «Carnê Brasilino»: «Não sabemos por quanto tempo persistirá o boicote ao «Carnê Brasilino», mas não ficaremos à mercê de arbitrariedades de interesses particulares individuais, em prejuízo de toda a uma comunidade». Numa das cartas enviadas no último dia 10 à TV Record, interpondo sua direção pelas irregularidades ocorridas na transmissão das mensagens publicitárias do novo carnê, o grupo das Fábricas de Móveis Brasil é mais incisivo, citando diretamente Silvio Santos: «Tomamos conhecimento nesta data de que no programa da «Sessão dos Executivos», levado ao ar no dia 10-02-79 às 00:30 hs, aproximadamente, e patrocinado pelo Grupo Brasilino-Móveis Brasil, teve suas mensagens boicotadas pela emissora, com infringência ao art. 18 da Lei nº 5.250 de 9-2-67, com o intuito único e exclusivo de, prejudicando a livre iniciativa comercial do cliente, assegurar ao Grupo Silvio Santos o domínio de mercados, eliminando a concorrência (...).

As trincheiras

As ações da TV Record estão divididas entre o Grupo Silvio Santos (49%), Paulo Machado de Carvalho (49%) e Raul Duarte (2%), sendo que



este último, segundo o advogado do Grupo Brasilino, José Augusto de Toledo Neto, «pende para o Silvio Santos». Essa composição acionária, contudo, não impediu que o Grupo Brasilino-Móveis Brasil concentrasse, «a partir de 1974, a maior parte dos esforços criativos, publicitários e de investimentos financeiros na TV Record de São Paulo, apesar de sua situação precária e decadente». O grupo, antes desses investimentos, já adquirira, em Brasília, a concessão do Canal 8 — TV Regional. Não é por menos que o 1º andar do prédio onde funciona a TV Record é ocupado pelo estúdio da Brasilino Promoções. E foi nesse estúdio que o diretor da TV, Hélio Ansaldo, ainda segundo o advogado José Toledo, chegou no último sábado, às 13.30 hs, para avisar que tinha ordens da diretoria para «cortar o programa do Simonal», caso houvesse insistência no lançamento do carnê. O auditório estava lotado. O «Show da Tarde» estava para começar, e, de repente, foi dada ordem para a transmissão do filme «Infer-

no no Paraíso». O programa, mesmo assim, só foi apresentado no auditório por 45 minutos, pois a direção da TV Record, «num flagrante desrespeito ao público», mandou cortar a força, deixando todos no escuro.

Depois da visita de Hélio Ansaldo ao estúdio da Brasilino Produções é que toda a trama pode ser compreendida, segundo o advogado do grupo. «Até então não se entendia porque sumira a fita gravada do programa do Dárcio Campos (reapareceu reeditada, sem constar as passagens que lançavam o «Carnê Brasilino»), e porque, na entrevista que Ferreira fez com Costinha, na «Sessão dos Executivos», a voz do comediante sumira quando ele falava no lançamento do carnê».

Perder concessão

O objetivo explícito do Grupo da Fábrica de Móveis Brasil é o de tentar fazer com que o governo retire a concessão da TV Record. Pelo

mesmo é o que fica claro numa das cartas enviadas pelo grupo à emissora: «Tomando conhecimento das irregularidades ocorridas no programa em referência (Dárcio Campos), veiculado nesta data por essa emissora, e no intuito de fazer prova em Juízo, interpelamos V.Sas. para não se desfazerem da fita magnética do citado programa, nos termos da Lei. O presente pedido se deve ao fato de o citado programa haver infringido normas penais que redundarão na pena de cassação da concessão do Canal 7 de Televisão, nos termos do art. 64, letra «a», da Lei 4.117, de 27-08-1962.» Esta carta, como as outras, terminam pedindo que seja assinado o «ciente» do seu recebimento. No entanto, conforme declarações assinadas por quatro testemunhas, a Rádio Record S.A. (TV Record), na pessoa do sr. Hélio Ansaldo, apesar de ter tomado ciência do conteúdo da mensagem, recusou-se a «exarar o ciente e acusar a recepção nas respectivas cópias».

Poupança empresarial

Segundo as explicações do Grupo Brasilino, o novo carnê segue a mesma legislação que rege o do Silvio Santos. A única diferença, diz o advogado, é que Silvio Santos distribui prêmios pela TV e o «Carnê Brasilino» considera a TV sua última etapa. «O nosso carnê — afirma José Toledo — serve, em primeiro lugar, para aumentar as vendas dos nossos produtos; assessoriamente, vêm os prêmios, a TV, esse sonho de todo mundo, que o Silvio Santos vende. Nosso carnê não visa poupança para comprar canais de TV e etc., mas sim para vender móveis».

No caso, beliches. O cidadão, segundo o «carnê Brasilino», vai pagar 100 cruzeiros durante 12 meses e, depois, com juros e correção monetária sobre o que desembolsou, tem direito a levar um beliche (ou outro móvel) da Fábrica de Móveis Brasil. Pode, também, segundo o advogado, receber a grana de volta.

Tudo indica que os riscos do negócio são baixos e a lucratividade, com o dinheiro do povo, muito alta. Não é pra menos que o rei das arapucas, o sorridente SS, esteja apelando pra ignorância a fim de garantir o «monopólio».

Ponto de vista

A posição popular não pode cometer o erro gravíssimo de se deixar cair na armadilha da CIA, que quer empurrar as Forças Armadas para os quartéis e responsabilizá-las exclusivamente pela tragédia nacional.

Assim, o imperialismo norte-americano saíria da história com a face limpa e como os grandes defensores dos direitos do homem. Há o temor de que os militares possam adquirir uma profunda consciência política e trama-se para botá-los na geladeira. Discutir francamente, dissipar as dúvidas e desconfiar, e estabelecer pontos comuns para um acordo político é o que devem fazer agora a oposição popular e os militares. Aqui, algumas propostas.

Volta dos militares aos quartéis é armadilha da CIA



A quem interessa os militares fora da política?

Por Apolo Heringer Lisboa, da Argélia. (*)

É preocupante para o movimento de oposição popular à ditadura, e também para o imperialismo norte-americano, o destino das Forças Armadas, que o povo todo contribui para existir na medida em que trabalha e paga impostos. Nada mais hipócrita do que dizer que esta questão é delicada e não deve ser tocada. E vou tratar este assunto como brasileiro degradado para a África.

As Forças Armadas brasileiras intervieram diretamente na política nacional tomando o poder em 1964, depois de longos anos de conspiração inspirada pela CIA, e corouando o Estado com a «genial» doutrina da «segurança nacional». Com esta doutrina por base decretou-se que:

• Entre os Estados Unidos da América e o Brasil não há fronteiras. Nesta concepção «internacionalista» se admitia infantilmente que «o que é bom para os EUA é bom para o Brasil». O mundo viveria uma esquisita situação na qual cada derrota dos EUA seria necessariamente uma vitória da URSS. Assim sendo o Brasil não teria outro destino que ser o eterno labiado dos EUA. Os «autores» desta criminosa doutrina preferiram obedecer à CIA, a ouvir homens do gabarito internacional de um Charles De Gaulle ou de um Marechal Tito.

• O inimigo é interno. O objetivo das Forças Armadas passaria a ser o de combater os operários, os camponeses, os sindicatos, os estudantes, as empregadas domésticas, as mães, os padres, os índios, etc., e tudo o mais que mexe e reclama neste país. Vejam que insanidade, que traição à Pátria.

• O «Desenvolvimento Econômico» e a «Segurança Nacional» seriam sinônimos de incrementar a dependência frente as multinacionais e de criar dentro do país um sistema de delação, tortura e terror, como foi o caso Parasar, procedimentos estes que o corajoso Gal. Hugo de Abreu classificou de nazistas.

Inquietação legítima

Mas as lutas já criaram no Brasil uma consciência democrática importante. Seria difícil para este grupo que tomou o poder enganar eternamente a maioria da Nação. E foi o que aconteceu.

Em 1964 houve a vitória da conspiração, para a satisfação de alguns interesses antinacionais e antipopulares, enquanto outros incultos se limitaram a dar um certo crédito aos golpistas, argumentando que entre eles havia figuras respeitadas nos quartéis como Castelo Branco, os Geisel, que apesar de serem miopes politicamente eram honrados na vida pessoal e competentes tecnicamente.

O tempo foi passando e o resultado da experiência superautoritária que foi feita com este

povo de mais de cem milhões deu no que está aí. Miséria olímpica, corrupção (é o maior país do mundo neste esporte!), assassinatos políticos, torturas indescritíveis, Esquadrão da Morte, além do problema social com os boias-frias, os marginalizados nas grandes cidades, o salário de fome para os operários e 16 milhões de crianças abandonadas.

Nestas circunstâncias é legítimo que a maioria dos militares que observavam isto e que tinham sido iludidos na sua boa fé, se inquietem.

Na verdade as Forças Armadas caíram em 1964 nas mãos de um grupo de ativistas de direita que se aproveitaram da confusão criada pelas manobras da CIA para impor ao conjunto das Forças Armadas e da nação aqueles conceitos tão estapafúrdios da doutrina da «segurança nacional», que os EUA fizeram para aplicar aqui nesta neocolônia (enquanto lá mesmo eles gozam de democracia, seus sindicatos são livres e as Forças Armadas não decidem a política do país).

Nesta neocolônia norte-americana em que nos transformamos, os yanques não se importam em incentivar tragédias nacionais. Na verdade, o que eles querem é nos comer.

No meio militar, no entanto, sobreviveu e cresceu o sentimento nacionalista anti-norte-americano. Os militares se inquietam com o nível das arbitrariedades, com o poder pessoal e com as manobras contínuas de um «multinacional» Golberi do Couto. Certas áreas lamentam hoje que se tenham deixado deslizar para o terreno policial; nem todos, é bem verdade, tiveram o mesmo valor de soldado de um Brigadeiro Itamar Rocha.

Desconfiança com a oposição

Por outro lado esta importante tendência que nas Forças Armadas de hoje quer a democratização do país e o fim do arbítrio, alimenta ao mesmo tempo um sentimento anticomunista e vê com desconfiança grandes setores da oposição. É a CIA se encarrega de transformar esta desconfiança em antagonismo. Esta desconfiança é sobretudo quanto ao aspecto da soberania nacional, à medida que, sendo nacionalistas, os militares não desejam que o Brasil caia como neocolônia dos russos. E temos de reconhecer que durante décadas os comunistas tiveram um comportamento equivocado quanto à questão nacional. E ainda hoje há muita gente equivocada acreditando num «internacionalismo», meio maroto, que se propaga por aí e que beneficia o mais forte e nada tem a ver com os interesses das regiões atrasadas da América Latina e África.

No mundo material, que é o da História, nada se dá, tudo se negocia. Não é que os militares sejam anticomunistas por serem contra a justiça social, por desejarem ardentemente que o povo morra de fome. Há desses, mas são poucos. Neste sentido tanto os militares quanto a oposi-

ção deveriam discutir francamente, para dissiparem as dúvidas, as desconfianças, e estabelecer pontos de um acordo. Hoje em dia o grosso da oposição defende com ardor as teses da independência nacional frente a qualquer potência estrangeira, de que regime político for esta potência. Este avanço nas concepções dos dois setores políticos da Nação, e esta convergência entre militares e a oposição democrática e anti-imperialista deve ser saudado como uma vitória. O divórcio entre a questão nacional e a questão social é inspirado nas doutrinas do imperialismo.

A armadilha do imperialismo

Será justo que depois de comprometer o Brasil numa via desastrosa socialmente, suicida politicamente, deficitária economicamente, e patrioticamente falando antinacional, será justo, que os militares brasileiros se retirem da política e do governo e deixem a bomba na mão dos outros?

Será honrado que abandonem os trabalhadores e os mais humildes, que tanto sofreram com as experiências econômicas nazistas de Delfim Neto, nas mãos das inescrupulosas empresas multinacionais ávidas de lucros e de poder, respaldadas pelo estado norte-americano?

Creio que esta atitude não corresponde à bravura tradicional do soldado brasileiro, outras vezes já utilizada com fins antipopulares apesar das origens populares de grande parte de nossos militares, de cuja honradez pessoal e competência técnica não duvidamos, mas que foram vítimas como em 1964 de manobras espúrias de setores comprometidos com certas doutrinas estranhas à nossa emancipação nacional e aos anseios de justiça de nosso povo.

Como brasileiro exilado, como profissional médico, como patriota que luta pela independência nacional, pela justiça social e pela democracia, proponho à oposição que não cometa o erro gravíssimo de se deixar cair na armadilha estendida pelo imperialismo ao ajudar empurrar as Forças Armadas para dentro dos quartéis, afastando-as do povo, e dos problemas do País, deixando-as isoladas nas mãos dos setores mais direitistas e pró-norte-americanos que são os arautos da cancerosa doutrina chamada da segurança nacional. Eles estão com medo das Forças Armadas adquirirem uma profunda consciência política e querem botá-las na geladeira.

Proponho à oposição exigir a participação das Forças Armadas no futuro governo democrático, como parte das forças vivas da Nação, dando-lhe assim possibilidades de corrigir as desgraças impostas ao País nos últimos 15 anos, aportando a sua força, sua organização e a sua disciplina à construção de um País independente dos norte-americanos, onde as pessoas tenham casa e comida, escola e tratamento médico, segurança e tranquilidade no lar e quanto ao dia de amanhã, numa verdadeira e humana concepção de segurança nacional baseada na unidade Povo-Forças

Armadas. O Brasil é um País com riquezas materiais e humanas tais que poderá sair das unhas da águia voraz de Wall Street sem cair nas garras de não importa qual bicho. Desde que nos unamos num projeto nacional, que só será viável tirando as massas populares da miséria, do medo. E para isto é preciso coragem e decisões soberanas, que serão respaldadas por todo o povo.

O governo dos EUA estão por trás da manobra — militares para os quartéis. Querem fazer crer ao nosso povo e ao mundo, que se as coisas não marcham bem no Brasil toda a responsabilidade é dos militares. Assim, somente as Forças Armadas arcariam com o ônus da tragédia nacional, e o imperialismo norte-americano saíria da história com a face limpa, como defensores dos direitos do homem, quando na realidade foi ele que produziu tudo isto, utilizando as Forças Armadas como instrumento.

É hora de passarmos a compreender melhor estas manobras e não cairmos ingenuamente na arapuca destas velhas raposas internacionais para as quais nossa vida não tem nenhum valor e nenhuma importância.

O próprio Congresso Nacional dos EUA já investigou e denunciou a intervenção da CIA nos golpes no Brasil e no Chile.

Propostas aos militares e à oposição

Na última «eleição» presidencial houve um extenso contato entre civis e militares irmanados por objetivos unitários. É difícil esta aproximação depois que a CIA, através de suas intrigas e buscando consolidar os interesses nacionais dos EUA, conseguiu levar a um nível profundo a divisão entre povo e Forças Armadas. O sangue corrido de camponeses, de trabalhadores fabris, e da classe média, enche o vale que separa o povo da montanha onde estão entricheirados os militares. No entanto, em nome da unidade nacional e da pacificação da família brasileira, proponho aos nossos irmãos militares e à oposição da qual faço parte o seguinte acordo:

a) Em vez de nos destruirmos mutuamente, unirmos nossas forças na construção nacional, acabando com a ditadura dos monopólios norte-americanos e viabilizando um desenvolvimento econômico que objetive em primeiro lugar tornar viável e feliz a vida dos 120 milhões de brasileiros numa política de paz, de respeito e não-intervenção nos assuntos internos de nossos vizinhos.

Neste processo, a diversificação de nossas relações diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo é essencial na preservação de nossa independência frente aos centros que monopolizam a propriedade da tecnologia moderna;

b) Declarar fora da lei a chamada doutrina de segurança nacional e processar na justiça militar e civil os seus autores e executores principais. Este setor deve ser expurgado das Forças Armadas a fim de possibilitar uma união sem desconfianças nem reservas entre o povo e Forças Armadas. Aos executores das torturas exigimos que sejam também processados, mas como parte e não a mais importante do julgamento dos «criadores» da doutrina da «segurança nacional».

Não nos anima nenhum espírito de vingança. Esta nada constrói. O que queremos é que os objetivos pelos quais se derramou o sangue dos patriotas, sejam atingidos. Deve haver entre os torturadores de presos políticos e de presos comuns, muitos honestos pais de família, religiosos ou não, viaciados em drogas ou não, tarados ou não, todos fundamentalmente vítimas da dinâmica desta sociedade neocolonizada, cruel e enferma da qual somos parte.

c) Rejeitar a manobra hábil, traiçoeira, própria de um jagunço, tramada nos altos bastidores dos monopólios e do Pentágono, de num primeiro tempo retirar as Forças Armadas brasileiras da política, da participação no governo, para preservá-la no mundo irrevel dentro das casamatas, e depois jogá-la de novo contra o povo no momento oportuno. No caso do Brasil, País imenso, cobijado, miserável, do terceiro mundo, não se pode aceitar que centenas de milhares de homens bem organizados e com saúde, cruzem os braços e deixem o País ser devorado pelos monopólios.

O que o povo combateu nestes 15 anos não foi a participação dos militares e das Forças Armadas na política — foi a política adotada pelas Forças Armadas. É isto que queremos mudar. A hora não é de brincar de política na boca do lobo, a hora é de resolver os grandes problemas nacionais.

d) Não cabe à oposição fazer apelos à divisão das Forças Armadas, jogando soldados, cabos, marinheiros, sargentos, etc. contra os oficiais e os generais.

O problema da democratização no seio da FFAA se coloca no plano da democratização do conjunto da sociedade e são os militares que deverão encaminhar, entre eles, a solução destes problemas, vitais para o País. A CIA vai tentar armar provocações baratas neste sentido, acionando seus Cabos Anselmos. Tanto os militares, quanto à oposição sabe que isto não leva a nada de positivo.

(*) O autor deste artigo é ex-vic-presidente da União Nacional dos Estudantes e encontra-se exilado atualmente. Médico, ele define-se como «um brasileiro degradado para a África, e neste sentido, orgulhoso de unir as tradições mineiras de Alvarenga Peixoto, Tomás Antonio Gonzaga, com a grande Inconfidência Brasileira que se alastra neste final de século XX».

Gang policial comanda e explora trombadinhas



por Carlos Alberto Luppi
(especial para EM TEMPO)

Duzentos e trinta e um policiais paulistas e 25 funcionários da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor estão sob suspeitas de acobertarem fugas de menores das entidades assistenciais e se beneficiarem dos produtos dos roubos praticados pelas quadrilhas de menores infratores que já somam a 1200 em São Paulo, a grande maioria delas organizadas e comandadas por maiores. A situação é grave e a própria Coordenadoria de Defesa Civil de São Paulo começa a se preocupar com a organização destas quadrilhas de menores infratores e seu altíssimo grau de insatisfação e marginalização. Isso, sem contar o trabalho muito pouco eficiente dos organismos estatais encarregados de prestar assistência a estes menores, onde acontece de tudo, desde menores usados para a prática do homossexualismo como tráfico de entorpecentes e espancamentos generalizados.

Em 1969, os menores delinquentes em São Paulo chegavam a 5 mil. Em 1971, eles já eram oito mil. Em 1973, 10 mil. Em 1976, 14 mil. Em 1979, eles já somam 18 mil num universo total de 4 milhões de pessoas carentes e marginalizadas do processo de desenvolvimento. Moradoras de favelas e bairros paupérrimos ou simplesmente no morando em qualquer lugar fixo, vivendo de subempregos ou literalmente desempregados. Desses quatro milhões, dois milhões são menores de 18 anos, carenciados de todas as formas, subnutridos, abandonados. E principalmente altamente insatisfeitos.

Um verdadeiro exército de necessitados, esmoeados e desprezados, cuja «tropa de choque» formada pelos 18 mil menores infratores — muitos dos quais com mais de 100 assaltos à mão armada, dezenas de latrocínios e assassinios — vem sendo sistematicamente utilizada por marginais adultos e por cidadãos comuns; apenas aparentemente acima de quaisquer suspeitas.

Exército de necessitados
Nos últimos anos esse exército — cuja agres-

sividade é idêntica ao desprezo com que a sociedade trata seus integrantes — começou a se organizar em quadrilhas urbanas de todos os tipos a agir indistintamente nos 40 mil quarteirões da capital paulista, estendendo suas atividades aos municípios da Grande São Paulo e da Baixada Santista.

Todas estas quadrilhas estão bastante armadas. Os estiletes — muito usados até pouco anos atrás — deram lugar às facas, punhais e principalmente revólveres de todos os calibres e até pistolas automáticas. Até mesmo metralhadoras e fuzis podem ser encontradas em poder de algumas dessas quadrilhas. Como se formassem uma força regular eles crescem em número, crescem em armamentos, crescem em desespero e crescem em abandono. Com base na fome, no abandono, no desespero e no sofrimento, sentidos até mesmo em instituições controladas pelo Estado e que teoricamente foram criadas para recuperá-los, mas que, no entanto, não o fazem com o grau mínimo de necessidade.

Essa tropa de choque é parte «íntima e fundamental» de uma autêntica nova sociedade nascida na marginalidade e que só conhece a arbitrariedade e a negação a seus direitos mais elementares. Uma nova sociedade com líderes próprios, táticas próprias e treinadas no dia a dia das ruas, com base num Código de Honra e até com linguagem própria.

Em poder desse «exército de necessitados» há atualmente segundo a própria polícia, pelo menos 10 mil armas mortíferas, inclusive pistolas automáticas. Nos últimos 10 anos, essa «tropa de choque» de delinquentes praticou mais de 25 mil ações consideradas criminosas e matou mais de duas mil pessoas. Nas escaladas de crimes ela se defende como pode — enquanto os teóricos dão entrevistas minimizando a sua situação — da hostilidade do ambiente em que se encontra. É a responsável por 80% dos assaltos à mão armada em São Paulo, 50% dos crimes contra o patrimônio.

Nos últimos anos, desde que passaram a funcionar as unidades educacionais da Fundação

do Bem-Estar do Menor — Febem — sua força total pode ser duramente avaliada. Nada menos que 205 mil menores carenciados e infratores passaram pelas dependências da Febem num regime de vai e vem o que comprova claramente que a estrutura em que está montado o esquema chamado de recuperação não funciona e serve apenas para «dar satisfações» à sociedade inquisita. Ali mesmo, nas unidades, os meninos se enchem de recalques, frustrações e repressão de funcionários despreparados, que para cuidar deles, os estimula à marginalidade e ao aumento da violência. Quando não acobertam suas ações criminosas suas fugas e seus assaltos, manipulando crianças cuja vida ensinou-lhes e ainda ensina a serem, na pior das hipóteses, corajosas para não tombarem na autêntica «guerra urbana» já instalada.

Essa mesma tropa de choque é hoje responsável por quase 70 ações criminosas diárias cometidas na cidade de São Paulo, entre assaltos, arrombamentos, homicídios, latrocínios, furtos e punças. Em 77, quase quatro mil menores delinquentes passaram rapidamente pelas delegacias policiais da cidade, sendo responsáveis por 75% dos furtos, 30% dos roubos, 45% das ocorrências envolvendo tóxicos e 10% dos crimes contra a vida. Em 1978, esses números cresceram: quase seis mil menores passaram pelas delegacias em rápida permanência sendo responsáveis por 80% dos furtos, 37% dos roubos, 50% das ocorrências envolvendo tóxicos e 17% dos crimes contra a vida.

A previsão para 1979: 10 mil menores vão passar pelas delegacias. Eles vão praticar mais de 1700 assaltos, três mil furtos, vão se envolver em mais de 1500 ocorrências de tóxicos e vão estar envolvidos direta ou indiretamente na morte de 400 pessoas. Números que mostram a falência total do esquema existente para recuperá-los e a necessidade imediata de rever todo o tratamento que eles recebem nas chamadas unidades assistenciais à base da repressão comandada por funcionários desesperados.

ainda enfrenta uma situação bastante nebulosa com relação ao caso dos uruguaios, sequestrados por policiais do DOPS gaúcho numa operação com a repressão uruguaia. Com a morte do menor, e em seguida do operário abatido a metralhadora, Guazzelli não tinha mesmo o que dizer. Limitou-se a falar no tradicional «apurar as responsabilidades e punir os culpados e pediu paz para a cidade». Mesmo assim, no auge do tumulto, mandou a tropa de choque que dispôs para «garantir a normalidade».

Na área parlamentar, repercussões chegaram a ser ridículas. Os arenistas lamentaram o fato, mas colocando, invariavelmente, como o deputado-coronel Pedro Américo Leal, que isso «era coisa de comunistas». Um outro foi até mais grotesco: culpa a «abertura política, pois as pessoas acham tudo muito fácil». Foi necessário que vários repórteres lembrassem aos «valorosos parlamentares» que Colodoaldo foi morto pelas costas porque, segundo os policiais, infringiu uma lei de trânsito.

A bancada do MDB pediu a exoneração do Secretário da Segurança Rubens Moura Jardim, lembrando também a participação do DOPS, do próprio diretor do órgão Pedro Seelig, no ainda não esclarecido sequestro dos uruguaios. Também se pronunciou sobre o acontecimento, o Comitê Brasileiro pela Anistia RS, o

Existem cerca de 1.200 quadrilhas de menores infratores, em São Paulo. Suspeita-se que 231 policiais paulistas e 25 funcionários da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor — sejam beneficiários das 25 mil ações (furtos e trombadas) praticadas até agora.

O crescimento do número de delinquentes juvenis mostra, por outro lado, a falência total do esquema de recuperação adotado pela Febem

Febem só serve para dar satisfações à sociedade

A violência e a criminalidade são estimuladas e incentivadas senão pela fome, pela necessidade e pela falta total de afetividade maliciosamente por terceiros interessados em repartir sempre o produto dos roubos e assaltos e faturar as custas de muitos menores. O rearmamento dessa tropa de choque e sua organização em processo acelerado permitem a elaboração de uma hipótese que pode até ser taxada de ficcionista. Mas, no mínimo, é um alerta:

E se um dia, os 18 mil menores dessa tropa de choque insatisfeita e revoltada, resolver ou estiver preparada para realizar um assalto simultâneo à cidade de São Paulo? O que poderia acontecer? A cidade resistiria a uma ação homogênea do enorme exército dos necessitados comandada por líderes naturais como um Wilsinho Galiléia (mais de 100 assaltos mais de 15 assassinatos, já morto); um Toninho (que com uma quadrilha de quatro menores e dois maiores foi responsável por mais de 150 assaltos e 10 mortes); um Pedro Silvério da Silva (chefe de uma quadrilha de 13 garotos, responsável por mais de 70 assaltos e mais de oito crimes junto com Arnaldo Lamônica, maior e por ele assassinado); ou por um Wanderley Cirilo, (17 anos, líder de uma quadrilha de 15 menores e cinco maiores, responsável por dezenas de crimes)?

A pergunta foi feita ao atual presidente da Febem-SP, Agostinho Giusti. Ele apenas se mostrou preocupado e não deu respostas. Sua responsabilidade é muito grande, pois sob a orientação e assistência da Febem-SP há hoje quase 50 mil menores em todo o Estado, 43 mil nas unidades conveniadas e quase 7 mil nas 30 unidades da Fundação. Nos últimos quatro anos pelas 550 unidades com as quais a Fundação mantém convênios para assistência ao menor marginalizado e infrator passaram 154.198 menores, enquanto que nas unidades diretamente ligadas à Fundação passaram 51.720 menores, 90% dos quais já cometeram alguma infração na vida. Giusti está preocupado com o crescimento das quadrilhas de menores, com seus assaltos e com as tentativas feitas ultimamente para libertação de menores das unidades da Febem (seis ações em seis meses, três com êxito total).

«Não confio na Polícia»

Mas a situação dentro das unidades é grave: nos últimos meses pelo menos 20 funcionários da Febem foram mandados embora das unidades por estarem envolvidos no acobertamento de fugas de menores delinquentes. Atualmente pelo menos mais 25 estão sob suspeita. Recentemente ainda para se ter uma idéia do envolvimento sistemático de funcionários na utilização crimino-

sa de menores, 10 funcionários do internato de menores da Vila Maria foram demitidos da unidade por facilitarem a prostituição de muitas menores. Os resultados financeiros dessa prática eram repartidos entre eles. O próprio presidente da Febem-SP, admite que «o problema é grave» ao mesmo tempo que se confessa incapaz de diminuí-lo. Ele admite a alta quantidade de funcionários despreparados e fala desanimado: «É o que existe». Admite o crescimento da violência e a existência de quadrilhas em organização crescente. E admite até que isso possa começar a ser incontrolável e se preocupa ainda mais quando afirma: «eu não confio na polícia, não posso confiar na polícia», em resposta a uma indagação sobre o que a polícia tem feito, na prática, para descobrir os estimuladores e incentivadores das quadrilhas de menores.

Como se não bastasse, os 25 funcionários da Febem mantidos sob suspeita de estarem por trás de muitos crimes de menores e muitas fugas, há na polícia de São Paulo 231 policiais também sob suspeita de fazerem a mesma coisa, utilizando os produtos dos assaltos em proveito próprio. Alguns desses policiais inclusive estariam agindo por trás da ação de marginais maiores na liderança de quadrilhas de menores delinquentes.

Um alto funcionário da polícia paulista, na semana passada informava ao repórter que ele nunca iria conseguir os nomes desses policiais envolvidos e suspeitos: «Você não conseguirá isso porque a divulgação de seus nomes desmoralizaria a própria ação policial».

As divergências entre as autoridades da Febem e as autoridades policiais são um fato incontestável. As da Promoção Social atestam que o problema da criminalidade e da violência praticada nas ruas é de responsabilidade da polícia. As autoridades policiais acham que «menor não é problema da polícia». Enquanto discutem e se desconfiam mutuamente, o número de autênticos desocupados nas ruas do chamado «centro» de São Paulo já soma dois mil, dos quais 40% são menores de idade. Ao lado disso, os dois milhões de menores componentes do «exército dos necessitados», em São Paulo, magros e famintos perambulam pelas ruas e vivem nas piores condições possíveis. Dados reveladores: no bojo da violenta problemática social que atinge São Paulo — a começar pela fome que atinge estes menores marginalizados e infratores — o exército de necessitados cresce. E com ele a «tropa de choque» dos infratores com quadrilha em franca expansão, enquanto os índices de recuperação são praticamente nulos. Uma pequena mas importantíssima multidão que já aprendeu a terrível lição de atacar para não morrer e tenta sobreviver de qualquer maneira.

«Brigada não protege, mata.»

É o que diziam cartazes com os quais a população de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, protestava na semana passada contra o assassinato de um motoqueiro pela polícia e a onda de violência que se seguiu, resultando na morte de um operário e vários feridos.

da sucursal

Pela primeira vez, desde a morte de Getúlio Vargas, em 1954, a população de Passo Fundo, a capital da soja, distante 300 quilômetros de Porto Alegre, saiu às ruas. Só que desta vez, com muita revolta, para repudiar a morte de um rapaz de 17 anos o motoqueiro Clodoaldo Teixeira, assassinado a tiros pelas costas pelo cabo da PM José Válmor da Silva. No dia seguinte, terça-feira 7/2, mais de três mil pessoas reuniram-se perto da Igreja da Matriz, totalmente sitiada por elementos da Brigada Militar, e revoltados com as circunstâncias da morte do menor, obrigaram os policiais a se refugiarem no quartel do Comando da Área Três. Completamente cercados pelo povo, os policiais começaram a

disparar novamente, e desta vez, com metralhadoras. Mais uma vítima, o operário de 19 anos, Adão Faustino, e dois outros feridos graves, Joceli Joaquim Macedo, de 17 anos, que perdeu parte do pulmão e Pedro Carlos dos Santos, de 24, que recebeu um tiro baixo ventre.

Cartazes dizendo «Brigada não protege, mata», «Atire fera», «Mate Assassinos» foi a forma que a população encontrou para demonstrar todo o seu repúdio à violência policial que se instalou na cidade. Violência essa que chegou a seu limite, comentam os passafundenses, pois é notório na cidade o verdadeiro medo que todos têm da Brigada Militar.

Guazzelli «chocado» manda tropa de choque

«Estou muito chocado» foram as palavras do governador Sinval Guazzelli sobre o ocorrido, que

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, o Setor Jovem do MDB/Passo Fundo, o Núcleo da Convergência Socialista/PF e a Seção da Tendência Socialista/PF, lançaram no sábado último uma Carta Aberta à População, pedindo o fim das violências policiais colocando que «num momento em que tanto se ouve falar em direitos humanos, em redemocratização e no aperfeiçoamento institucional, presenciarmos em nossa terra atos e práticas que contradizem tais aspirações».

Subversão é matar pelas costas

Refutando as afirmações do comandante do CPA/3 e parlamentares governistas de que as manifestações em Passo Fundo foram incentivadas por «extremistas», os signatários colocam que «Subversão é desrespeito às leis, subversão é matar pelas costas, subversão é metralhar uma multidão indefesa e desarmada que, apenas, clama por justiça». O documento encerra pedindo a «divulgação» do número total de feridos na repressão militar, direito à vida e integridade do cidadão, liberdade de manifestação e expressão, fim das violências policiais e solidariedade às vítimas da violência».

O Comitê Brasileiro pela Anistia e o Setor Jovem Metropolitano do MDB lançaram um convite à população para uma caminhada de protesto contra a violência policial e em solidariedade ao povo passafundense, no dia 2, juntamente com os moradores da vila Gauchinha, periferia da cidade, afirmam que o garoto estava dormindo quando foi morto.

Pouco depois da convocação, tinha-se notícia de mais uma vítima dessa repressão policial no RS: o inspetor Noel Medeiros Varoni, da delegacia de Furtos e Roubo de Caxias do Sul, fuzilou na segunda-feira última com um tiro pelas costas o menor José Joarci Palhano de Oliveira, de 17 anos. Disse que o menor tentou atirar nele, enquanto os moradores da vila Gauchinha, periferia da cidade, afirmam que o garoto estava dormindo quando foi morto.

Do mesmo modo como em Passo Fundo, onde a polícia ainda quis ter razão, dizendo que a bala ricocheteou e por isso acertou Clodoaldo. Entretanto, testemunhas oculares chegaram a ver os três tiros disparados contra o motoqueiro. E para não deixar dúvidas, o outro PM que estava com o assassino na viatura, virou o corpo do garoto já morto e ainda ameaçou: «Eu vou levar este vagabundo nem que tenha que terminar de matar ele a paulada».



A 12 de dezembro, dois milhões de pessoas nos ruas de Teerã, em apoio ao ayatollah Khomeini.

No dia em que esta edição começou a circular, a crise ligada ao duplo poder no Irã atingia seu ponto de ruptura, impulsionada pela rapidez com que o exemplo de Qom — a cidade onde primeiro se estabeleceu a «ordem islâmica» do Khomeini, estruturada em cooperativas populares e grupos de auxílio mútuo — contagiava outras cidades, levando-as a romper com o regime.

Como era previsível, o desenlace se deu em Teerã, e no seio das forças armadas. Na noite de sexta-feira a Brigada dos Imortais, da Guarda Imperial, atacou um quartel da Força Aérea, onde jovens cadetes faziam manifestações em apoio a Khomeini. Enquanto milhares de civis acorriam em defesa dos cadetes, estes abriam os arsenais e distribuíam armamento para a população, instruindo-a em seu manejo. O resultado foi que, no dia seguinte, os «imortais» se viram obrigados a recuar.

No sábado, o conflito estendeu-se por toda Teerã, com a população ignorando totalmente o toque de recolher «imposto» pelo primeiro-ministro Bakhtiar. O quartel geral do Exército, sediado numa base da Guarda Imperial, foi tomado e posto em chamas. A insurreição se espalhou, erguendo trincheiras e barricadas em todos os pontos estratégicos da cidade. Nelas estavam, ombro a ombro, membros das milícias populares e soldados em rebelião — estes pertencentes, em sua maioria, à Força Aérea, supostamente o grande baluarte da dinastia. Além disso, os setores pró-governamentais desta arma foram parcialmente neutralizados pela iniciativa popular. Por exemplo, foi com eficácia apenas relativa que os helicópteros cortaram os céus de Teerã, procurando orientar a ação dos soldados: as milhares de foguetes, improvisadas com pneus e depósitos de lixo, cobriram a cidade com densas nuvens de fumaça negra, dificultando a visão dos pilotos.

A ordem revolucionária

No domingo, os altos escalões das Forças Armadas decidiram cortar os laços com um regime moribundo, e «informaram» o primeiro-ministro Bakhtiar de que este já não contava

com o apoio dos militares». Bakhtiar renunciou, e os comandantes das três armas e do Estado Maior das Forças Armadas intensificaram seus contatos com o «outro» primeiro-ministro, Mehdi-Bazargan, principal dirigente do Movimento pela Libertação do Irã e chefe da «República Islâmica» designado pelo ayatollah. Simultaneamente, a rádio anunciava a dissolução do que restava do Parlamento iraniano (cinquenta deputados já haviam renunciado a seus mandatos, atendendo às exigências de Khomeini) e proclamava «o fim da ditadura».

A revolução, entretanto, mal dava os primeiros passos. A população em armas invadia as prisões e libertava 11 mil prisioneiros políticos — desmascarando os propagandistas do regime imperial que sempre afirmaram «não haver prisioneiros políticos no Irã de Pahlevi», organizava-se em patrulhas e controlava todos os pontos vitais da capital. Como ocorreu em Lisboa, em abril de 1974, os populares detinham dezenas de agentes notórios da polícia política iraniana, a Savak, conservando-os sob guarda e exigindo o seu julgamento. A ordem insurrecional tomava conta de Teerã, aproximando-a a todas as cidades que já viveram explosões revolucionárias — Lisboa de 74, Petrogrado de 17 e afastando qualquer imagem de um islamismo estreito, que muitos analistas teimavam em atribuir ao movimento popular desencadeado por Khomeini.

Cooperativas e petróleo

Na verdade, é da combinação desses dois fatores — a iniciativa popular e a complexa estrutura de intervenção política forjada em torno do ayatollah a partir das mesquita e demais organizações religiosas, ao longo de quinze anos de oposição aberta ao regime — que vão depender os rumos do processo revolucionário no Irã. Diga-se de passagem que Khomeini permanece como um dos mais lúcidos analistas desta nova fase da crise iraniana. Enquanto vários de seus seguidores pediam à população que permanecesse confiante, «agora que as Forças Armadas já se definiram», o ayatollah lançava uma advertência pública no sentido de que uma intervenção mili-

tar total ainda era possível, e exortava as massas à vigilância armada.

O aparelho religioso, entretanto, é muito mais pesado e tem uma visão bem mais estreita quanto aos rumos futuros do Irã «islâmico»; é nele que deverão surgir as reticências quanto a uma eventual intervenção política das massas em torno a outras bandeiras que não as do islamismo xiita. São estes setores que reagem diante do apoio oferecido ao movimento pelos partidos «ateus» da esquerda — e Khomeini, como qualquer político hábil, sabe que tem de oferecer algum tipo de resposta às expectativas do núcleo mais próximo de seus seguidores.

Além disso, ele jamais teve quaisquer pretensões a uma ação revolucionária em moldes ocidentais baseada nos setores sociais mais modernos (como o proletariado, as camadas intelectuais ou mesmo os quadros técnicos) da sociedade iraniana. Não que ele o ignore — e a escolha de um engenheiro para primeiro-ministro é um claro indicio desse fato; mas seu programa se dirige essencialmente à massa camponesa, que constitui a esmagadora maioria da população do país. Em que proporções as cooperativas de Qom e os grupos xiitas de auxílio mútuo deverão conviver com as exportações de petróleo é um problema que permanece em aberto; mas esta convivência é inevitável.

As peças sacrificáveis

Aparentemente, as expectativas políticas do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Iranianas, general Abbas Gharabaghi, baseiam-se na aceitação deste fato por parte do ayatollah. Em outras palavras, a «República Islâmica» é incompatível com a Guarda Imperial, como ficou provado nos três dias de insurreição popular. Mas é perfeitamente compatível com um Exército «neutro», que declarava desejar permanecer como «espectador vigilante» da luta entre Bakhtiar e Bazargan. Por isso nos últimos meses, Gharabaghi tomava todas as precauções para não hostilizar o ayatollah, omitindo quaisquer referências à monarquia em seus pronunciamentos oficiais. Tratava-se, em última análise, de assegurar a intocabilidade do Exército enquanto corporação, a continuidade de seu papel de defensor da ordem social. Na crise iraniana, Savak e a Guarda Imperial eram peças a serem eventualmente sacrificadas, desde que isso paralisasse a organização autônoma das massas. Que os civis devolvam as armas capturadas durante a insurreição, mas o mais bem armado Exército da região — e os interesses que ele defende — são intocáveis.

A concretização dessas expectativas vai depender do grau de mobilização e autonomia que os setores populares revelarem nas próximas semanas. Ou seja, trata-se de ver se reivindicações operárias mais modernas — salários mais altos, melhores condições de trabalho, organização de comissões de trabalhadores (xiitas e «ateus»), nacionalização do petróleo etc. — conseguem conviver com as reivindicações democráticas do campesinato, aprofundando uma aliança forjada nos meses de luta contra o xá e nas barricadas de Teerã. Se isto ocorrer, o processo revolucionário no país poderá apresentar uma nova dinâmica, obrigando o Exército a deixar cair a máscara da «neutralidade vigilante». Em caso contrário, o sacrifício da Guarda Imperial poderá ser visto, no xadrez político da região, como um gambito bem sucedido — o sacrifício consciente de uma peça que de desequilibra o adversário e garante um resultado favorável a quem o realiza. No caso, a manutenção da ordem social e a perpetuação dos laços de dependência para com o imperialismo.

Carlos Eduardo

A insurreição vitoriosa

«Tudo isto reintroduz o tema clássico do desenlace de uma situação de duplo poder.

Para que os soldados se rebellem contra seus superiores é necessário que sintam que as massas não estão fazendo apenas mais uma demonstração, que a coisa é pra valer.

Além disso, é necessário um amplo trabalho no seio do exército

... O conflito entre o Irã de Khomeini e o da Guarda Imperial é inevitável.»

(Em Tempo nº 50, de 8 a 14 de fevereiro de 1979).



Para onde caminha a esquerda?

Por Volker Petzoldt

Venezuela

Na segunda parte dessa entrevista, o sociólogo argentino Tomas Vasconi analisa a trajetória e as fragilidades da esquerda venezuelana e insiste que a tendência atual do Estado na Venezuela é a de acentuar seu autoritarismo, ainda que sob a forma do regime democrático.

E a atuação da esquerda venezuelana, sobretudo seus principais partidos — o MAS (Movimento ao Socialismo) e o MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) — nos últimos cinco anos?

O problema da esquerda venezuelana é muito complexo e não dá para ser analisado em profundidade numa rápida entrevista. O primeiro dado que temos de considerar, no entanto é a experiência da esquerda venezuelana no início dos anos 60. Grande parte do que é hoje a esquerda é produto da radicalização de dois partidos — Ação Democrática e o Partido Comunista —, que foram as organizações que enfrentaram a ditadura de Pérez Jiménez. Quando se deu o enfrentamento com Jiménez, toda a direção do Partido Ação Democrática — Barrios, Betancourt — estava fora; foram os jovens que levaram a luta adiante.

Com a queda de Jiménez surge no país um clima insurrecional, rapidamente superado pela ação de uma coalizão dos partidos burgueses e pequeno-burgueses (AD, Copei — Partido Social — Cristão, e URD) que formam um governo presidido por Betancourt, em torno de outro projeto estratégico: o modelo de um desenvolvimento industrial, o modelo desenvolvimentista dos anos 60, com alguns necessários componentes populistas. Para a esquerda, nesse momento, não havia saída política. Betancourt deu um golpe contra o Congresso Nacional, expulsou e prendeu os congressistas membros ou ex-membros de seu próprio partido.

Não foi apenas por mera ilusão, ou devido ao exemplo de Guevara, que a esquerda se lançou então à luta armada. Existiam razões objetivas que faziam com que, naquele momento, não houvesse outra saída, ao mesmo tempo em que, no plano internacional, havia o exemplo de outro país, que em outro período histórico encontrara uma saída diferente pela via da luta armada. Agora, o que fazer? É um pouco o velho problema de Lenin. E sobretudo o que fazer a partir do governo de Caldera, na medida em que o «processo de pacificação», já fora declarado por Leoni, embora estivesse sendo levado à prática a partir de Caldera.

O problema da esquerda era o de incorporar-se à cena política. Nesse sentido, os quadros que saíram do PC e que hoje compõem o MAS tiveram, pela primeira vez, uma visão iluminada. «Bem, — diziam eles — estamos frente a uma grande burguesia reformista, muito conciliadora,

com uma grande capacidade de manipulação e, então, o que fazemos?» E eles responderam: «Vamos assumir a legalidade!» Posso dizer que a audácia de homens como Petkoff, como Pompeyo Márquez, levou a resultados positivos. De certo modo, eles conseguiram reorganizar todo um grupo de pessoas desencantadas, que já não via nenhuma saída.

O MIR, por sua vez, conseguiu reconstituir-se enquanto partido e integrar-se na cena política. Sua primeira participação política na nova situação ocorreu nas eleições gerais de 1973, quando apoiou para presidente o candidato do MAS, José Vicente Rangel, embora procurando manter, a partir desse apoio, uma certa individualidade.

Na situação atual, eu acredito que existem dois problemas na esquerda revolucionária. Por um lado, ainda não se superou adequadamente a derrota da guerrilha. É muito difícil superar uma derrota. Nós estamos observando isso na experiência da esquerda do Cone Sul — estamos vendo que a «solução» (e isso é um pouco psicanalítico) para a derrota é a de achar um culpado que não sejamos nós. Isso impede, é claro, uma reformulação essencial do problema. Então, — dado que na Venezuela existe uma cena política aberta, homogeneizada por dois grandes partidos do establishment — um dos problemas da esquerda é o de como meter-se, como trabalhar nessa situação. A meu ver, entretanto, há um problema tático e um problema estratégico. Abordo primeiro o estratégico. A esquerda venezuelana, nesse momento, não tem estratégia, exceto o PCV, que tem sua velha estratégia, mas que taticamente não significa nada, porque está reduzido a um pequeno grupo. A longo prazo não se sabe aonde se vai. Pois é evidente que dizer «eu quero uma sociedade socialista» não significa ter uma estratégia. Esclareço: quando observamos como está atuando a esquerda venezuelana, chegamos à conclusão de que, na realidade, grande parte está atuando de maneira oportunista. E não por falta de honestidade, mas porque os parâmetros que encontra estão dentro da cena política do sistema e sua projeção para além desses parâmetros nós não estamos vendo.

No plano tático, a esquerda não conseguiu resolver uma coisa que teria um importante significado: sua unidade. O fato de não se chegar à unidade advém, também, de que não se possui uma estratégia. E contraditoriamente se a esquerda tivesse resolvido o problema tático,

poderia também ter superado o problema estratégico. Se tivesse conseguido apresentar uma candidatura unificada, esta poderia ter tido, na cena política, uma significação quantitativa e qualitativa mais ou menos importante. O fato é que, se viesse obter uns 20 por cento dos votos, isso não levaria ninguém à vitória, mas significaria a transformação da esquerda num ponto de referência no cenário político nacional. Não se trata de julgar as estatísticas. Mas uma análise séria nos permite afirmar que a soma dos votos da esquerda não seria a mesma, caso ela tivesse se apresentado unida nas eleições.

Muitos eleitores, desde que a esquerda não se apresentou unida (Vicente Rangel foi candidato presidencial pelo MAS, Américo Martín pelo MIR, Héctor Mujica pelo PAV), preferiram votar em Herrera Campins (do Partido Social-Cristão, dirigido por Rafael Caldera), por que ao menos teriam possibilidade de ser oposição. Não acreditavam nele. Isto é, pessoas que se opunham ao governo queriam alguma candidatura com certo grau de possibilidade, senão de ganhar, pelo menos de interferir no sistema dominante do bipartidarismo.

Pois bem, não me interessa tanto o resultado eleitoral, mas acredito que ele tem efeitos muito importantes. No plano dos setores dominantes de seus partidos poder-se-ia dizer que, estrategicamente, é indiferente que ganhe AD ou COPEI. Mas se passamos ao campo da cena política, não é mais a mesma coisa. Rigorosamente, a campanha de Luiz Pineria surgiu como uma oposição de Romulo Betancourt a Carlos Andrés Pérez. Carlos Andrés Pérez disputa agora com Betancourt a direção do partido AD.

As últimas eleições internas do partido demonstraram que Betancourt continua a ser o homem forte apesar de sua idade que, leva a que, em um prazo mais ou menos breve, deva se retirar.

No campo da esquerda há uma série de sintomas interessantes. Por exemplo, andei vendo os últimos números da revista «Reflexiones», do MAS, e estes últimos números dedicam várias páginas ao problema do movimento operário e do proletariado. O MAS baseou toda sua estratégia no crescimento das camadas médias, em sua inspiração no eurocomunismo. Mas, de fato há elementos significativos no MAS que hoje estão preocupados com o movimento operário. Dentro do MIR isto também é bem claro, não apenas nas últimas declarações de Américo Martín, onde diz claramente que há diferenças entre ele e o Secretário Geral do Partido, Moisés Moleiro, com relação à ditadura do proletariado. Além disso, em uma reunião de imprensa Moisés Moleiro definiu publicamente sua posição de apoio à ditadura do proletariado.

Então, eu penso, e esta é uma hipótese positiva, que o resultado das eleições, produzirão uma séria crise interna nos partidos de esquerda. No melhor dos casos esta crise interna levará a um reagrupamento da esquerda e à constituição de uma autêntica esquerda revolucionária ou de um pólo revolucionário. No pior dos casos, pode se produzir uma gravíssima desorganização e, portanto, um fortalecimento durante muito tempo dos partidos da burguesia. Associa com algo dito anteriormente, o crescimento do proletariado e a proletarianização das camadas médias, ou seja, caso se dê esta espécie de dissolução da esquerda o governo poderá exercer um autoritarismo bastante grande sem uma oposição no plano político. O movimento operário não é organizado suficientemente nem tem perspectivas estratégicas, até agora é puramente reivindicativo para se opor a isto. Ou melhor, vai se opor à pressão, às restrições; mas apenas parcialmente. Os operários do ferro, do carvão na Zulia, o farão, mas sem nenhuma perspectiva, já que não possuem nenhuma estratégia, com o que fica postergada uma solução de tipo socialista para a Venezuela por muito tempo.

Como se produziria a reorganização da esquerda ela poderá mudar o panorama político venezuelano radicalmente. Talvez isto leve a uma radicalização do autoritarismo, mas haveria uma resposta de conteúdo estratégico — que, se não tem neste momento possibilidades de triunfar, pode tê-las no futuro.

Esta é uma pergunta quase obrigatória: Como você vê a situação, o papel dos militares na Venezuela? Lendo seu trabalho, deparei-me com o que você chama de «o avanço dos militares sobre a sociedade civil». Efetivamente, há atualmente dezenas de oficiais das Forças Armadas venezuelanas ocupando postos-chave dentro dos aparelhos econômicos e administrativos da sociedade civil. O que é que motiva este tipo de intervenção militar? Quais as perspectivas deste fenômeno?

Bem, creio que na América Latina, talvez um pouco antes dos anos 60, a partir da guerra fria, o papel dos militares se redefiniu em função de uma estratégia global e internacional. Estes militares se preparam fundamentalmente para uma guerra contra-insurrecional. Já não se colocam mais os problemas das guerras internacionais. Hoje seu problema principal, seu inimigo, está dentro do país. Isto por um lado. Outra tendência dos militares é o de incorporarem-se cada vez mais à administração da sociedade. Poder-se-ia dizer: bem, tudo isto é mais ou menos universal, o General MacArthur também passou a presidir a I.B.M. etc.

Creio que na Venezuela o fenômeno é diferente. Não se trata de militares na reserva, que por suas vinculações tornam-se convenientes a uma empresa; são os militares na ativa que se incor-

poram à esfera civil. Dito em termos sociológicos, são militares que em um momento determinado têm uma dupla lealdade: por um lado, a lealdade às Forças Armadas, por outro a lealdade à coisa pública.

Mas além disso, e creio que este é mais um exemplo de que a burguesia tem uma extraordinária capacidade de se antecipar aos acontecimentos — pelo menos depois da revolução cubana — na Venezuela já temos legalizada a Segurança Nacional, através de uma lei. Uma lei de redação muito ambígua que permite, por decisão do Presidente da República, militarizar aquelas unidades de produção que, «ponham em perigo o processo nacional de produção ou afetem os serviços básicos». Esta é uma forma de militarizar a sociedade sem militarizar o Estado. Já pensei na possibilidade de constituição do Estado Militar na Venezuela. Mas creio, através das análises de todos estes anos sobre o caráter das lutas proletárias e sobre a debilidade da esquerda em definir uma estratégia, que aqui não existe uma necessidade mais ou menos imediata de militarização. Pode ocorrer uma forma de militarização episódica, sem necessidade da militarização global da sociedade, tal como ocorreu no Brasil, Chile ou Argentina, mas se militarizariam zonas, áreas ou indivíduos. Neste momento há dois deputados do Congresso Nacional que estão presos há dois anos à disposição da justiça militar sem terem sido processados; vemos também como dirigentes sindicais e jornalistas são colocados à disposição da justiça militar.

O processo de militarização é difuso mas de alguma forma está presente na sociedade, onde as FFAA cumprem seu papel clássico de última reserva do sistema. Não é necessário, no momento, que intervenham diretamente como instituição, porém estão preparadas para tal.

Para terminar, quais são as perspectivas da Venezuela com o novo governo?

De acordo com as análises que fizemos anteriormente sobre o modelo de desenvolvimento em curso atualmente na Venezuela eu creio que a resposta do Estado será de tipo autoritária.

Diante deste modelo e de suas características de desenvolvimento, o populismo já não é mais praticável ou é cada vez menos praticável. O populismo pressupõe um certo dispêndio irracional dos fundos. Assim, a racionalidade do atual projeto capitalista é contrário ao populismo independentemente de se manter a forma do sistema democrático, creio que na Venezuela caminha em direção a um autoritarismo crescente. Em 1977 houve 244 greves e todas foram consideradas ilegais. Isso deve prosseguir, por razões que não dependem da personalidade do atual presidente da República, mas que são razões objetivas implícitas ao desenvolvimento do capitalismo na Venezuela.

Henzil



Itamarati dá uma "mãozinha" à polícia

Maurílio Ferreira Lima, ex-deputado do PTB, atualmente exilado em Argel, denuncia o envolvimento do ministro das Relações Exteriores do Brasil com os órgãos repressivos, através de uma carta enviada ao próprio ministro. Eis a sua carta.

A S. Exa, o ministro das Relações Exteriores do Brasil:

Na data de hoje, recebo, através do Serviço Consular da Embaixada do Brasil em Argel, o passaporte nacional a que sempre fiz jus como cidadão brasileiro e que me foi arbitrariamente negado durante 10 anos.

Verifico entretanto que a validade do passaporte é de apenas 90 dias. Recebo esse documento sob protesto, pois considero ilegal o ato de reduzir para 3 meses o prazo normalmente estabelecido em 4 anos.

Não reconheço, como cidadão brasileiro, a legalidade de vossa Circular SÉRIE 11.361 — Assistência Consular a Brasileiros no Exterior — Passaportes —, na qual V. Exa. transmite aos Serviços Consulares instruções de caráter policial aos funcionários brasileiros. Entre essas instruções citaria a aviltante obrigação imposta ao servidor

civil de indagar ao brasileiro que pretende regressar ao Brasil, data e hora da chegada no território nacional a fim de avisar a Polícia. V. Exa. pretende prestar esse «serviço» à polícia política por excesso de zelo ou por julgar que a repressão no Brasil não é suficientemente organizada para cumprir suas «tarefas específicas»?

Protesto também contra a existência de uma «circular específica», obrigatoriamente consultada por ocasião da concessão de documentos, e que contém nomes de eminentes brasileiros no exterior e que se encontram ao arripio da Lei, despojados do legítimo direito de documentação nacional.

Reservo-me o direito de buscar junto aos Tribunais do meu País o respeito à Lei brasileira no que se refere à renovação do meu Passaporte.

Argel, 23 de janeiro de 1979
Maurílio Ferreira Lima

Benzimento dá cadeia

Engajando-se na luta pela Anistia e contra a perpetuação de laudos periciais psiquiátricos, frequentemente controversos e incoerentes, o Centro Acadêmico de Debates e Estudos de Psicanálise exige a «imediata revisão dos conceitos psiquiátricos, em que a Medicina, revestida de toda aura de cientificismo, converte-se em instrumento de repressão, tortura psicológica e aniquilamento moral».

Senhor Redator:

Considerando a matéria fartamente publicada pelos órgãos da Imprensa Paulista, o Centro Acadêmico de Debates e Estudos de Psicanálise — CADEP —, Entidade Científica reconhecida de utilidade pública, cumprindo suas finalidades legais e estatutárias, vem a público endossar as providências tomadas por Dom Paulo Evaristo Arns, através da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, em favor do ex-líder religioso APARECIDO GALDINO JACINTO, que se encontra recolhido no Manicômio Judiciário Franco da Rocha, vítima da discriminação científica, baseada em discutíveis conceitos psiquiátricos.

A imoralidade de tal «recolhimento» se estriba no absurdo diagnóstico segundo o qual Galdino, por curar pessoas desesperadas, através de benzimento, seria um «doente mental», quando já a Organização Mundial de Saúde determinou que «o tratamento psíquico, a medicina caseira, as ervas e os tratamentos em geral, empregados por tais «terapeutas» é vantajosa e eficiente, pois ficou comprovado que nos países subdesenvolvidos a assistência médica convencional é dispendiosa e inexistente». Mais que isso, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em recente congresso, constatou que rezadores, benzedores, mães e pais de santo são responsáveis por 60,25% do tratamento das doenças em geral (contra 21% dos assistidos pela medicina convencional), em Nova Iguaçu, município superpovoado e carente de recursos, como milhares de outras cidades brasileiras, onde tal situação deve ser idêntica. Aceitar a condenação, pacificamente, de um dos únicos recursos que socorre o desespero das populações menos privilegiadas, seria negar ao Homem princípios básicos, regidos pela Carta Magna dos Direitos Humanos.

Por outro lado, a perpetuação de laudos periciais psiquiátricos — deficientes, controversos e incoerentes — tornam os profissionais médicos, signatários de tais absurdos, infratores da Declaração de Procedimento Ético-Complementar, promulgada pelo Núcleo de Profissionais da Saúde do Comitê Brasileiro de Anistia que, defendendo princípios humanitários, textua: «o médico não deve ser conivente ou participar da prática de tortura, ou de outras formas de procedimentos cruéis, desumanos ou degradantes em quaisquer situações, inclusive

conflito armado ou guerra civil, seja qual for a infração pela qual a vítima de tais procedimentos seja suspeita, acusada ou culpada, e sejam quais forem as crenças ou motivos da mesma». O indefinido recolhimento de Aparecido Galdino no Manicômio Judiciário se constitui na mais flagrante prática de tortura mental, caracterizando um procedimento cruel, desumano e degradante, que macula a dignidade humana de todos os cidadãos brasileiros, como também, diante da História, compromete toda a classe médica.

Neste sentido, aproveitando a atmosfera espiritual de mais um ano que se inicia e a pressuposta boa-vontade de nossos Dignatários, apelamos para todas as Autoridades Constituídas, a população brasileira, aos médicos e profissionais da Saúde em geral, parapsicólogos e aos nossos associados, para que cerrem fileiras em favor da soltura de Aparecido Galdino, acusado apenas de lutar pela defesa de uma justa questão social. Apelamos ainda para a imediata revisão dos conceitos psiquiátricos, em que a Medicina, revestida de toda aura de cientificismo, converte-se em instrumento de repressão, tortura psicológica e aniquilamento moral.

Que esta tomada de consciência e humanismo, aqui lançada, não beneficie apenas o líder religioso Galdino, mas todos os cidadãos brasileiros, vítimas de discriminações sociais, religiosas, científicas ou políticas.

Prof. Boaventura Cisotto Netto
Psicanalista clínico — Perito Judicial
Diretor Presidente do Centro Acadêmico de Debates e Estudos de Psicanálise.



Galdino, injustamente internado no manicômio



Nudismo ameaça cultura caiçara

Depois da resistência que os trindadeiros desenvolveram contra a «Trindade Desenvolvimento Territorial Ltda.», subsidiária da multinacional Adella (Agência de Desarrollo Latino Americano), uma nova investida está sendo articulada pelo sr. Sérgio Paulo Lacorte: criação de um Clube de Nudismo.

Senhor Redator:

A Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro, entidade com um ano de existência e que tem por princípios e objetivos fundamentais a defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Litoral Brasileiro e a melhoria das condições de vida de seus habitantes, vem a público esclarecer fatos ocorridos que tentam deformar a seriedade e a profundidade dos trabalhos até então desenvolvidos junto às comunidades do litoral brasileiro.

No universo dos problemas existentes e enfrentados pelo homem do litoral brasileiro, que luta pela sua subsistência de seus valores culturais, a Sociedade tem atuado junto à comunidade de Trindade, município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro.

Como é de conhecimento geral, esta comunidade foi invadida em princípios de 1973 pela empresa imobiliária «Trindade Desenvolvimento Territorial Ltda.», subsidiária da multinacional «Adella (Agência de Desarrollo Latino Americano)», que tentou, pela força, desalojar a população nativa. Este fato desarticulou e desativou todo o «modus vivendi» existente no local há mais de 300 anos. O trabalho da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro tem-se orientado junto a essa população na rearticulação e preservação do sistema de trabalho cooperativo na pesca, na lavoura e no artesanato. Além disto, os trindadeiros contam com a cobertura jurídica dos advogados dr. Sobral Pinto e dr. Jarbas Macedo C. Penteado, que se têm empenhado na defesa do seu patrimônio.

Dentre as muitas ações contrárias aos interesses da população de Trindade, e que veio a público nos últimos dias, destacamos a reportagem com o

sr. Sérgio Paulo Lacorte, que propõe a criação de um Clube de Nudismo nesta mesma região, veiculada em matutino paulistano.

A reportagem da Folha de S. Paulo, do dia 29/01/79 baseia-se em dados inverídicos, tais como: «... restam hoje apenas 40 pessoas, trindadeiros mais teimosos...»; na verdade são atualmente 51 famílias, numa população aproximada de 300 pessoas, sendo que muitas das famílias que haviam sido expulsas estão retornando das periferias de cidades maiores às quais foram atiradas. E ainda: «... no ano passado, em primeira instância, a Companhia teve ganho de causa...», omitindo-se o fato de que a Companhia ganhou apenas um dos tipos de ação que correm, aquela que trata da venda das posses sob coação. As últimas cinco liminares das ações de manutenção de posse foram ganhas pelos moradores de Trindade e as ações de usucapião ainda não foram julgadas. A proposta do sr. Sérgio Paulo Lacorte choca-se frontalmente com as características da comunidade trindadeira, ignorando seus aspectos culturais, vivenciais e religiosos.

Na realidade, a violência contra a cultura das comunidades caiçaras não corre somente em Trindade, mas em todo o litoral brasileiro, decorrente da crescente especulação imobiliária levada a cabo, na maioria das vezes, por empresas multinacionais que, impunemente, destroem o equilíbrio do sistema sócio-político destas comunidades, levando os caiçaras a uma inevitável marginalização.

José Roberto Ferreira Cintra
presidente da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro

Estudantes gaúchos exigem mais vagas

«Nós compreendemos que este não é mais um tempo de resistência, nem de beliscões esporádicos no regime; mas um tempo de ofensiva das maiorias exploradas, que agora se organizam». Com esta visão foi que o Conselho de DAs da Universidade Federal do Rio Grande do Sul está lutando por mais vagas. Eis seu testemunho sobre esta reivindicação.

Sr. Diretor:

Por meio deste semanário, queremos prestar nosso depoimento a respeito da luta iniciada nos vestibulares da UFRGS e da PUC, por MAIS 30% DE VAGAS na Universidade Federal e pelo CONGELAMENTO DAS ANUIDADES exorbitantes cobradas na Pontifícia Universidade Católica.

Essa luta, encaminhada pela tendência secundarista Alternativa, pelo Conselho de Diretores Acadêmicos da

URGS e também pelo Setor Jovem Metropolitano do MDB, visou prioritariamente atingir aqueles que não ingressariam na Universidade. Afinal, os «felizardos» teriam depois uma opção organizativa em nossas entidades de base, os diretórios acadêmicos, ou nas tendências políticas estudantis, no decorrer do ano da reconstrução da UNE.

Neste sentido, realizamos no último dia 11 um Ato Público na Assembleia

Legislativa, com a presença de 600 vestibulandos da UFRGS. Mais tarde, dia 18, um novo Ato Público, na frente da reitoria da PUC, com a presença de 1.500 vestibulandos, da UFRGS e da PUC, quando formamos comissões que, por exemplo, nos colégios secundários e nos cursinhos, vão agitar a bandeira da anistia para todos os professores expurgados após o golpe militar de 64: se houver anistia para eles, haverá professores bons e em número suficiente para atender mais 30% de candidatos na UFRGS, já em agosto. Quer dizer, a medida que não esgotamos nossas propostas na realização pura e simples dos Atos Públicos, conseguimos extrair deles um saldo organizativo importante para o avanço do movimento socialista, em articulação no país.

Isto, porque compreendemos que este não é mais um tempo de resistência, nem de beliscões esporádicos no

regime mas um tempo de ofensiva das maiorias exploradas, que agora se organizam. Assim, nós estudantes, que também compomos o bloco social das mãos vazias, sob a perspectiva histórica dos trabalhadores, procuramos organizar nosso dia-a-dia no plano concreto das ações, a partir de móveis concretos de luta: ligando as questões específicas às questões gerais, quer dizer, pondo desde já na roda e no ME a questão do socialismo, sem doutrinarismo.

Enfim, salientamos que só mesmo organizando concretamente nossa insatisfação e nossa disponibilidade dentro do movimento socialista, avançaremos sobre as palavras de ordem transitórias, rumo ao controle e a democratização da educação e da sociedade pelos trabalhadores.

José Luiz Marques (Presidente do Conselho de D.As/UFRGS)

ENCHENTES

Mais de mil flagelados de Minas reuniram-se em assembléia para exigir medidas imediatas do governo e aplaudiram, com entusiasmo, uma proposta de ocupar os conjuntos habitacionais vazios do BNH. Da reunião, saiu um documento com as reivindicações, dirigido ao governador do Estado e ao general Ernesto Geisel. Hoje, quinta-feira, tem nova assembléia. Com as casas destruídas, parentes mortos, com fome, os flagelados encontram ânimo para lutar. Aqui está a história da tragédia das inundações em Minas, com depoimentos, sofridos, de suas próprias vítimas; e com o registro da solidariedade popular. Na página 3, uma análise, baseada em comentários de especialistas das causas das enchentes. (Participaram da reportagem: Elma Heloisa, Giselle Nogueira, Mauricio Borges, João Batista dos Mares Guia, Virgílio Guimarães e Sandra Starling. Coordenação: Giselle Nogueira).

Os flagelados de Minas cobram ação do governo

A comissão formada no domingo, com representantes de 24 favelas e vilas de Belo Horizonte, esteve reunida na tarde de segunda-feira, na Câmara dos Vereadores, preparando o documento a ser encaminhado ao Governador do Estado, com cópia ao Presidente da República. Da reunião, que culminou com um relato das situações e reivindicações imediatas das comunidades atingidas pelas enchentes, participaram, ainda, representantes do CBA e MFPA/MG; DCE/UFMG; UMES — União Metropolitana de Estudantes Secundaristas; MAIMER — Associação Mineira dos Médicos Residentes; Sindicatos dos Petroleiros e Assistentes Sociais; o deputado estadual Cássio Gonçalves (MDB) e o vereador Obregon Gonçalves (Arena).

O documento foi entregue no mesmo dia ao Secretário de Estado, Eduardo Levindo Coelho, no Palácio dos Despachos, para que fosse encaminhado aos seus destinatários. As reivindicações principais são: material de construção fornecido gratuitamente pelo Estado; abertura das casas populares e apartamentos do BNH vazios aos flagelados; pagamento pelas empresas das horas gastas com a reconstrução das moradias; reconstrução das moradias nos mesmos locais.

O prazo máximo para o atendimento das reivindicações é até hoje (quinta-feira), quando se realizará nova assembléia na Secretaria de Saúde, às 19.30, a fim de que a Comissão anuncie a todos qual a disposição das autoridades públicas em atender as reivindicações e, em caso de negativa, quais as providências a serem tomadas.

O auditorio da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, normalmente usado para formaturas, conferências e shows, foi palco de um movimento inédito na tarde do último domingo (dia 11/2), quando mais de mil desabrigados pelas enchentes das últimas semanas se reuniram para discutir uma forma comum de luta, uma vez que até agora os poderes públicos têm agido com omissão e letargia.

Conduzidos por ônibus que partiram das regiões mais atingidas pelas enchentes, ou mesmo a pé, homens, mulheres e crianças se deslocaram dos grupos escolares e de outros abrigos improvisados pela cidade, atendendo ao chamado dos diversos setores que prestam assistência social e das associações de bairro para uma «assembléia de flagelados, aberta a toda a população e às autoridades que se dispusessem a comparecer».

A mesa da assembléia foi presidida por um membro da associação do bairro Lindóia, sendo chamados para fazer parte os deputados estaduais Cássio Gonçalves e Nelson Carvalho, do MDB, o vereador Obregon Gonçalves, da Arena, uma assistente social da Prefeitura de BH, dois



Inundação no Vale do Rio Doce

representantes da Universidade Católica e o presidente da Federação dos Trabalhadores da Periferia de Belo Horizonte, Francisco Nascimento. No início da reunião, cada representante de favela, vila ou bairro atingido foi chamado para que fizesse o relato das condições e necessidades de sua comunidade.

Prefeitura de BH: «Não ajudamos favelas».

Nessa primeira parte, o número de participantes diminuiu um pouco, ao que parece por duas razões: os desabrigados não tinham informações sobre os objetivos da assembléia (muitos esperavam receber ali ajuda individual para os seus problemas); e a lentidão dos encaminhamentos da mesa. Apenas os representantes de algumas vilas e favelas apresentaram levantamentos precisos sobre o número de famílias atingidas, barracos desmoronados e as principais reivindicações da comunidade.

Na Favela 3 Marias, da Vila São Gabriel, cerca de 50 famílias ficaram desabrigadas. Estão num colégio da rede estadual, uma vez que a prefeitura lhes negou alojamento num grupo escolar. Estão sendo assistidos pela própria população de Belo Horizonte ou pelos Vicentinos e até agora não receberam nenhuma assistência de saúde. A situação dessas famílias se agrava mais (principalmente por causa das crianças), uma vez que a favela margeia dois córregos infestados de xistose. Na «Cafezal», mais de 300 barra-

cos vieram abaixo, colocando cerca de 600 pessoas desabrigadas.

A situação mais alarmante, no entanto, é a dos que estão abrigados em escolas, pois, ainda nessa semana, terão que abandonar esses locais, por causa do início das aulas, fazendo que aumente o estado de impaciência dos atingidos. Na Vila Marieta, por exemplo, algumas famílias ocuparam na marra as casas populares do BNH. As demais foram procurar ajuda na prefeitura que respondeu: «Nós não ajudamos favelas». O representante da favela Ventosa, uma das mais antigas de Belo Horizonte, não acredita mais que somente a doação de viveres vá resolver os seus problemas: «A doação de mantimentos e roupas, só, não resolve nada. Não estamos aqui pedindo esmola. Nós estamos sem lugar para ficar, somos trabalhadores e estamos pedindo o que é de nosso direito, mas conversa não vai adiantar nada. Quem está vivendo o nosso drama aí não adianta contar. Temos que sair daqui com uma comissão».

Além dos relatos, a maior parte do tempo foi tomada por patéticos apelos individuais, alguns feitos em lágrimas. Já havia transcorrido mais de uma hora, desde o início quando um favelado, ex-presidente da União de Defesa Coletiva dos Favelados, extinta em 1964, perdeu a paciência: «Não precisa mais de informação! A situação é uma só; tá todo mundo na miséria!»

A resposta: «Ocupar as casas do BNH».

Um membro do sindicato dos petroleiros, que

integra o Comitê de Auxílio aos Flagelados, mostrou também a sua preocupação no sentido de que qualquer tarefa de reconstrução de barracos seja feita no mesmo local em que eles foram erguidos anteriormente. Isso porque, para a Chisbel — Coordenadoria das Habitações de Interesse Social de Belo Horizonte —, as enchentes «caíram do céu», ou seja, facilitou bem o seu trabalho de desfavorecimento.

Quando a mesa abriu a palavra para o encaminhamento de propostas, o clima da assembléia começou a se animar novamente, principalmente após o pronunciamento do presidente do CBA em Minas, Alberto Dias Duarte. Até então as propostas estavam correndo por duas vertentes: uma assistencialista, com apelos à autoridade pública e à população; e as outras, numa linha que apontava para a necessidade de organização dos próprios flagelados para exigir dos poderes públicos a solução, não paliativa, dos

problemas. A do presidente do CBA, endossada por D. Helena Greco, do MFPA, avançava um pouco mais nesse sentido, propondo a ocupação dos conjuntos habitacionais vazios, do BNH, proposta esta que (aliás, a única) conseguiu arrancar aplausos entusiásticos do plenário.

Ao final foi decidida a formação de uma comissão com representantes de favelas, vilas e bairros atingidos, engrossada por representantes do Comitê de Apoio aos Flagelados, composto por pessoas e entidades solidárias com as vítimas. Suas atribuições imediatas: elaboração, na segunda-feira, de um documento a ser entregue ao Governador (com cópia para o presidente da República), com o relato da situação e reivindicações dos flagelados e a organização e coordenação de nova assembléia, quando os resultados dos encaminhamentos iniciais serão apresentados.

Giselle Nogueira e Sandra Starling

Solidariedade popular

«São Pedro foi o maior aliado da burguesia» declarou Vicente, líder favelado, abrindo a reunião de diversas entidades democráticas de Belo Horizonte, para a criação de um movimento de apoio aos flagelados das enchentes. «Depois dos desabrigamentos vêm os desfavorecimentos e no lugar são feitos os loteamentos que são vendidos a preços caros. Hoje vem o SERVAS (Serviço de Assistência Social de Voluntários, chefiado pela primeira dama do Estado) falando que quer ajudar, mas é uma ajuda que só aparece na TV, na favela mesmo não chega nada. Eu acho que o pessoal aqui devia arrecadar alimentos e, principalmente, material de construção para levar para os desabrigados. Ai ia ser uma ajuda que pode aumentar a consciência dos favelados, porque a gente pode discutir com eles e junto com as lideranças, que hoje estão retratadas, organizar as reivindicações.» Vicente, que também viu seu barraco desabar debaixo de um temporal, já tinha uma comissão de 60 favelados para se integrar neste trabalho.

Da reunião estavam participando o CBA e o MFPA-MG, os sindicatos dos bancários, dos petroleiros e dos jornalistas, o DCE-UFMG, além de um grupo de médicos, padres e outros profissionais. Foi

tirada uma comissão encarregada de coordenar os trabalhos, organizar as equipes de plantão para receber os doativos e as equipes de ligação com as vilas.

Dias depois, já estava sendo feita a primeira distribuição e novas contribuições pouco a pouco iam chegando ao plantão.

Cassilda, do DCE-UFMG, explica o andamento da campanha entre os estudantes: «Aproveitamos as calouradas e mobilizamos os calouros neste trabalho. No mesmo dia arrecadamos bastante dinheiro e, depois, preparamos a venda de bônus, cobrança de pedágios, faixas e cartazes para acelerar a coleta. Estamos trabalhando estreitamente ligados às comissões de favelados».

Heloisa, do MFPA-MG, diz que «já arrecadamos alguma coisa e a campanha está sendo boa também para agregar mais gente ao MFPA». Enquanto isso, Alberto Duarte, presidente do CBA, que também teve desabado o apartamento onde morava, defende uma solução imediata para o problema dos desabrigados: «Ocupação pura e simples dos conjuntos habitacionais vazios».

Virgílio Guimarães

A agonia, contada pelo povo.

Derly Marta da Silva, 24 anos, três filhos, estava fazendo comida. Há dois dias não chovia e ela já havia deixado o Abrigo São Paulo e, de volta ao seu barraco, às margens do Córrego do Onça, tentava colocar a rotina na sua vida.

«De repente, o céu começou a ficar preto. Eu vi a nuvem caminhando prá cá. E o tempo fechou, a gente perde até a fome. Miúda, clarinha, com os olhos muito pretos, Derly não para de falar do dia «em que ela chegou - (8 de fevereiro de 1979), o dia em que caiu a tromba d'água sobre Belo Horizonte, provocando a enchente mais grave dos últimos vinte anos da história da cidade».

«Eu tinha pensado em fazer um macarrão, mas quando vi que «ela» vinha, pensei, vai arroz com feijão mesmo. Dei três meninos falando - anda, menino, come depressa! Mas não deu tempo. «Ela» chegou e em quinze minutos já estava com água na cintura. Na hora em que «ela» toma conta, eu só corro para salvar meus filhos. Porque eles se a gente perde na água, não acha nunca mais. Meu marido é que fica prá acudir meus trens».

Os «trens» que Derly tinha para salvar dentro da casa eram muito poucos, fogão, estrados, colchões: «Não deu tempo de pegar nem os documentos, os registros dos meninos foram embora. «Ela» vinha como uma maré, eu já estava no alto de um morro, quando a maré bateu dentro de casa, e saiu levando meu cobertor e o xenil, que eu tinha acabado de pagar a prestação. Eu tinha posto o xenil bem no alto, não pensei «dela» chegar até lá em cima...» os olhos de Derly, apenas nesse momento se encheram de lágrimas.

«Minhas vasilhas foi por água abaixo, botijão rodando. Meu menino falou - mãe vamos pegar e pôr lá em casa. Depois da chuva a gente devolve. Pôr lá em casa, como menino? - eu falei - e nos temo casa?». Quem fala é Eulália, morena, rosto magro, 46 anos e cinco filhos. Como Derly, Eulália mora à beira de um dos muitos córregos que cortam Belo Horizonte e que transbordam sempre na época das águas, cobrindo telhados e levando os barracos desprotegidos que se espalham aos milhares. São os favelados, que quando chove se não sofrem nas beiras dos córregos, ficam ao desabrigado também nos morros, onde a água provoca deslizamento e soterra suas casas.

A enchente é uma entidade poderosa, que pode chegar a qualquer momento, se é tempo de chuva. E todos precisam ficar alertas. «A gente não dorme de noite, as crianças dorme, a gente



Em Ipatinga, o resgate de corpos

«Eu transfiro para vocês a nossa agonia porque o sofrimento de conviver com a tragédia todo dia é pior que a morte por envenenamento» (trecho da peça Gota D'Água de Chico Baarque e Paulo Pontes)

não, fica vigiando. Se «ela» chega de noite e todo mundo tiver dormindo, morre todo mundo».

«Na noite do Natal eu comecei a perder meus trens, agora não tenho mais nada». A voz de Derly se torna ançosa parece que ela tem uma coisa de muito importante para dizer, ali, sentada num colchão de espuma, num auditório do Abrigo São Paulo improvisado em dormitório, com o olhos perdidos, como se uma cena que ela queria esquecer se repetisse sempre à sua frente:

«Meu marido queria jogar os meninos no rio». O que que você está dizendo? «E, meu marido, ele ficou louco quando viu que a gente tinha perdido tudo de novo. Ele ficou louco e queria jogar os meninos no rio e depois pular, para não sofrer mais, eu acho».

Eulália, que ouvia atentamente, ajuda a vizinha a contar: «Eu estava aqui, sentada nesse colchão, vi ele chegando e pegando os dois meninos no colo. E pai... eu pensei, não sabia que ele queria era jogar os meninos no rio».

«Eu comecei a gritar pro povo me ajudar e sai correndo atrás. Então, ele correu mais, foi prá BR-262, quase uma carreta faz farinha deles, freiou em cima, o paracheque enconstando. Ai um compadre pulou em cima dele, eu tomei os meninos e vim pro Abrigo, daí a pouco eles me chamaram para ir com ele até o Raul Soares».

O desespero de Helivério, que já saiu do Raul Soares — um manicônio público de Belo Horizonte — mas continua tomando uma lista enorme de comprimidos contra depressão, é compartilhado em grau maior ou menor por seus companheiros

de infortúnio, favelados ou moradores da periferia da cidade, a que perderam suas casas ou suas vidas: as enchentes do dia 8 de fevereiro deixaram um saldo de nove mortes e oito mil desabrigados.

O dia da chuva

Apesar de vir chovendo no Estado, desde o início do ano, o «dia da chuva» foi quinta-feira, quando a tragédia das enchentes e desmoronamentos atingiu seu ponto máximo. Os desabrigados que se multiplicavam iam sendo levados para grupos escolares, igrejas, e alguns alojamentos como o Abrigo São Paulo, localizado próximo ao anel rodoviário. Construído pela Sociedade São Vicente de Paula, para dar comida e cama a emigrantes que passam por Belo Horizonte, pessoas em qualquer emergência. Esse abrigo, com cento e vinte vagas, precisou improvisar corredores, auditório e capela em dormitórios para 570 homens, mulheres e crianças.

A maior parte das pessoas que ali estão veio do bairro 1º de Maio, onde reside um grande número de trabalhadores da construção civil em Belo Horizonte, e também da Vila Boa União, uma favela que margeia o ribeirão do Onça. A situação de toda a região se agrava, mais, nessa época, uma vez que uma das comportas da Lagoa da Pampulha é aberta, como saída de emergência, despejando uma quantidade de água sobre o bairro maior que das chuvas. A abertura da comporta é necessária, pois caso contrário há o perigo da barragem estourar (como já aconteceu na década de 50), inundando totalmente os bairros existentes à sua volta, como o 1º de Maio, inclusive, também, os bairros elegantes situados do outro lado da lagoa.

Num canto do auditório improvisado em dormitório, uma mulher de 60 anos tem um bebe no colo e vigia uma garotinha que brinca ao lado. Está no abrigo desde o «dia da chuva» com quatro netos, uma filha e um filho, ele que faz biscate de pedreiro não tem encontrado serviço nas chuvas. Todas a família veio fugindo da vida dura no Vale do Jequitinhonha, chegando há oito meses em Belo Horizonte: «Nós fez um barracãozinho, mas ele caiu na chuva. Só deu prá salvar a roupinha do corpo, pensando que não ia cair, no outro dia nós voltava prá lá e apanha o resto. Mas não deu tempo».

Perto da avó Lira Pereira da Silva, outra desabrigada, Maria da Conceição Macieira é lavadeira, mãe solteira, tem 34 anos. Traz no colo a filha de dois anos, e vai contando meio apática a sua história: «Eu morava em Venda Nova, num quatinho da dona, ganhando 140

cruzeiros por mês. A vizinhança era boa. Um dava mamadeira prá menina. Outro a comida. Todo mundo ajudava. E quando voltei pro quatinho, não tinha mais quatinho».

O que é que nós vamos fazer?

É, para onde Lira Pereira da Silva, com seus filhos e netos vai? E Maria Conceição Macieira? E João, de 37 anos, que trabalhava para a COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) até sofrer um acidente e ser encostado do INPS? Para onde vão todos os outros desabrigados de Belo Horizonte? E nesse momento, que a apatia desaparece, some também aquele ar de quem está acostumado a conviver com a tragédia. O desespero, o desamparo, tomam conta das expressões: «Com a prefeitura não adianta mexer mais». «Dona, o que é que nós vamos fazer? Nós está sujeito até a ir prá debaixo do viaduto». «O que é que eu faço, eu não sei, só suicidando. Ficar desse jeito, com seis filhos?» «A prefeitura devia de fazer uma sindicância, senão a saída ia ser eu ir num distrito, pegar um atestado de pobreza, e sair por aí pedindo. Mas é triste isso, pra um pai de família, não é?» «Se eu tivesse posse para alugar uma casa, eu saia dali, da região das enchentes. Mas se nós for pagá aluguel nós não comemos».

A história é mais ou menos a mesma, o terreno quase sempre é da prefeitura, os barracos quase sempre foram passados por algum parente que morreu, um pai que tinha um dinheirinho à mais e pode fazer a doação ou construído com muito sacrifício. Chão de terra, sem reboco, alguns mal caiçaras, um ou dois cômodos no máximo. E por incrível que pareça os barracos são o único e frágil refúgio:

«Por milagre de Deus meu barraco não caiu. Molhado, mofoado, vazio, de qualquer maneira tenho um lugar para morar com meus filhos. Só Deus. Eu vi fala que já caiu edifício com as chuvas. Olha só, edifício caiu. E meu barraco ficou lá, tá cheio de barro, todo sujo, mas tá lá.»

A grande esperança é realmente sair da beira do córrego. A maioria espera, sem muito convencimento, ajuda da Prefeitura («ela é rica e ajuda quem precisa»). Os mais otimistas sonham que vão ganhar um lote: «Não precisa nem um lote, mas só o terreno conta de fazer dois ou três cômodos, tá muito bom. Um cômodo só, prá sair da região da enchente tá muito bom».

Com um certo tom de deboche, Eulália completa: «É, eles devia ajudar mesmo. Se eles deixá nós aí, todo ano eles tem trabalho com nós, os favelados».

Elma Heloisa, Giselle Nogueira e Sandra Starling

EM TEMPO: